



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
Departamento de Educação – DEDC
Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade PPGEDUC

ANDRÉ SANTANA DA SILVA

**ENTRE A UTOPIA, O REPRODUTIVISMO E A PRECARIIDADE: UMA POLÍTICA
DE FOMENTO À ECONOMIA DOS SETORES POPULARES**

Salvador
2013

ANDRÉ SANTANA DA SILVA

**ENTRE A UTOPIA, O REPRODUTIVISMO E A PRECARIIDADE: UMA POLÍTICA
DE FOMENTO À ECONOMIA DOS SETORES POPULARES**

Dissertação apresentada à Universidade do Estado da Bahia, como parte dos requisitos do Programa de Pós Graduação em Educação e Contemporaneidade para obtenção do título de Mestre.

Linha de Pesquisa 3: Educação, Gestão e Desenvolvimento Local Sustentável

Orientadora: Prof^a Dr^a Ronalda Barreto

Salvador

2013

S586

Silva, André Santana da
Entre a utopia, o reprodutivismo e a precariedade: Uma política de
fomento á economia dos setores populares/ André Santana da Silva,
Salvador. 2012
109 f. : il

Orientadora: Profª Drª Ronalda Barreto

Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado da Bahia.
Faculdade de Educação. Programa de Pós Graduação
em Educação e Contemporaneidade.

1. Economia Popular 2. Economia solidária 3.Economia- aspectos
sociais 4.Políticas Públicas 5. Banco Mundial

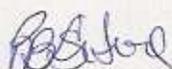
CDD 330

FOLHA DE APROVAÇÃO

**"ENTRE A UTOPIA, O REPRODUTIVISMO E A PRECARIIDADE: UMA
POLÍTICA DE FOMENTO À ECONOMIA DOS SETORES POPULARES"**

ANDRÉ SANTANA DA SILVA

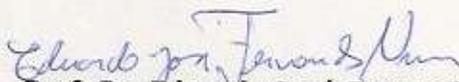
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade, em 22 de outubro de 2012, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação e Contemporaneidade pela Universidade do Estado da Bahia, composta pela Banca Examinadora:



Prof. Dra. Ronalda Barreto Silva
Universidade do Estado da Bahia - Uneb
Doutorado em Educação
Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, Brasil



Prof. Dr. Roberto Marinho Alves da Silva
Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN
Doutorado em Desenvolvimento Sustentável.
Universidade de Brasília, UNB, Brasil.



Prof. Dr. Eduardo José Fernandes Nunes
Universidade do Estado da Bahia - Uneb
Doutorado em Análise Geográfica Regional
Universidade de Barcelona.

A Lili e a Chico, fontes de inspiração,
encantamento e esperança poética
em dias prosaicos

AGRADECIMENTOS

Ao que extrapola a apreensão e nomeação por parte da humanidade, pela imprescindível dimensão da transcendência.

À família ampliada pelo constante estímulo e suporte, a Claudia Hora pela companhia, parceria de caminhada e, junto com Dermeval Hora, pelo apoio bibliográfico.

A Elisama Melhor, Edvaldo Pena, Genilda Cerqueira e Shirlei Reis por toda a paciência e dedicação a este estudo, sobretudo no que tange ao trabalho empírico.

A Franklin Marques e Aline Veloso pelo empenho e auxílio na coleta de dados.

A Gustavo Manoel pelo suporte psíquico e apoio vernacular.

A Fábio Freitas, Júlio Rocha, Thais Melo, Juliana Gomes e Raphael França pelo apoio institucional, imprescindível para a finalização tempestiva deste estudo.

A toda equipe de formulação, acompanhamento e execução do Projeto Dias Melhores pela experiência pessoal e profissional vivenciada.

A todos os colegas e professores do PPGEduC pelo labor coletivo de reflexão e aprendizagem neste período.

Ao Professor Gabriel Kraychete pelas utopias e lutas compartilhadas.

A Professora Ronalda Barreto pela orientação e contribuições para o aprimoramento deste trabalho.

RESUMO

Este trabalho consiste na análise da assistência técnica prestada, entre outubro de 2010 e setembro de 2012, a 134 empreendedores individuais da economia dos setores populares de um determinado território de abrangência do **Projeto Dias Melhores – uma ação pública de requalificação de áreas urbanas degradadas** realizada pelo Governo do Estado da Bahia, contando com o co-financiamento do Banco Mundial. O presente estudo discute aspectos referentes ao planejamento da referida proposta no que tange ao potencial contra hegemônico de emancipação dos/as trabalhadores/as atendidos, incluindo perspectivas de coletivização dos mesmos num contexto de economia solidária; bem como as contradições observáveis entre o planejamento e a execução propriamente dita, articulando-as com características do Estado e do agente financiador que cooperam com a reprodução da acumulação capitalista de cunho neoliberal.

Palavras Chave: Economia dos setores populares. Economia solidária. Políticas públicas. Banco Mundial.

ABSTRACT

This study involves the analysis of the technical assistance provided to 134 individual entrepreneurs coming from the popular sector economy, between October 2010 and September 2012, in a specific territory covered by *Projeto Dias Melhores* (Better Days Project) - a public action which aims at requalifying degraded urban areas, carried out by the State Government of Bahia and co-financed by the World Bank. The current study examines aspects related to the planning of this public project, especially the contra-hegemonic potential involved in emancipating these workers. In addition, it discusses the perspectives of these workers becoming more collective in the context of solidarity economy. Lastly, this study also debates the noticeable contradictions between the planning and the execution of the project *per se*, linking such contradictions to characteristics found in the State and the financial agent themselves, which, in turn, are organizations that reinforce the reproduction of neoliberal capitalist accumulation practices.

Keywords: Popular sector economy. Solidarity economy. Public policies. World Bank.

LISTA DE QUADROS

| | |
|--|----|
| Quadro 1: Empreendimentos Econômicos Solidários por ano de Início no Brasil..... | 26 |
| Quadro 2: Características de Empreendimentos Solidários: BA e RMS..... | 28 |
| Quadro 3: Ocorrência de Assistência Técnica entre Empreendimentos Solidários – RMS..... | 30 |
| Quadro 4: Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência e com rendimento no trabalho principal e valor do rendimento médio mensal do trabalho principal, posição na ocupação principal e classes de rendimento mensal do trabalho principal..... | 32 |
| Quadro 5: Empresas do setor informal, por tipo de empresa, segundo o recebimento de assistência técnica, jurídica ou financeira nos últimos 5 anos..... | 33 |
| Quadro 6: Proprietários de empresas do setor informal, por posição na ocupação e sexo, segundo a contribuição para instituto de previdência oficial e previdência privada..... | 34 |
| Quadro 7: Motivo de Criação dos Empreendimentos Econômicos Solidários..... | 36 |
| Quadro 8: Risco Brasil entre 1994 e 2012..... | 43 |
| Quadro 9: Lucro Líquido entre 2005-2011 de 5 dos maiores bancos que atuam no Brasil | 44 |
| Quadro 10: Programa Bolsa Família e Conjuntura Social - Brasil..... | 45 |
| Quadro 11: Traçado e localização da PIS Cobre..... | 55 |
| Quadro 12: Poligonais de Intervenção Física (PIF) da PIS Cobre..... | 56 |
| Quadro 13: Especialização dos atendimentos na PIS Cobre por ciclo..... | 59 |
| Quadro 14: Total de empreendimentos individuais ou familiares atendidos por PIS. | 67 |
| Quadro 15: Apreensão dos Conteúdos de Gestão do Trabalho por Conta Própria... | 75 |
| Quadro 16: Ajustes na Composição da Amostra Qualitativa..... | 78 |

SUMÁRIO

| | |
|---|-----|
| INTRODUÇÃO..... | 9 |
| Capítulo 1 - Utopia e Precariedade..... | 21 |
| 1.1 A Economia dos Setores Populares e os Dois Circuitos da Economia Urbana | 21 |
| 1.2 Economia Solidária e Emancipação..... | 23 |
| Capítulo 2 - O Estado e a Reprodução das Elites: contexto institucional do Projeto Dias Melhores | 39 |
| 2.1 O Reflexo das Diretrizes do Banco Mundial no Desenho do Projeto Dias Melhores..... | 48 |
| Capítulo 3 - Utopia e Reprodutivismo: as inovações e limites do Projeto Dias Melhores..... | 54 |
| 3.1 O contexto territorial - a PIS Cobre..... | 54 |
| 3.2 As Ações de Fomento à Economia dos Setores Populares..... | 57 |
| 3.2.1 A integração das ações sociais com as intervenções físicas..... | 63 |
| 3.2.2 A assistência técnica..... | 64 |
| 3.2.3 A qualificação profissional..... | 69 |
| 3.2.4 O perfil dos trabalhadores por conta própria na PIS Cobre..... | 72 |
| 3.2.5 As impressões dos empreendedores acerca do Projeto..... | 76 |
| 3.2.6 A articulação de redes de colaboração..... | 79 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 88 |
| Referências Bibliográficas..... | 93 |
| ANEXO A – Roteiro para o Grupo Focal com a Equipe Técnica..... | 97 |
| ANEXO B – Questionário de Avaliação Pós EVE..... | 98 |
| ANEXO C – Formulário de Cadastro do Trabalhador por Conta Própria..... | 100 |
| ANEXO D – Plano de curso para a formação de mobilizadores sociais – PIS Cobre..... | 102 |
| ANEXO E – Matriz de Cursos Contratados Especificamente para o Projeto Dias Melhores..... | 107 |
| ANEXO F – Programa do Curso das ETTRs..... | 108 |

INTRODUÇÃO

As recentes transformações do mundo do trabalho, mais especificamente no contexto urbano brasileiro desde meados do século XX, apresentam desafios assustadores para a reprodução da vida de uma expressiva parcela da população. Por outro lado, erguem-se, frente ao poder público estruturado sob orientação neoliberal, obstáculos de magnitude correlata para a instituição de políticas públicas que, minimamente, dêem conta de atenuar os danos sociais desta realidade. Apesar de situarmos tal fenômeno num âmbito local, o mesmo reflete o caráter global das contradições inscritas neste período (HOBBSAWM, 1995).

Portanto, considerando ainda que as instâncias locais do poder público possuem restrita capacidade de intervenção sobre as políticas macroeconômicas e frente à ação dos monopólios, este trabalho se propõe a analisar um recorte da experiência do **Projeto de Desenvolvimento Integrado em Áreas Urbanas Carentes no Estado da Bahia**, conhecido como Projeto Dias Melhores. Tal Projeto, resumidamente, consiste num conjunto de obras de construção civil e ações sociais para a requalificação de áreas urbanas degradadas, coordenado pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (SEDUR) e financiado pelo Acordo de Empréstimo nº7344-BR, acordo este firmado entre o Governo do Estado e o Banco Mundial (BIRD) e que tem o seguinte objetivo:

reduzir a pobreza urbana de forma sustentável, com foco nas áreas mais pobres e vulneráveis de Salvador e cidades estratégicas da Bahia, provendo acesso a serviços básicos, melhorias habitacionais e serviços sociais. Este objetivo está alinhado com as metas de desenvolvimento do milênio, especificamente, o alvo 11 da meta 7, bem como está em consonância com o crescente número de governos, ao redor do mundo, que deflagraram abrangentes programas de recuperação de áreas urbanas carentes, estabeleceram metas de desenvolvimento, realizaram reformas para prevenir o crescimento dessas áreas e aumentaram os investimentos para melhorar as condições de vida dos seus moradores.¹

O Projeto Dias Melhores, portanto, estrutura-se a partir de três componentes, voltados para (i) a oferta de infraestrutura urbana; (ii) a oferta de equipamentos e

¹ Fonte: BAHIA. Manual Operacional do Projeto de Desenvolvimento Integrado em Áreas Urbanas Carentes no Estado da Bahia: Acordo de Empréstimo nº 7344-BR. Salvador, 2010.

serviços sociais; além do (iii) fortalecimento institucional e gerenciamento do próprio Projeto².

Tal iniciativa traz no seu escopo, dentre outras características consideradas inovadoras, o aporte de cerca de 9% (nove por cento) do montante global dos recursos do empréstimo³ a ser alocado no componente relativo à oferta de equipamentos e serviços sociais; a construção de mecanismos de consulta e participação de representações das comunidades beneficiárias no planejamento e acompanhamento da execução dos subprojetos; a incidência, mesmo que indireta, sobre outras políticas sociais⁴ com vistas a uma atuação integrada no território; e o fortalecimento de organizações sociais⁵ autóctones como elementos que concorreriam para o desenvolvimento local⁶.

O prazo inicial para conclusão das atividades inicialmente previstas era de quatro anos, prazo este que foi estendido por cerca de mais dois anos. Tal fato se deu por conta de que, ao longo do ciclo de vida do Projeto, houve alterações significativas na orientação política da gestão do governo estadual⁷, fato que acarretou em processos de reestruturações diversas, incluindo alterações na equipe técnica e de gestão do Projeto, replanejamento de obras e ações sociais.

No âmbito das referidas reestruturações, consolidou-se em maio de 2009, após intenso debate entre as representações comunitárias, representantes da gestão governamental, de parceiros e dos agentes co-financiadores, o Plano Integrado de Desenvolvimento Social – PIDS. Tal Plano consiste na articulação de diversas formulações anteriores relativas a eixos temáticos de aglutinação das ações sociais que seriam implementadas nos territórios de atuação do Projeto, quais sejam:

² Idem.

³ O valor global do Acordo de Empréstimo é de cerca de U\$82 milhões, sendo que 40% deste valor corresponde à contrapartida do Estado. Fonte: Sítio do Projeto no portal do Banco Mundial, acessado em 26/03/2011, através do endereço: <http://web.worldbank.org/external/projects/main?pagePK=64283627&piPK=73230&theSitePK=40941&menuPK=228424&Projectid=P081436>

⁴ Outras políticas sociais tais como saúde e educação, que, por não serem de responsabilidade direta da pasta de Desenvolvimento Urbano, poderiam ser alvo de investimentos infraestruturais, desde que garantido, por parte das respectivas secretarias, o custeio e manutenção dos equipamentos que porventura viessem a ser construídos, incluindo, quando pertinente, a implicação da administração municipal (CONDER, 2002).

⁵ Desenvolvimento de ações de qualificação, reforma de sedes, e financiamento de projetos das organizações sociais locais, dentre outras. (Idem)

⁶ Fonte: Carta Consulta ao BIRD

⁷ O Projeto foi formalizado no último ano da gestão Paulo Souto (PFL) e viveu a transição para o Governo Jaques Wagner (PT), a partir de 2007.

Geração de Trabalho e Renda; Segurança; Desenvolvimento Social; trazendo como diferencial a superação de uma certa estanqueidade, pulverização e excesso de atividades que marcavam tais proposições isoladamente.

Neste ponto cabe ressaltar que as áreas de atuação do Projeto foram delimitadas através das Poligonais de Integração Social (PIS) que definem a abrangência territorial das diversas ações de desenvolvimento social, comunitário e econômico. Apesar dos documentos preparatórios para a contratação do empréstimo versarem sobre outras unidades territoriais de planejamento, foram definidas e consolidadas, após o referido processo de reestruturação, quatro PIS: Ribeira, Cobre e Pau da Lima na cidade de Salvador; Mangabeira, em Feira de Santana. Foram delimitadas também as Poligonais de Intervenção Física (PIF), com abrangência menor (dentro das PIS), e onde se realizariam as obras de qualificação urbana e ambiental.

O PIDS, então, destacou como prioridade, no âmbito do Eixo de Desenvolvimento Social, a participação e o fortalecimento das organizações associativas locais, calcando a referida participação em três princípios, a saber: o fortalecimento da grupalidade, a atuação em redes, e a formação continuada. Além disso, o PIDS previu premissas para cada um dos demais eixos temáticos para os quais, segundo os documentos que regem o Acordo de Empréstimo, seria necessária a alocação de recursos e a consequente realização de ações concretas.

No que diz respeito à Geração de Trabalho e Renda, o Projeto priorizou o apoio a empreendimentos da economia dos setores populares, consoante o conceito de Kraychete (2000), que se expressa em termos das

atividades que, diferentemente da empresa capitalista, possuem uma racionalidade econômica ancorada na geração de recursos (monetários ou não) destinados a prover e repor os meios de vida, e na utilização de recursos humanos próprios, agregando, portanto, unidades de trabalho e não de inversão de capital. No âmbito dessa economia dos setores populares convivem, além das atividades realizadas de forma individual ou familiar, as diferentes modalidades de trabalho associativo, formalizadas ou não (KRAYCHETE, 2000, p. 15).

Assim, ainda que tenham sido previstas ações de qualificação profissional para trabalhadores/as em situação de não trabalho, o foco de atuação do Projeto convergiu para o fortalecimento de empreendedores individuais e/ou familiares e

empreendimentos associativos já existentes, incluindo “aqueles que se encontram em estágios iniciais de mobilização”⁸. Tal escolha se deu como mecanismo de ampliação da sustentabilidade das intervenções, visto que verificava-se nas comunidades um número significativo de iniciativas econômicas precárias que demandavam fortalecimento, e o tempo de maturação de novos empreendimentos seria menor do que o ciclo de vida do Projeto. Assim, a opção pela indução de novos negócios poderia, a exemplo de outras iniciativas semelhantes já desenvolvidas anteriormente pela Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (CONDER)⁹ em intervenções de requalificação urbana, lograr na extinção de grande parte de tais iniciativas tão logo findasse o aporte de investimentos por parte do Projeto.

No âmbito do presente estudo foi estabelecido um recorte de escopo, que priorizou a análise das supramencionadas atividades de fomento à economia dos setores populares realizadas na PIS Cobre durante o período de outubro de 2010 a setembro de 2012. Este período compreendeu: a efetivação do primeiro, segundo e terceiro ciclos de atendimento a um total de 134 empreendedores individuais/familiares; a realização de diagnóstico, assistência técnica e cessão de equipamentos para oito empreendimentos solidários, cujo acompanhamento foi designado à Equipe Técnica Local da PIS Cobre. Cabe destacar que, através de Chamada Pública, foram selecionados pelo Projeto, em todas as PIS, um conjunto total de vinte e quatro empreendimentos associativos.

Tal recorte, portanto, inclui apenas as ações voltadas para os empreendedores individuais e familiares na PIS Cobre, e tem como motivação a interseção de alguns fatores que ocorrem nesta PIS e que a singularizam: a existência da Área de Preservação Ambiental (APA) da Bacia do Cobre, incluindo o Parque São Bartolomeu e a importância sociocultural/ambiental do mesmo no contexto da cidade do Salvador; as contradições entre a presença de tal ativo ambiental e os indicadores de vulnerabilidade socioeconômica verificados no entorno, fator este que constitui desafio ao Poder Público e Sociedade Civil no sentido da adoção de um

⁸ Fonte: Plano Integrado de Desenvolvimento Social (PIDS) – Projeto Dias Melhores.

⁹ A Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (CONDER) é uma empresa pública vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Urbano – SEDUR, e responde por parte significativa da operacionalização da política correlata.

modelo de desenvolvimento que, para além do discurso, efetivamente articule preservação ambiental e bem viver; a ocorrência de registro e sistematização, de uma forma detalhada e acessível, dos atendimentos realizados neste período pela Equipe Técnica Local, fato que cooperou substancialmente com o presente estudo.

Apesar das limitações do Estado e, neste caso específico, também do agente co-financiador no que tange à concepção de desenvolvimento sem violação dos interesses de reprodução do capital, nossa leitura sobre a referida ação pública se dará à luz de uma perspectiva *marxista* acerca da *práxis revolucionária*, expressa, dentre outros enfoques, em termos de que

como se trata, por um lado, de circunstâncias humanas – relações sociais, econômicas – e, por outro, os homens são conscientes dessa transformação e de seu resultado, a mudança das circunstâncias não pode ser separada da mudança do homem, da mesma maneira que as mudanças que se operam nele – o elevar (de) sua consciência – não podem ser separadas da mudança das circunstâncias. (...) Essa unidade entre circunstâncias e atividade humana, ou entre transformação das primeiras e autotransformação do homem, somente se realiza *em e pela* prática revolucionária. (VAZQUEZ, 2011, p. 152)

Neste sentido, a necessária articulação entre trabalho e educação será nossa referência para analisar um recorte da referida intervenção, a saber, os processos formativos voltados para empreendimentos da economia dos setores populares na PIS Cobre, incluindo a leitura contextualizada de alguns dos resultados aferidos. Vale ressaltar que o nosso olhar buscará pelo entendimento do desenho da intervenção proposta, de seus referenciais teórico-metodológicos, e da compreensão que técnicos e beneficiários desta política constituíram acerca das ações desenvolvidas. Além disso, investigará também em que medida tais ações contribuíram, se é que o fizeram, para: (i) articular eventuais apropriações, por parte dos trabalhadores envolvidos, de conteúdos instrumentais – relativos à gestão de seus empreendimentos – e de fatores sistêmicos que determinam a atual situação de pobreza por eles vivenciada com melhorias objetivas nas condições de reprodução da vida de suas famílias; (ii) promover ações coletivas que ampliem a capacidade sociopolítica de superação dessa condição, a exemplo da constituição de redes de economia solidária entre eles.

O meu envolvimento com o tema em questão é fruto das experiências profissionais desenvolvidas desde 2002, ocasião quando, imbuído do desafio de promover a

ampliação das oportunidades de trabalho e renda para comunitários em situação de pobreza, atuava numa determinada organização social em Salvador, a saber, o Centro Comunitário Batista Clériston Andrade – CECOM. Naquele momento, empreendíamos a incubação de uma cooperativa popular de costureiras em parceria com a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade do Estado da Bahia (ITCP/UNEB), e, acompanhando as discussões políticas oriundas do Fórum Social Mundial de 2001 no sentido de ampliação da articulação entre os atores que fomentavam iniciativas similares no país, participamos ativamente da preparação e realização, no próprio CECOM, da I Plenária do Fórum Baiano de Economia Solidária em 13 e 14 de junho de 2003.

A partir de então, após a passagem entre 2005 e 2008 pela administração municipal para concepção e gestão de políticas de fomento à Economia Solidária, aceitei o convite da Secretaria de Desenvolvimento Urbano (SEDUR) do Governo do Estado da Bahia para integrar a equipe de assessoria ao Projeto Dias Melhores, inicialmente no que tangia ao planejamento e acompanhamento da execução de ações de fomento à economia solidária. Ainda que tenha, posteriormente, ampliado meu escopo de atuação, incidindo também na arquitetura e apoio à execução do conjunto de ações que integram outras dimensões do trabalho social do referido Projeto, mantive particular interesse em investigar, no âmbito do presente Programa de Pós Graduação, os aspectos relacionados à articulação entre a educação e o mundo do trabalho, sobretudo no âmbito do circuito inferior da economia urbana, dentro de um determinado recorte da intervenção governamental supra mencionada.

Portanto, a problemática que motiva este trabalho se configura a partir de três questões principais, todas elas tendo como pano de fundo a terceira das *Teses sobre Feuerbach*, de Marx:

A teoria materialista de que os homens são produto das circunstâncias e da educação e de que, portanto, homens modificados são produto de circunstâncias diferentes e de educação modificada, esquece que as circunstâncias são modificadas precisamente pelos homens e que o próprio educador precisa ser educado. Leva, pois, forçosamente, à divisão da sociedade em duas partes, uma das quais se sobrepõe à sociedade [...]. A coincidência da modificação das circunstâncias e da atividade humana só pode ser apreendida e racionalmente compreendida como prática transformadora. (MARX apud MÉSZÁROS, 2008, p. 21)

Nesta formulação, Marx sintetiza sua contraposição à concepção materialista anterior, que entendia ser o homem, tão somente, produto do meio, embora passível de ser também influenciado por processos educacionais promovidos pelos “filósofos e déspotas iluministas” (VAZQUEZ, 2011, p. 150). O conceito da práxis, portanto, unifica as noções de que: o homem detém papel ativo em relação ao meio, não sendo apenas fruto das circunstâncias, mas também condicionando-as; os educadores precisam ser educados, rejeitando a ideia de que a transformação da sociedade pode ser levada a cabo através da ação de uma parte do corpo social sobre os demais indivíduos e reafirmando a necessidade de implicação de todos com a autotransformação dialética constante diante da ação humana sobre o meio. Ratificando este entendimento, Vazquez (2011) afirma que

Ao enfatizar essa unidade, Marx se opõe tanto ao utopismo que pensa que basta a educação – isto é, um processo de autotransformação do homem –, à margem ou com anterioridade à mudança das circunstâncias de sua vida, para produzir uma mudança radical do homem, como a um determinismo rigoroso que acredita que basta mudar as circunstâncias, as condições de vida – à margem das mudanças na consciência através de um trabalho de educação – para que o homem se transforme. A modificação das circunstâncias e do homem, a consciência da mudança do meio e da educação, são obtidas apenas por meio da prática revolucionária. (VAZQUEZ, 2011, p. 152)

Assim, no contexto da referida reflexão – se considerarmos que o desenvolvimento pode ser caracterizado como o fruto de uma *prática, ou práxis revolucionária*, o que implica em mudança nas condições de vida de forma articulada a amplos processos formativos – as questões que circunscrevem a problemática do presente trabalho são formuladas nos seguintes termos:

- a) Em que medida a concepção de desenvolvimento da ação pública em questão levou em consideração a articulação entre melhoria objetiva das condições de vida dos beneficiários e elevação do conhecimento deles acerca das bases de viabilidade econômica dos respectivos trabalhos por conta própria e do contexto sócio histórico que os circunscreve?
- b) Como o Projeto Dias Melhores se estruturou para promover ambas as dimensões?
- c) Quais, se é que ocorreram, os avanços passíveis de serem observados nestas duas dimensões?

Partindo destas questões, o objetivo geral deste trabalho consiste, portanto, em ampliar o conhecimento disponível – sobretudo no campo das políticas públicas – acerca de meios para a ampliação das condições de emancipação dos trabalhadores frente às determinações socioeconômicas e culturais desfavoráveis, oriundas da reprodução do sistema capitalista em territórios urbanos periféricos, mais especificamente considerando um contexto de criação e/ou fortalecimento de empreendimentos legítimos de economia solidária, a partir do fomento a iniciativas individuais ou familiares da economia dos setores populares.

Enquanto objetivos específicos, citamos:

- a) discutir a pertinência e aspectos metodológicos inerentes ao fomento de empreendimentos populares individuais ou familiares voltado para o consequente fortalecimento da economia solidária local como estratégia de desenvolvimento em territórios urbanos periféricos;
- b) ampliar o conhecimento acerca da pobreza urbana sob o enfoque do mundo do trabalho;
- c) analisar, à luz da *práxis transformadora*, as ações de fomento à economia dos setores populares desenvolvidas pelo Projeto Dias Melhores na Poligonal de Integração Social do Cobre em Salvador/BA.

Considerando, como pressupostos, que: (i) ações públicas semelhantes ao objeto em questão – mesmo quando são empreendidas por governos mais permeáveis aos interesses das classes populares, inclusive acolhendo propostas e quadros técnicos menos ortodoxos quanto à concepção de desenvolvimento – são trincheiras importantes na disputa pela orientação dos fundos públicos em prol dos interesses dos/as trabalhadores/as; (ii) nestes contextos, os resultados efetivamente realizados permanecem aquém do planejado, se considerarmos a inércia que rege a máquina pública em prol da reprodução do sistema de produção hegemônico, evitando que se observem alterações estruturais significativas; a hipótese central deste estudo é de que o Projeto Dias Melhores conta, à luz da *práxis transformadora*, com um planejamento minimamente condizente com o apoio à emancipação dos trabalhadores/as atendidos/as, e pode contribuir para referenciar, tanto por sua adequação à práxis quanto por seus limites quanto aos resultados observados, novas e mais amplas políticas correlatas.

O presente trabalho, então, justifica-se pela importância de constituir marcos referenciais para avaliar, e, em contextos favoráveis, facilitar eventuais replicações de políticas públicas de fomento à economia dos setores populares. Ademais, neste caso específico em que a ação pública teve como propósito explícito o apoio a empreendedores individuais/familiares, aliado ao fomento de redes de colaboração entre os mesmos, tal importância se amplia diante da possibilidade de conhecer melhor em que medida se articularam tais iniciativas concomitantes, que contribuições essa experiência pode fornecer ao acervo de metodologias atualmente disponíveis para o fomento a empreendimentos solidários e para a mitigação dos efeitos da extrema pobreza em centros urbanos.

Outro aspecto que evidencia a relevância deste trabalho é o reconhecimento do caráter estrutural do circuito inferior da economia urbana nos países periféricos e, por conseguinte, o fato de que a presente investigação se atém a ações voltadas especificamente para agentes produtivos que historicamente integraram e tendem a manter-se atrelados a esta estrutura. Em outras palavras, os trabalhadores por conta própria, que são público protagonista das ações aqui estudadas, encontram-se em situação de pobreza e carregam na sua trajetória os elementos que corroboram para a perpetuação desta situação na reprodução de suas vidas e de suas famílias. A ocorrência de condições tais como baixa escolaridade, início das atividades laborais na infância ou adolescência, ausência de cobertura previdenciária, escassez de dados oficiais, bem como de políticas formativas e de fomento adequadas ao trabalho realizado no circuito inferior, dentre outras, constituem elementos que atestam a pertinência de estudos correlatos e a ampliação do conhecimento acerca desta realidade.

Quanto à metodologia, reiteramos que, em parte, trata-se de um estudo intrínseco de caso único onde se pretende analisar como as estratégias de fomento à economia dos setores populares foram desenvolvidas pelo Governo do Estado da Bahia, no âmbito do Projeto Dias Melhores. A referida modelagem foi escolhida levando-se em consideração o caráter descritivo e explicativo das questões que compõem a problemática que subsidia o estudo; o ineditismo da abordagem proposta pela ação pública em questão, sobretudo no que tange à configuração dos

pressupostos teóricos que a embasam, bem como ao arranjo metodológico que sustenta a intervenção finalística; a consequente necessidade de “esclarecer uma situação particular para chegar a uma íntima compreensão dessa situação” (YIN apud DUARTE, 2008, p. 116). Por outro lado, considerando que, em paralelo ao papel de pesquisador, também atuei como membro da equipe governamental de planejamento e acompanhamento da execução do Projeto entre agosto de 2008 e julho de 2011, o presente trabalho também integrará elementos de observação participante, tendo em vista o aprofundamento de questões de caráter subjetivo, ou não documentadas formalmente (FINO, 2003).

Tal análise se dará à luz dos referidos conceitos de *práxis transformadora* ou *revolucionária* (MARX, apud VAZQUEZ, 2011); dos dois circuitos da economia urbana (SANTOS, 2008) e da necessária complementaridade entre as políticas voltadas para empreendedores populares individuais/familiares e para empreendimentos solidários (KRAYCHETE, 2011). O estudo compreenderá a leitura contextualizada dos fundamentos teóricos e metodológicos da citada intervenção a serem cotejados com resultados quanti-qualitativos passíveis de serem observados no período de análise, ressaltando que o recorte territorial se inscreve numa das poligonais de intervenção, a saber, a Poligonal de Integração Social (PIS) do Cobre. A análise incluirá a descrição do perfil socioeconômico das famílias atendidas e das relações de cooperação porventura observadas entre as mesmas.

Os dados quantitativos foram obtidos a partir de documentos que estruturam a intervenção, sobretudo o Plano Integrado de Desenvolvimento Social (PIDS), o primeiro produto da consultoria para assessoria em fomento da economia dos setores populares, responsável pelo detalhamento da metodologia, qualificação das equipes locais e acompanhamento de intervenção, e o Manual Operacional do Projeto (MOP). Os dados obtidos nestes documentos se referem à caracterização das comunidades atendidas assim como, numa perspectiva qualitativa, da morfologia do Projeto. Além desses documentos, foi utilizado como fonte de informações o banco de dados relativo aos atendimentos realizados pela equipe governamental responsável pelo recorte da intervenção estudada.

Dentre outras, foram levadas em conta no processo de análise as seguintes

variáveis gênero do/a trabalhador/a por conta própria; resultado pecuniário e segmento da atividade econômica desenvolvida; escolaridade; idade de início da atividade laboral; hierarquia da renda do trabalho por conta própria na composição da renda familiar (principal ou secundária); tempo de existência do trabalho por conta própria; jornada diária média de trabalho; local de desenvolvimento da atividade laboral; ocorrência de empregados remunerados no empreendimento atendido; ocorrência de treinamento para iniciar a atividade; ocorrência de recolhimento de INSS; participação dos/as trabalhadores/as em organizações associativas.

Quanto às categorias de análise, adotaremos:

1. a inadequação entre o planejamento e a execução do recorte do Projeto estudado;
2. a ambiência do fomento à economia dos setores populares, expressa em termos do conjunto de ações interdisciplinares, convergentes e complementares que, para além da assistência técnica, tenham porventura ocorrido para ampliar a sustentabilidade dos empreendimentos da economia dos setores populares atendidos.

O presente estudo também investiga, num contexto qualitativo, como se deu a percepção de parte dos beneficiários acerca das ações desenvolvidas, buscando perceber a avaliação que fazem sobre a intervenção. Foi utilizado enquanto instrumento para a coleta desta categoria de dados a aplicação de um questionário semiestruturado junto a cerca de 10% do universo de beneficiários atendidos pela intervenção pública. Ainda neste contexto, foi também realizado um grupo focal com a equipe técnica governamental, ampliando a discussão, com ênfase na problemática supramencionada. Além destes instrumentos de coleta de dados, vale ressaltar, conforme anteriormente citado, que integrarão o presente estudo registros mnemônicos oriundos da vivência do pesquisador enquanto membro da equipe de planejamento e acompanhamento da execução do Projeto entre agosto de 2008 e julho de 2011.

Este trabalho, portanto, se estrutura em três capítulos assim organizados:

O primeiro capítulo discute a questão da pobreza nas cidades à luz da concepção de Santos (2008) sobre os dois circuitos da economia urbana, bem como analisa, consoante as reflexões de Kraychete G. (2011), duas formas de organização do trabalho que apresentam similaridades quanto ao contexto e propósito no âmbito do circuito inferior, a saber, os empreendimentos individuais/familiares e empreendimentos populares da economia solidária. Além disso, inclui a discussão acerca do caráter anti-sistêmico da economia solidária, incluindo as potencialidades de emancipação dos trabalhadores envolvidos, ressaltando-se, entretanto, o grau de precariedade predominante entre os empreendimentos, bem como o aspecto ainda minoritário quanto ao contingente de trabalhadores envolvidos.

Aproximando-nos do cerne da discussão, o segundo capítulo aborda os limites da sociedade política brasileira, bem como do agente financiador da intervenção – o Banco Mundial, em levarem a cabo ações públicas que tragam em seu escopo perspectivas de superação das desigualdades estruturantes da reprodução capitalista, relacionando tais limites com a especificidade do objeto do presente estudo.

O terceiro capítulo trata da análise do Projeto Dias Melhores, incluindo, de acordo com o recorte territorial escolhido, a descrição da Poligonal de Integração Social (PIS) do Cobre, e a especificação do atendimento prestado a 134 (cento e trinta e quatro) empreendedores individuais/familiares no contexto das respectivas ações de fomento à economia dos setores populares, e à luz dos elementos constitutivos da problemática anteriormente discutidos.

Seguem-se as considerações finais, sintetizando as reflexões desenvolvidas no decorrer da pesquisa, bem como os limites visualizados e recomendações.

Capítulo 1 - Utopia e Precariedade

1.1 A Economia dos Setores Populares e os Dois Circuitos da Economia Urbana

No contexto urbano de países periféricos, como é o caso brasileiro, observa-se, como fruto de uma inserção dependente e subalterna na economia moderna, o surgimento de dois circuitos econômicos, denominados por Santos (2008) de superior e inferior. Segundo o referido autor, o circuito superior designa as atividades produtivas, comerciais e creditícias que são fruto das modernizações tecnológicas, tendo os monopólios como seus elementos mais representativos. Outra característica destacada por Santos (2008) é o fato de que o essencial das relações entre os diversos agentes que integram o circuito superior, e que mobilizam recursos em volume significativo, ocorre fora dos territórios que abrigam tais atividades produtivas. Assim, os processos decisórios, os investimentos da maior parte do capital acumulado, a ocorrência majoritária de postos de trabalho melhor qualificados e remunerados, bem como a destinação prioritária por parte do poder público dos impostos arrecadados e respectivo desenvolvimento local não ocorrem nos territórios adjacentes às operações do circuito superior.

Por sua vez, o circuito inferior é formado pelo conjunto das atividades econômicas de pequeno porte e é “interessado principalmente às populações pobres, (...) bem enraizado e mantém relações privilegiadas com sua região” (SANTOS, 2008, p.22). O autor reitera que “O circuito inferior encontra os elementos de sua articulação na cidade e sua região, enquanto o circuito superior vai ordinariamente buscar essa articulação fora da cidade e de sua região” (SANTOS, 2008, p.48).

Assim, o circuito superior seria, dentre outros aspectos, caracterizado pelo aporte intensivo de capital; por sua organização burocrática; pela predominância das relações de trabalho assalariadas; pelo acesso a crédito bancário institucional; pela margem de lucro reduzida por unidade e importante pelo volume de negócios (a exceção dos artigos de luxo); pela possibilidade de acesso a ajudas governamentais, bem como importância e recorrência destas para sua reprodução.

Por outro lado, o circuito inferior tem como características o aporte intensivo de trabalho; a organização primitiva; a ocorrência de relações de trabalho não necessariamente assalariadas; o acesso a crédito pessoal e não institucional; a prática de margens de lucro percentualmente elevadas por unidade, mas diminutas em relação ao volume de negócios; o aporte de ajudas governamentais nulas ou quase nulas.

Apesar de diferentes, Santos (2008) esclarece que tais circuitos são complementares, mutuamente retroalimentados e se configuram como subsistemas que desempenham funções específicas num único sistema urbano, sistema este que, mesmo situado na periferia do capitalismo global, encontra-se engendrado num mesmo estágio da economia contemporânea e circunscreve uma abrangência planetária.

O circuito inferior da economia, no âmbito do senso comum, é visto com uma aderência à economia informal, sendo importante esclarecer que o termo setor informal é frequentemente

empregado para representar proprietários e trabalhadores que participam da produção em unidades produtivas micro ou pequenas, onde as relações capital-trabalho não se encontram bem estabelecidas, seja no âmbito da organização do trabalho, como no cumprimento das regras legais (TOKMAN & SOUZA, 1976, 1978, *apud* CACCIAMALI, 2000, p.153).

Essa denominação, a depender do contexto, pode remeter a fenômenos muito distintos. Se de um lado pode significar formas de trabalho temporário, trabalho em domicílio, comércio de rua ou ambulante (situações mais próximas daquelas recorrentes no circuito inferior da economia urbana); situam-se também sob tal designação processos como evasão e sonegação fiscais (inclusive aqueles praticados por empresas de médio e grande portes), terceirização, contratação ilegal de trabalhadores assalariados nativos ou migrantes, dentre outros (CACCIAMALI, 2000).

Ao contrário da vinculação do circuito inferior da economia à noção de economia informal – conceito este que, dentre as distorções já mencionadas, remete também à ideia de que os empreendimentos não formais consistem num estágio menos

avançado dentro do processo de desenvolvimento, a ser alcançado pelo crescimento econômico, rumo à eficiência e racionalidade da empresa capitalista formal – Santos (1978) entende que o circuito inferior não tem caráter transitório e cumpre um papel estrutural no sistema, qual seja,

difundir o modo capitalista de produção entre a população pobre através do consumo, e absorver para o circuito superior a poupança e a mais-valia das unidades familiares, por intermédio da máquina financeira, de produção e de consumo. (SANTOS, 1978, p. 57)

Assim, se a partir de meados do século XX foi hegemônica a concepção política de que a pobreza, principalmente em contexto urbano dos países então denominados subdesenvolvidos, teria um caráter residual, ou seja, tenderia a ser integrada na economia formal a partir do crescimento econômico, a solução do problema configurado pela ocorrência de um número significativo de pessoas alijadas do mercado formal de trabalho era formulada em termos de intensificar investimentos no chamado circuito superior da economia. Passadas diversas décadas em relação àquele período, e apesar dos esforços realizados em prol do crescimento econômico almejado, observa-se o incremento do número de trabalhadores envolvidos em condições precárias de trabalho, incluindo baixas remunerações, violação de direitos trabalhistas e previdenciários, intensificação do trabalho por conta própria, ou seja, ampliaram-se também as fronteiras do circuito inferior da economia. Neste sentido, não é mais razoável supor que tais formas de trabalho se configuram num fenômeno residual, mas sim, numa realidade estrutural que tende a se expandir.

1.2 Economia Solidária e Emancipação

Considerando o contexto de precarização que permeia o referido circuito inferior da economia, destacamos, dentre o conjunto de estratégias levadas a cabo pelos trabalhadores para enfrentamento dessas condições de adversidade, o resgate de iniciativas de natureza mutualista, mais especificamente aquelas inseridas num campo de estudo que foi, dentre outros, denominado por Singer (2002) de economia solidária.

Assim, o conceito de economia solidária adotado no presente trabalho é o conjunto de práticas de produção, comercialização, crédito e consumo realizadas de forma

coletiva e autogestionária, tendo como principais características: a equidade nas relações de poder, na apropriação dos resultados econômicos, na cooperação entre os sócios dos empreendimentos para o exercício das diversas atividades e na dimensão da solidariedade, expressa no envolvimento de tais grupos com os processos de organização comunitária em prol do desenvolvimento do território onde atuam (BRASIL, 2006).

É importante citar que, apesar do caráter inédito do atual estágio de organização política entre os agentes que gravitam em torno da reprodução dessas práticas no Brasil, assim como do significativo conjunto de estudos sistematizados sobre o tema que já se encontram disponíveis, a economia solidária não é um fenômeno recente. Santos (2005, p. 33) destaca que “o pensamento e a prática cooperativista modernos são tão antigos quanto o capitalismo industrial” e situa o surgimento das primeiras cooperativas – forma jurídica que, em tese, consiste numa das formas de materialização de um empreendimento de economia solidária¹⁰ – na faixa temporal compreendida entre 1826 e 1844, sendo esta última data o marco de constituição da Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale. Tal empreendimento inaugurou os princípios cooperativistas que vigoram até os dias de hoje, tendo surgido como fruto da mobilização dos trabalhadores em prol da melhoria das condições de trabalho e de acesso a bens de consumo diferenciados, num cenário de consolidação do sistema capitalista e das acirradas relações de exploração subjacentes.

Entretanto, naquele contexto, o cooperativismo e demais práticas denominadas de mutualistas já enfrentavam a crítica de Marx e Engels (2005). Para estes, aos proponentes de tais iniciativas – dentre eles os socialistas utópicos – faltava o discernimento acerca das reais causas das situações de exploração observadas na relação entre capital e trabalho, bem como – diante das propostas de reformas parciais e graduais ao sistema – do caráter “estruturalmente incorrigível do capital” (MÉSZÁROS, 2008, p.31). Portanto, tais experiências seriam então destituídas de potência suficiente para a superação da luta de classes e não contribuiriam com o levante proletário rumo à assunção do controle do estado, com a decorrente

¹⁰Tal ressalva se deve ao fato da ocorrência de cooperativas que, apesar de legalmente regularizadas, não praticam efetivamente processos autogestionários e democráticos. Tratam-se, sobretudo no campo do cooperativismo de trabalho, de formas adotadas por empregadores para viabilizarem processos de terceirização e conseqüente precarização de vínculos trabalhistas.

socialização dos meios de produção e conseqüente implantação de nova ordem social rumo à ampliação da igualdade.

Historicamente, o sistema capitalista se mostrou mais flexível e capaz de administrar suas crises cíclicas para além das expectativas dos marxistas e às revoluções socialistas reais também escapou o protagonismo suficiente, ou mesmo majoritário, do proletariado industrial¹¹. Atualmente, diante das recentes atualizações do capitalismo, incluindo a diluição do trabalho assalariado em formas diversas de trabalho precário e a ocorrência de eficientes ferramentas no campo da cultura para promover e ampliar a internalização dos valores que viabilizam a reprodução do sistema, Mézáros alerta que

Necessitamos, então, urgentemente, de uma atividade de “contrainternalização”, coerente e sustentada, que não se esgote na *negação* – não importando quão necessário isso seja como uma fase nesse empreendimento – e que defina seus objetivos fundamentais, como a criação de uma alternativa abrangente *concretamente sustentável* ao que já existe. (2008, p.56)

Sob esta perspectiva, o movimento de economia solidária afirma sua relevância sociológica na medida em que apóia sua centralidade no trabalho, categoria fundante para as correntes materialistas de pensamento, e inscreve nesta centralidade bases relacionais diversas das que sustentam a mercantilização da força de trabalho sob a égide da extração de mais valia.

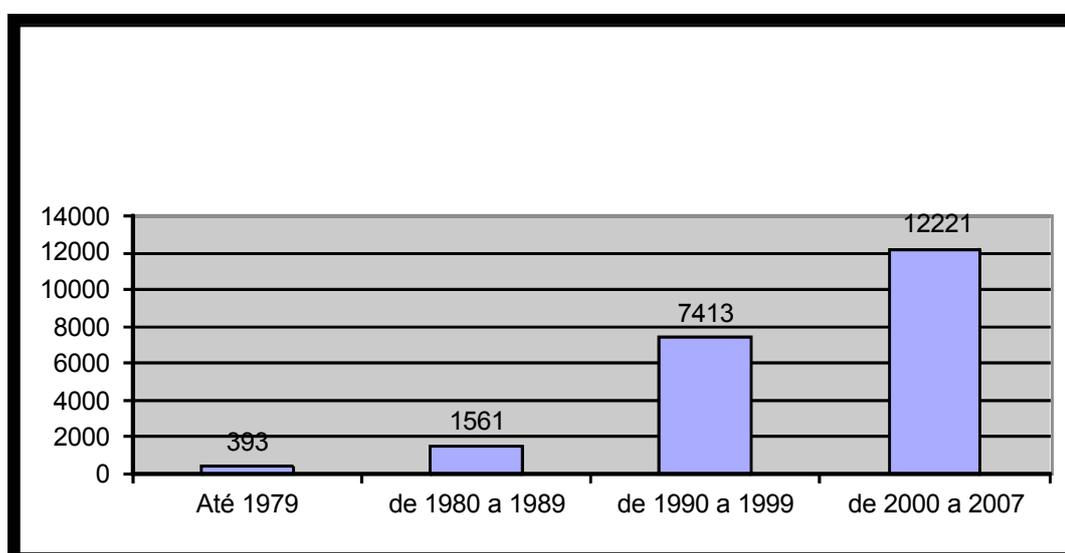
Neste contexto, vale ressaltar, conforme ilustrado no Quadro 1, o fenômeno de crescimento significativo do número de empreendimentos econômicos solidários no Brasil, principalmente a partir dos anos 90 do século XX. Dentre outros motivos, esta foi uma das estratégias adotadas pelos trabalhadores frente à intensificação da reestruturação produtiva que ampliou significativamente o desemprego no período (BRASIL, 2007).

Tal crescimento do número de iniciativas de economia solidária está também relacionado com a atuação de outros atores sociais no campo da mobilização e assessoramento dos trabalhadores/as em situação de pobreza, a exemplo da Cáritas Brasileira, do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE),

¹¹ Marx acreditava que os países mais industrializados seriam o *locus* com maior probabilidade de desenvolvimento de revoluções proletárias, dado à ocorrência de maior concentração de operários fabris, e de relações de exploração mais evidentes. Não foi exatamente o que ocorreu na Rússia, China e Cuba.

da Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional (FASE), de projetos de extensão de universidades e, posteriormente, a partir do ano 2001, a articulação em rede entre gestores de políticas públicas de economia solidária (NUNES, 2009). Tais atores, dentre outros, junto com os empreendimentos constituíram, a partir de 2003, o Fórum Brasileiro de Economia Solidária e passaram a desenvolver, no âmbito dos novos movimentos sociais, um padrão diferenciado de atuação e relacionamento com o estado na luta por políticas públicas (FRANÇA FILHO, 2006 e GOHN, 2006).

Quadro 1: Empreendimentos Econômicos Solidários por ano de Início no Brasil



Fonte: SIES/MTE, 2007

Vale ressaltar que, conceitualmente, o que é qualificado como novo em relação aos movimentos sociais diz respeito às formas de organização e também às pautas de mobilização e reivindicações que se adensam principalmente a partir do último quarto do século XX. Anteriormente, a agenda dos movimentos sociais gravitava majoritariamente em torno das lutas de trabalhadores/as em prol da melhoria das condições destes, com a redução da superexploração no trabalho por parte do capital, sendo então empreendida com maior ênfase pelas organizações sindicais. Posteriormente, entram também em cena as lutas pela garantia de direitos, afirmação de identidades e reconhecimento social de determinados grupos, configurando as questões de gênero, de raça/etnia, de orientação sexual, dentre outras.

No que tange à economia solidária, mesmo no campo dos novos movimentos sociais, destaca-se um aspecto ainda mais inovador que reside principalmente na articulação entre as dimensões sociopolítica e socioeconômica que pode ser observada nas relações entre os agentes que a integram, destes com o mercado capitalista e também com o estado. A dimensão sociopolítica se expressa no envolvimento dos integrantes dos empreendimentos, sobretudo aqueles de base popular, em questões locais ou comunitárias. Nestes casos, os empreendimentos frequentemente se constituem em formas de organização de pessoas com relações de proximidade, e tais grupos são também espaços privilegiados para o acúmulo de discussões e mobilização em prol de questões não econômicas, conforme destaca França Filho:

Paradoxalmente, não são apenas práticas comunitárias que se realizam em muitas iniciativas, mas é também uma forma de agir no espaço público, já que a atividade econômica proposta é muitas vezes fruto de uma tomada de consciência e discussão sobre problemas comuns vividos pelas pessoas em seus territórios. (2006, p.74)

Neste ponto, cabe destacar o potencial emancipador que, à luz das reflexões sobre a *práxis transformadora*, pode estar contido no conjunto articulado das iniciativas legítimas de economia solidária, uma vez que os empreendimentos que operam nesta lógica, apesar de todas as limitações, são espaços de formação e ampliação de consciência, ao passo em que também são espaços de trabalho e circulação de riquezas.

Todavia, apesar de reconhecermos a importância das iniciativas econômicas solidárias como práticas que apontam para a superação de algumas das contradições inerentes ao modo capitalista de produção, a exemplo da estupenda capacidade de criação de riqueza e inovação tecnológica, aliada à correlata incapacidade de uso sustentável dos recursos naturais e de consecução de resultados minimamente satisfatórios no que diz respeito à distribuição equitativa desta mesma riqueza produzida, concordamos com Santos (2005) quando o mesmo afirma que

Qualquer análise que, como a nossa, procure sublinhar e avaliar o potencial emancipatório das propostas e experiências econômicas não capitalistas que têm sido feitas por todo o mundo deve ter em conta que, face ao seu caráter anti-sistêmico, essas experiências e propostas são frágeis e incipientes (SANTOS, 2005, p. 26).

Tal fragilidade e caráter incipiente, contudo, não são suficientes para condenar ao desprezo a efetividade e o potencial transformador destas iniciativas, já que

Ao apontar para além daquilo que existe, as referidas formas de pensamento e de prática põem em causa a separação entre realidade e utopia e formulam alternativas que são suficientemente utópicas para implicarem um desafio ao *status quo*, e suficientemente reais para não serem facilmente descartadas por serem inviáveis (WRIGTH, 1998 apud SANTOS, 2005, p.25).

Ainda caracterizando a fragilidade do conjunto de empreendimentos da economia solidária, mais especificamente no contexto da Região Metropolitana de Salvador (RMS), destacamos que, segundo o Sistema de Informações em Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego (SIES/MTE), de 2005 a 2007 foram mapeados nessa região 93 empreendimentos solidários, que são constituídos por cerca de 1700 integrantes¹². Ressalta-se que 25,8% dos empreendimentos mapeados declarou que não está conseguindo remunerar os sócios e, dentre os que remuneram, apenas 52,2% deles informou o valor da remuneração média mensal dos integrantes, que, neste subconjunto, equivalia a R\$338,60. A título de comparação, o Salário Mínimo no Brasil, vigente a partir de 01/04/2007, equivalia a R\$380,00 (trezentos e oitenta reais), ou seja, a remuneração mensal média dos sócios de cerca de um quarto dos empreendimentos solidários – supostamente aqueles cujo resultado da atividade econômica permitia que se procedesse tal remuneração – ainda era inferior àquela percebida pelos assalariados do mercado formal de trabalho.

Quadro 2: Características de Empreendimentos Solidários: BA e RMS

| VARIÁVEL | BAHIA | RMS |
|---|-----------|----------|
| Nº de Empreendimentos Solidários mapeados | 1.611 | 93 |
| Nº de integrantes | 121.491 | 1.737 |
| Faturamento Médio Mensal (R\$) | 24.415,05 | 7.557,33 |
| Rendimento Médio Mensal dos Sócios (R\$) | 383,60 | 338,60 |

Fonte: SIES/MTE, 2007

¹² Vide Quadro 2.

Além disso, agrava a condição de precariedade observável, o fato de que 43% do universo pesquisado declarou que não existem benefícios, garantias e direitos para sócios que trabalham nos empreendimentos. Dentre os que acenaram positivamente, apenas 7,6% deles informou prover aos sócios férias e descanso semanal remunerados, e 20,8% disponibiliza equipamentos de segurança. No formulário desta edição do mapeamento não constava a pergunta específica acerca de cobertura previdenciária, embora facultasse um campo aberto para que os entrevistados informassem a garantia, aos sócios, de direitos não especificados. Nenhum dos empreendimentos citou, neste campo, a questão da previdência.

Por outro lado, é significativo que 69,9% dos grupos pesquisados tenha relatado, dentre um conjunto de três opções de importância, o acesso a serviços de assistência técnica. Conforme o Quadro 3, a seguir, destacamos como mais recorrentes os serviços de formação sócio-política (autogestão, cooperativismo, economia solidária); qualificação profissional, técnica, gerencial; assistência técnica e/ou gerencial; assessoria na constituição, formalização ou registro. Entretanto, é também digno de nota que apenas 4,0% desses grupos tenha disposto de assistência jurídica e um percentual ainda menor, 0,7%, tenha sido assessorado em marketing e na comercialização de produtos e serviços. Considerando que 78,5% dos entrevistados declarou que tem encontrado dificuldade na comercialização, bem como os percentuais e patamares de remuneração média dos sócios dos empreendimentos anteriormente citados, parece razoável supor que a atual oferta de assistência técnica ainda não é suficiente para demover as situações de precariedade observadas. Quanto à natureza dos ofertantes desses serviços, salientamos que, dentre os grupos que afirmaram dispor de assistência, 49,2% informou obter tais préstimos por parte de organizações não governamentais, 40% os obteve por parte de entidades estatais, 30,8% e 21,5% receberam assistência do “Sistema S” e estruturas universitárias, respectivamente.

Vale ressaltar que os dados do mapeamento são parciais, uma vez que a referida pesquisa não abarca a totalidade dos grupos existentes, mas apenas o conjunto daqueles que foram passíveis de acesso e identificação. Tal processo de mapeamento se inscreve no contexto do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES), política pública de ampliação do conhecimento da

realidade desta economia e instituída através da Portaria do Ministério do Trabalho e Emprego nº30, de 20 de março de 2006. Dentre outros objetivos, o SIES se propõe a subsidiar a formulação de políticas públicas; viabilizar estudos e pesquisas sobre o tema; ampliar a capacidade organizativa dos empreendimentos, incluindo a articulação de redes, cadeias produtivas e intensificação das relações comerciais entre os mesmos¹³.

Quadro 3: Ocorrência de Assistência Técnica entre Empreendimentos Solidários – RMS

| Categorias de Assistência Técnica | Ocorrência Total (três opções de importância) | % |
|--|--|---------------|
| Assistência técnica e/ou gerencial | 27 | 17,9% |
| Qualificação profissional, técnica, gerencial | 30 | 19,9% |
| Formação sócio-política (autogestão, cooperativismo, economia solidária) | 49 | 32,5% |
| Assistência jurídica | 6 | 4,0% |
| Assessoria em marketing e na comercialização de produtos e serviços | 1 | 0,7% |
| Diagnóstico e planejamento (viabilidade econômica) | 15 | 9,9% |
| Assessoria na constituição, formalização ou registro | 22 | 14,6% |
| Outro | 1 | 0,7% |
| Total | 151 | 100,0% |

Fonte: SIES/MTE, 2007.

Reiterando o pressuposto de relevância anti-sistêmica da economia solidária apesar da fragilidade das iniciativas, da precariedade das ocupações e do caráter quantitativamente minoritário dos postos de trabalho mantidos pelos empreendimentos em relação à população economicamente ativa, entendemos ser importante, neste momento, ampliarmos o conhecimento acerca da materialização das condições de reprodução dos demais trabalhadores do circuito inferior, ainda tendo em vista, enquanto recorte territorial, a RMS.

Considerando a magnitude do contingente de trabalhadores que empenha sua força de trabalho no seio desse circuito, dele retirando seu sustento, bem como, de forma similar à economia solidária, a condição de precariedade observada, entendemos que, se o Projeto Dias Melhores consiste numa formulação que conjuga, ao mesmo tempo, a mitigação de situações de extrema privação, no âmbito do trabalho

¹³ Para mais informações, vide: <<http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/sistema-nacional-de-informacoes-em-economia-solidaria/>>. Acessado em 21/11/2012.

desenvolvido individualmente, com a perspectiva de coletivização e emancipação autogerida, a ampliação do conhecimento dessa realidade coopera com a presente análise.

Portanto, dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD/IBGE de 2009, destacados no Quadro 4 (a seguir), dão conta da existência, no período, de cerca de 425 mil trabalhadores por conta própria na RMS, algo em torno de 23% da População Economicamente Ativa. Deste conjunto de trabalhadores, aproximadamente 83% auferia rendimentos mensais de até 2 Salários Mínimos (SM)¹⁴. Segundo o IBGE, o trabalhador por conta própria era, no contexto da referida pesquisa, a “pessoa que trabalhava explorando o seu próprio empreendimento, sozinha ou com sócio, sem ter empregado e contando, ou não, com a ajuda de trabalhador não remunerado” (2009, p.43).

Ainda em relação aos trabalhadores por conta própria, é possível constatar que os respectivos rendimentos médios mensais eram, em geral, inferiores aos dos assalariados¹⁵, e o trabalho por conta própria congregava cerca de 52% do conjunto de trabalhadores que auferiam renda mensal de até meio SM.

Outra compilação de dados do IBGE que é importante para a ampliação do conhecimento acerca deste público é a pesquisa acerca da Economia Informal Urbana, realizada em 2003. Tal estudo não foi reeditado posteriormente, sendo estes os dados oficiais mais recentes desta realidade. Assim, de acordo com o Quadro 5 (a seguir), é possível perceber que apenas cerca de 2,5% do total de trabalhadores por conta própria pesquisados receberam algum tipo de assistência técnica, e destes, apenas 28,5% o fizeram a partir de órgãos governamentais.

¹⁴ O salário mínimo era de R\$ 465,00 (quatrocentos e sessenta e cinco reais) em setembro de 2009. (IBGE, 2009)

¹⁵ A única exceção é a faixa acima de 20 SM, quantitativamente minoritária em relação às demais.

Quadro 4: Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência e com rendimento no trabalho principal e valor do rendimento médio mensal do trabalho principal, posição na ocupação principal e classes de rendimento mensal do trabalho principal
Região Metropolitana de Salvador/2009

| Posição na ocupação no trabalho principal | Classes de rendimento mensal do trabalho principal | Variável | | |
|---|--|---|---------------|--|
| | | Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, com rendimento do trabalho principal | | Valor do rendimento médio mensal do trabalho principal das pessoas de 10 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência e com rendimento no trabalho principal |
| | | (Mil pessoas) | (%) | (Reais) |
| Empregados | Até 1/2 SM | 68 | 5,95 | 142,00 |
| | Mais de 1/2 a 1 SM | 284 | 24,87 | 438,00 |
| | Mais de 1 a 2 SM | 455 | 39,84 | 664,00 |
| | Mais de 2 a 3 SM | 117 | 10,25 | 1.124,00 |
| | Mais de 3 a 5 SM | 120 | 10,51 | 1.745,00 |
| | Mais de 5 a 10 SM | 62 | 5,43 | 3.234,00 |
| | Mais de 10 a 20 SM | 28 | 2,45 | 6.306,00 |
| | Mais de 20 SM | 8 | 0,70 | 14.274,00 |
| | Subtotal 1 | 1.142 | 100,00 | |
| Trabalhadores domésticos | Até 1/2 SM | 62 | 32,98 | 139,00 |
| | Mais de 1/2 a 1 SM | 105 | 55,85 | 409,00 |
| | Mais de 1 a 2 SM | 20 | 10,64 | 630,00 |
| | Mais de 2 a 3 SM | 1 | 0,53 | 1.118,00 |
| | Mais de 3 a 5 SM | - | - | - |
| | Mais de 5 a 10 SM | - | - | - |
| | Mais de 10 a 20 SM | - | - | - |
| | Mais de 20 SM | - | - | - |
| | Subtotal 2 | 188 | 100,00 | |
| Conta própria | Até 1/2 SM | 145 | 34,12 | 122,00 |
| | Mais de 1/2 a 1 SM | 116 | 27,29 | 358,00 |
| | Mais de 1 a 2 SM | 94 | 22,12 | 663,00 |
| | Mais de 2 a 3 SM | 25 | 5,88 | 1.084,00 |
| | Mais de 3 a 5 SM | 24 | 5,65 | 1.733,00 |
| | Mais de 5 a 10 SM | 13 | 3,06 | 3.219,00 |
| | Mais de 10 a 20 SM | 7 | 1,65 | 5.759,00 |
| | Mais de 20 SM | 1 | 0,24 | 15.500,00 |
| | Subtotal 3 | 425 | 100,00 | |
| Empregadores | Até 1/2 SM | 1 | 1,49 | 165,00 |
| | Mais de 1/2 a 1 SM | 3 | 4,48 | 424,00 |
| | Mais de 1 a 2 SM | 11 | 16,42 | 713,00 |
| | Mais de 2 a 3 SM | 8 | 11,94 | 1.078,00 |
| | Mais de 3 a 5 SM | 16 | 23,88 | 1.767,00 |
| | Mais de 5 a 10 SM | 14 | 20,90 | 3.166,00 |
| | Mais de 10 a 20 SM | 10 | 14,93 | 6.128,00 |
| | Mais de 20 SM | 4 | 5,97 | 15.704,00 |
| | Subtotal 4 | 67 | 100,00 | |

Notas: (i) a categoria Total inclui as pessoas sem declaração de posição na ocupação; (ii) para a variável Valor do rendimento médio mensal: exclusive as pessoas sem declaração do valor do rendimento ou que receberam somente em benefícios; (iii) as classes de rendimento são em Salários Mínimos (SM); (iv) os dados desta tabela foram reponderados pelo peso definido pela Contagem da População de 2007.

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)

Quadro 5: Empresas do setor informal, por tipo de empresa, segundo o recebimento de assistência técnica, jurídica ou financeira nos últimos 5 anos
Região Metropolitana de Salvador – 2003

| Recebimento de assistência técnica, jurídica ou financeira nos últimos 5 anos | Empresas do setor informal | | | | |
|---|----------------------------|-----------------|--------|---------------|--------|
| | Total | Tipo de empresa | | | |
| | | Conta própria | % | Empregador | % |
| Total | 246.217 | 224.491 | | 21.726 | |
| Recebeu assistência | 7.330 | 5.586 | 2,49% | 1.743 | 8,02% |
| De órgãos do governo | 2.227 | 1.591 | 28,48% | 637 | 36,55% |
| De outras instituições | 5.102 | 3.996 | 71,54% | 1.106 | 63,45% |
| Sem declaração | - | - | - | - | - |
| Não recebeu assistência | 238.888 | 218.905 | 97,51% | 19.983 | 91,98% |
| Sem declaração | - | - | | - | |

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Economia Informal Urbana, 2003.

Quanto ao recebimento de assistência técnica, evidenciamos uma significativa diferença relativa entre a condição dos trabalhadores por conta própria e aquela observada anteriormente junto aos empreendimentos solidários. Lembramos que, para estes, constatamos uma significativa oferta de assistência técnica, realidade que não se reproduz no contexto dos empreendedores individuais/familiares. Outra constatação oriunda da análise destes dados é que, ainda que a cobertura deste serviço seja ínfima em relação ao universo, as organizações não governamentais atendem cerca de 2,5 vezes mais empreendedores do que as estatais, evidenciando a noção de insuficiência das políticas públicas neste campo, bem como reforçando a relevância deste estudo e de outros esforços em prol da ampliação de intervenções correlatas.

Quanto à cobertura previdenciária oficial, o Quadro 6 indica que cerca de 83% dos entrevistados informaram estar alijados desse direito, fato que ratifica a condição de precariedade e vulnerabilidade vivenciada por estes trabalhadores, de forma muito próxima à situação dos sócios dos empreendimentos solidários.

Diante do exposto, somos levados a pensar que existe, novamente sem demérito do caráter anti-sistêmico potencialmente presente nas relações de trabalho próprias da economia solidária, um elevado grau de precariedade como característica comum materializada no cotidiano destes trabalhadores e daqueles por conta própria. Pelo lado dos associativos observa-se, de forma subsidiária e crescente, um conjunto de

articulações políticas e comerciais entre os grupos, e destes com outras organizações sociais que tendem a ampliar a capacidade de mobilização necessária para o rompimento da inércia de reprodução do sistema capitalista (incluindo a reorientação, ao menos em parte, dos instrumentos institucionais que operacionalizam tal reprodução, a exemplo do aparato de estado), inércia que, por sua vez, gera, dentre outros subprodutos (e, ao mesmo tempo, combustíveis da acumulação de capitais), a referida precariedade.

Quadro 6: Proprietários de empresas do setor informal, por posição na ocupação e sexo, segundo a contribuição para instituto de previdência oficial e previdência privada
Região Metropolitana de Salvador - 2003

| Contribuição para instituto de previdência oficial e previdência privada | Proprietários de empresas do setor informal | | | | |
|---|---|----------------|----------------|---------------------|---------------|
| | Total ¹⁶ | Sexo | | Posição na ocupação | |
| | | Homens | Mulheres | Conta própria | Empregador |
| Total | 254 273 | 149 128 | 105 145 | 229 498 | 24 775 |
| Previdência oficial | | | | | |
| Contribuinte de instituto de previdência oficial (Federal, Estadual ou Municipal) | 46 685 | 29 127 | 17 558 | 37 932 | 8 753 |
| Não Contribuinte de instituto de previdência oficial (Federal, Estadual ou Municipal) | 207 526 | 119 938 | 87 587 | 191 504 | 16 022 |
| Sem declaração | 63 | 63 | - | 63 | - |
| Previdência privada | | | | | |
| Contribuinte de plano de previdência privada | 10 357 | 6 354 | 4 003 | 6 797 | 3 559 |
| Não contribuinte de plano de previdência privada | 243 916 | 142 774 | 101 142 | 222 701 | 21 216 |
| Sem declaração | - | - | - | - | - |

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Economia Informal Urbana, 2003.

Por outro lado, reconhecemos que, em termos quantitativos, os trabalhadores que atuam de forma individual no circuito inferior são imensamente mais numerosos, embora dotados de menor capacidade de ação coordenada, mesmo porque majoritariamente enredados nos novos e eficientes mecanismos de controle do capitalismo flexível, incluindo imobilização individual e descrédito em qualquer narrativa coletiva e que acene para além do presente (SENNETT, 2008)¹⁷. Ainda assim, tamanho é o nível de precariedade que se observa em ambos os segmentos, que não nos parece razoável prescindir de estratégias que estimulem a luta compartilhada, ainda que sem desconsiderar as diversidades identitárias que também os separam (HALL, 2001).

¹⁶ Inclusive os proprietários sem declaração de sexo

¹⁷ Trataremos com mais vagar dos efeitos individualizantes do capitalismo flexível no terceiro capítulo.

Além disso, “se, em princípio, o lucro é o motor da atividade comercial, nos escalões inferiores do circuito inferior a maior preocupação é, antes de tudo, a sobrevivência” (SANTOS, 2008, p. 246). Portanto entendemos que há uma significativa proximidade entre os interesses e características de parte dos empreendimentos individuais do circuito inferior em relação aos empreendimentos solidários, pelo que nos parece consequente considerar a abrangência do conceito de economia dos setores populares anteriormente citado (KRAYCHETE, 2000)¹⁸.

Partindo deste conceito, o referido autor propõe que os empreendimentos da economia dos setores populares são potencialmente integrantes de diversas tipologias de empreendimentos associativos, a exemplo do que ocorre na agricultura familiar, onde etapas do processo produtivo ocorrem de forma individual, e outras tantas freqüentemente são assumidas por entes associativos. A título de exemplo desta realidade podemos citar a aquisição e o uso consorciado de bens de capital e insumos, o beneficiamento da produção, a comercialização, dentre outros.

Kraychete (2011), portanto, supõe que “uma mudança de qualidade dos empreendimentos da economia dos setores populares não se contrapõe, mas favorece o desenvolvimento dos empreendimentos associativos populares” (2011, p. 11). Segundo o autor, se considerarmos, conforme ilustrado no contexto da Região Metropolitana de Salvador, que os postos de trabalho dos empreendimentos populares de economia solidária, em geral, são ocupações precárias, e que, consoante os dados expostos no Quadro 7 (a seguir), a motivação para a criação dos grupos majoritariamente se deu como alternativa ao desemprego, parece pouco provável que trabalhadores assalariados, oriundos do mercado formal de trabalho, venham a, voluntariamente, abandonar seus postos de trabalho para compor empreendimentos solidários.

Ademais, se também levarmos em conta que a elevação da qualidade de reprodução das iniciativas individuais pode permitir, àqueles empreendedores que desejarem integrar empreendimentos associativos, as condições mínimas de sobrevivência durante o tempo de maturação destes e que, além das motivações políticas, a perspectiva de melhorias concretas nas condições de renda e de

¹⁸ Vide página 11.

reprodução das famílias envolvidas figurar enquanto elemento catalizador da organização dos grupos ou redes de cooperação, a presente hipótese nos parece bastante razoável.

**Quadro 7: Motivo de Criação dos Empreendimentos Econômicos Solidários
Região Metropolitana de Salvador – 2007**

| Município | Ocorrência de Respostas dos Empreendimentos por Categoria | | | | | | |
|----------------------|---|-------------------------|----------------|--------------------|------------------------|------------------------|---------------------|
| | Alternativa ao Desemprego | Complementação da renda | Maiores Ganhos | Trabalho Associado | Acesso a Financiamento | Recuperação de Empresa | Todas as categorias |
| Salvador | 41 | 4 | 4 | 6 | 0 | 0 | 55 |
| Camaçari | 11 | 3 | 4 | 3 | 1 | 0 | 22 |
| Simões Filho | 3 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 4 |
| Vera Cruz | 3 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 3 |
| Lauro de Freitas | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 2 |
| Salinas da Margarida | 2 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 |
| Itaparica | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| Candeias | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Dias d'Ávila | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Madre de Deus | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Totais | 62 | 7 | 10 | 9 | 1 | 0 | 89 |

Nota: o quadro acima é fruto da tabulação de uma questão que permite respostas múltiplas.

Fonte: SIES/MTE, 2007

Ainda discutindo essa perspectiva de relação entre os empreendimentos individuais e solidários, Bocayuva destaca quanto à escala de intervenção que

De alguma maneira, a economia solidária está hoje tentando identificar cenários onde emergem possibilidades de maior cooperação produtiva e capacidade de associação do trabalho – dos autônomos, dos precarizados, dos micros (sic), dos pequenos... A economia solidária aparece, então, como uma alternativa de coletivizar respostas, buscar cooperação produtiva no território, articular em rede. Ela aparece como um conjunto de respostas de sistemas que pretendem e só podem ter êxito se não for na escala microdifusa. (2006, p. 25)

Considerando os dados supramencionados acerca da magnitude do contingente de trabalhadores por conta própria em situação de precariedade nos centros urbanos, é possível também inferirmos a amplitude do campo de atuação nesta direção que, por sua vez, demanda um volume de investimentos significativo, tornando-se

indispensável, enquanto tática para a consecução desta estratégia, a disputa pelo aporte maciço de recursos dos fundos públicos em ações correlatas. Bocayuva então complementa que:

Como nós não queremos que a economia solidária seja uma política assistencial focalizada, e uma maneira de os miseráveis resolverem sua auto-sobrevivência, não haverá economia solidária associada de novo tipo autogestionária que crie uma economia mista, complexa, e que seja capaz de alavancar desenvolvimento e bem-estar coletivo, se ela não acessar mais o orçamento e o fundo público. (2006, p. 26)

Entretanto, em paralelo à questão do financiamento, cabe não perder de vista o inseparável e homérico desafio de formação continuada dos sujeitos que já se propõem a construir tal diversidade – ou podem vir a fazê-lo – em meio à hegemonia da maciçamente financiada cultura do individualismo e da despolitização do consumo. Esta síntese entre o exercício de formas autogestionárias de produção, articuladas com adequados processos formativos pode ser apropriadamente elaborada em termos de que

[...] o cumprimento dessa nova tarefa histórica envolve simultaneamente a mudança qualitativa das condições objetivas de reprodução da sociedade, no sentido de reconquistar o controle total do próprio capital [...] e a *transformação progressiva da consciência* em resposta às condições necessariamente cambiantes. Portanto, o papel da educação é soberano, tanto para a elaboração de estratégias apropriadas e adequadas para mudar as condições objetivas de reprodução, como para a *automudança consciente* dos indivíduos chamados a concretizar a criação de uma ordem social metabólica radicalmente diferente. É isso que se quer dizer com a concebida “sociedade de produtores livremente associados”. (MÉSZÁROS, 2008, p.65)

Diante do exposto, reiteramos a relevância de políticas públicas como o Projeto Dias Melhores que, apesar de seu caráter focalizado e territorialmente restrito no contexto metropolitano, dentre outras limitações, traz em sua concepção o reconhecimento do circuito inferior da economia, não desconhecendo a precariedade e histórica privação de direitos dos trabalhadores que nele atuam e materializando este reconhecimento através de ações formativas voltadas para a transferência tecnologias de gestão adequadas aos empreendimentos, conjugadas a esforços em prol da organização coletiva dos mesmos, numa perspectiva de economia solidária, ou seja, de relações entre os referidos “produtores livremente associados”.

Entretanto, considerando as supracitadas limitações, segue-se a discussão acerca do contexto institucional onde inscreve-se o Projeto, abordando tanto características

do poder público quanto do agente co-finaciador, o Banco Mundial, que, em tese, se contrapõem a tais aspirações anti-sistêmicas.

Capítulo 2 - O Estado e a Reprodução das Elites: contexto institucional do Projeto Dias Melhores

O objeto do presente estudo se desenvolveu num contexto de relações entre o poder público e um organismo multilateral de financiamento. Assim, destacamos, sob o prisma da reprodução do sistema capitalista, aspectos que, segundo os autores pesquisados, caracterizam os referidos agentes, condicionando o desenho do Projeto Dias Melhores e incidindo sobre a natureza e quantificação dos resultados aferidos.

Historicamente no Brasil, é possível identificarmos elementos estruturantes da sociedade que, apesar dos diversos rearranjos conjunturais, permanecem majoritariamente orientados para a reprodução ampliada do capital. De acordo com a especificidade da presente análise, atentaremos para os fatores que cooperaram para a constituição das classes médias no país, bem como, dentre os diversos papéis por elas desempenhados na dinâmica social brasileira, aqueles afeitos à operação das estruturas burocráticas do poder público, incluindo o rebatimento disso na execução de políticas como o Projeto Dias Melhores.

Assim, ao final do período colonial, segundo Fernandes (2011), não se observou no Brasil um processo de descolonização que se caracterizasse por mudanças significativas na estrutura social e econômica, tampouco incluísse alterações quanto aos estratos sociais que monopolizavam o poder político. Em lugar disso, houve um conjunto de lutas sob pretexto de combate à anarquia, mas que representavam processos contra-revolucionários capitaneados pelas elites da sociedade colonial. Em consequência disso, a jovem nação resultante se apresentou destituída de dinamismo político comunitário, preservando o sistema produtivo colonial concentrado e gerido pelas mesmas oligarquias de outrora. Essencialmente, o diferencial apresentado consistiu no engajamento de forma subalterna desse sistema produtivo aos novos padrões da economia mundial, exercendo a função de exportador de produtos primários e importador de manufaturas.

No final do século XIX, acelera-se o processo de desagregação da ordem senhorial e escravocrata em função da formação de um regime de classes, incluindo a

massificação do trabalho livre, o advento da abolição da escravatura, e a proclamação da República. Entretanto, as pressões por ampliação de direitos republicanos oriundas das classes médias urbanas – e de outros setores da burguesia que não partilhavam da hegemonia social e política, sobretudo os industriais e os importadores – ainda se deparava com a realidade de uma democracia restrita, que os mantinha alheios aos processos decisórios e à manipulação do aparelho de Estado. Os interesses particularistas e privatistas destes segmentos, apesar de lançarem mão de uma suposta ideologia nacionalista, visavam o desfrute dos privilégios das antigas e novas oligarquias, sem comprometimento algum com a integração nacional em bases efetivamente democráticas.

Em linhas gerais, no decurso dos diversos períodos republicanos os segmentos populares permaneceram alijados da efetiva participação política, embora constantemente convocados a fazer eco – sob pretexto de um suposto patriotismo – às reivindicações das elites nos processos de acomodação quanto ao usufruto do poder.

Quanto às classes médias, Fernandes (2011) destaca que as mesmas possuem essencialmente duas raízes, sendo uma tradicional, imbricada às oligarquias pelo “variado mundo moderno dos negócios” (p.263); e outra identificada com os interesses dominantes no que tange à expansão da indústria e do segmento de serviços. Considerando que a heterogeneidade quanto aos rendimentos dos integrantes desta classe tenha se traduzido também em heterogeneidade de orientação política, verificam-se desde porções minoritárias mobilizadas pelos ideais de esquerda, até os majoritários segmentos identificados com conflitos pela conquista de mais espaços políticos para a reprodução da cultura oligárquica (sem pretensões radicais ou revolucionárias), ou meramente interessados em ampliação do crescimento econômico com o consequente fortalecimento das grandes empresas nacionais ou estrangeiras, conjuntura que supostamente permitiria manter, ou até mesmo ampliar, espaços de reprodução dessas classes médias.

A partir de meados do século XX, configura-se a transição no âmbito mundial do capitalismo competitivo para a sua edição monopolista, fase que no Brasil coincidiu

com o período de significativo crescimento industrial e desenvolvimento urbano.

Acerca deste período, Pedrão destaca que

[...] a realização de grandes obras públicas e a formação do mercado de títulos favoreceram o desenvolvimento do grande capital, cuja ascensão modificou o modo de acumulação nas economias mais avançadas e em seus associados. [...] Longe, portanto, de separar os movimentos da modernização dos efeitos da economia tradicional, cabe entender que essa modernização maravilhosa da década de 1930 foi, na verdade, fruto de contradições do sistema econômico internacional [...].(PEDRÃO, 2009, p. 65)

Os investimentos estatais realizados para sustentar a infraestrutura energética e de logística que permitissem a expansão industrial neste período, por um lado ampliaram o endividamento do Estado, gerando uma significativa pressão inflacionária (Idem, p. 64) e, por outro lado, redundaram no fortalecimento das classes trabalhadoras urbanas e de suas formas de organização no *front* da luta de classes. Por volta da década de 60, ampliam-se no país as tensões entre capital e trabalho, expressas no fortalecimento das lutas sindicais e por reformas de base, conjuntura que redundou no golpe militar de 1964 e na consequente adoção do regime ditatorial no país.

Neste contexto, e lançando mão da reflexão de Fernandes (2011) acerca da movimentação dos militares, atores fundamentais na implantação e sustentação do regime, como integrantes das classes médias brasileiras no período, citamos que

Nesse quadro confuso, a maior parte das classes médias revelou o que valia o seu radicalismo e o seu nacionalismo. Seus componentes seguiram sem vacilações a opção das classes dominantes, já então “lucidamente” identificadas, pois perceberam parcialmente a direção do processo econômico, com a fórmula norte-americana de “desenvolvimento com segurança”. Delas saíram os quadros intelectuais do novo estilo de “revolução dentro da ordem e de cima para baixo”, provocada pela incorporação ao capitalismo monopolista internacional [...]. Os militares entram nessa história como um dos contingentes mais expressivos das classes médias, os que tinham acesso não só à força bruta mas às formas específicas de poder político estatal. Seria ingênuo pensar o militar fora e acima da estrutura de classe da sociedade brasileira. (FERNANDES, 2011, p.266)

Após cerca de vinte anos, o regime militar cumpre seu propósito, e uma vez esgotada a necessidade de sua manutenção para a garantia dos interesses de reprodução do capital, segue-se a *abertura democrática*, mais uma vez decorrente de uma movimentação das elites num processo de reacomodação para a

perpetuação do comando do poder político. Acerca deste fenômeno, Pedrão reflete que

Os movimentos de conservação e atualização do bloco de poder têm se processado mediante um controle do sistema político, que se realizou no subsolo do sistema formal, mediante os controles do eleitorado, dos cargos públicos, da destinação de verbas e da formação de grupos políticos regionais que mostram grande capacidade de se reproduzirem com mudanças de composição necessárias para se perpetuarem. É um movimento que reforça a concentração do capital através da canalização do financiamento público, ligando a categoria dos políticos ao bloco de poder. (PEDRÃO, 2011, p. 94)

A partir da década de 80, os governos eleitos permanecem acolhendo como diretrizes inquestionáveis o acoplamento do país aos interesses de reprodução do capital monopolista, culminando com as reformas de caráter neoliberal engendradas na década de 90, dentre elas a privatização de empresas estatais e perseguição da estabilidade macroeconômica, incluindo “[...] medidas que visem à redução da taxa de inflação, ao equilíbrio das contas públicas e à recuperação da capacidade creditícia externa” (KRAYCHETE, E., 2006, p.420). Acerca destas medidas Pedrão observa que

A privatização apressada e indiscriminada cumpriu de fato dois papéis, de subsidiar o grande capital em sua concentração e de desnacionalizar setores estratégicos da economia nacional, tais como a energia e a educação. É o grande resultado dos dois governos da década de 1990! (2011, p. 94)

Se o Brasil, no período imediatamente anterior ao golpe militar, avançava na acumulação de forças populares que poderiam efetivamente promover mudanças estruturais de *baixo para cima*, sendo tal conjuntura – aliada à efervescência de revoluções socialistas pelo mundo, incluindo a proximidade da experiência cubana – tanto perceptível pelas elites e respectivos parceiros internos e externos – a exemplo da maioria das classes médias locais e governos das nações do centro do sistema capitalista, respectivamente – que viabilizaram a instalação do regime de exceção, vale ressaltar que, segundo Fernandes (2011), tal episódio da história do país, apesar dos pesares, também cumpriu um papel histórico relevante, uma vez que também indica

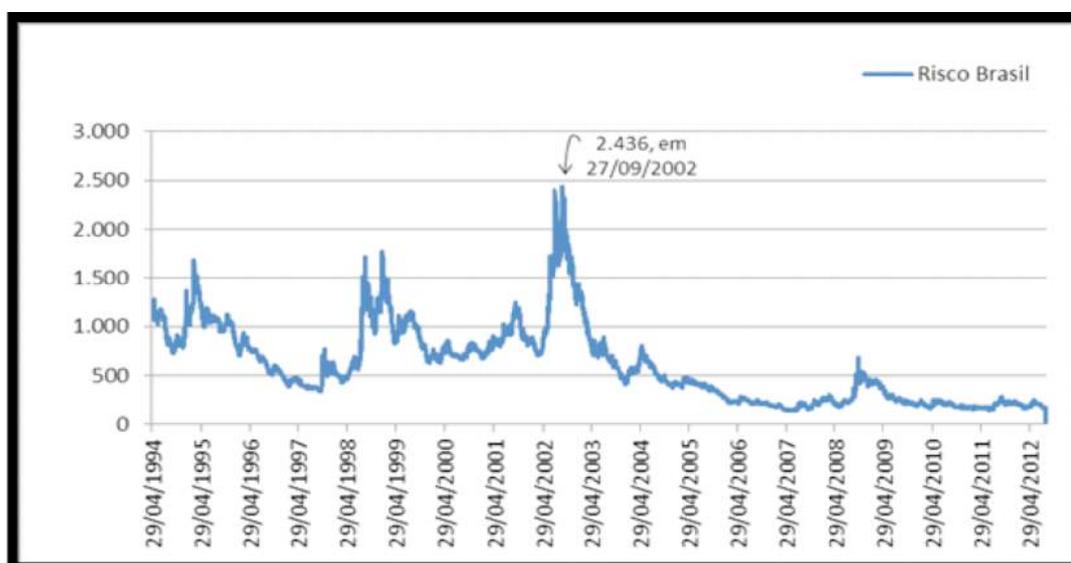
[...] novas perspectivas para a localização atual das classes médias (e dos militares como parte das classes médias) nas estruturas de poder da sociedade brasileira.[...] As classes médias trabalharam como parceiras da história, nas condições em que podiam preencher este mister. Agora a história continua. Ela não é nem pior e nem melhor do que antes: o colapso do populismo, da ideologia nacionalista, da revolução burguesa ao velho estilo importa tanto quanto um sarampo. Se entendermos todas estas

realidades pelo que elas valiam, a contrarrevolução acabou fazendo um trabalho útil – pelo menos esse é indiscutível –, pois varreu da cena histórica todo o lixo que se acumulara ao longo da imensa confusão “republicana”. Agora o cenário está pronto para receber outros protagonistas e em outras condições de luta, nas quais vai ser crescentemente mais difícil entorpecer os conflitos de classe e impedir sua eclosão revolucionária. (2011, p.268)

Apesar de publicados em 2011, tais escritos de Fernandes foram concebidos em 1973, em meio ao exercício pleno da ditadura sob o governo Médice, e trinta anos mais tarde o país assistiria a eleição de um representante da classe trabalhadora à Presidência da República. Com o governo Lula, de forma inédita chega à chefia do poder executivo federal um nordestino de baixa escolarização formal, metalúrgico e representante sindical. Quanto a este episódio, pode-se destacar a grande resistência oferecida pelos segmentos representativos das elites no país e no mundo, expressa, dentre outros aspectos, pelo clima de medo veiculado nos meios de comunicação conservadores, bem como o comportamento do *Emerging Markets Bond Index* – EMBI, índice calculado diariamente pela consultoria financeira JPMorgan e que se propõe a traduzir as condições de risco dos mercados emergentes.

Nas vésperas da eleição presidencial em 2002, a tensão dos investidores internacionais frente a possibilidade da vitória do candidato do Partido dos Trabalhadores levou o Risco Brasil a atingir em 27/09/2002 a marca de 2.436 pontos, a mais elevada da história do índice para o país.

Quadro 8: Risco Brasil entre 1994 e 2012

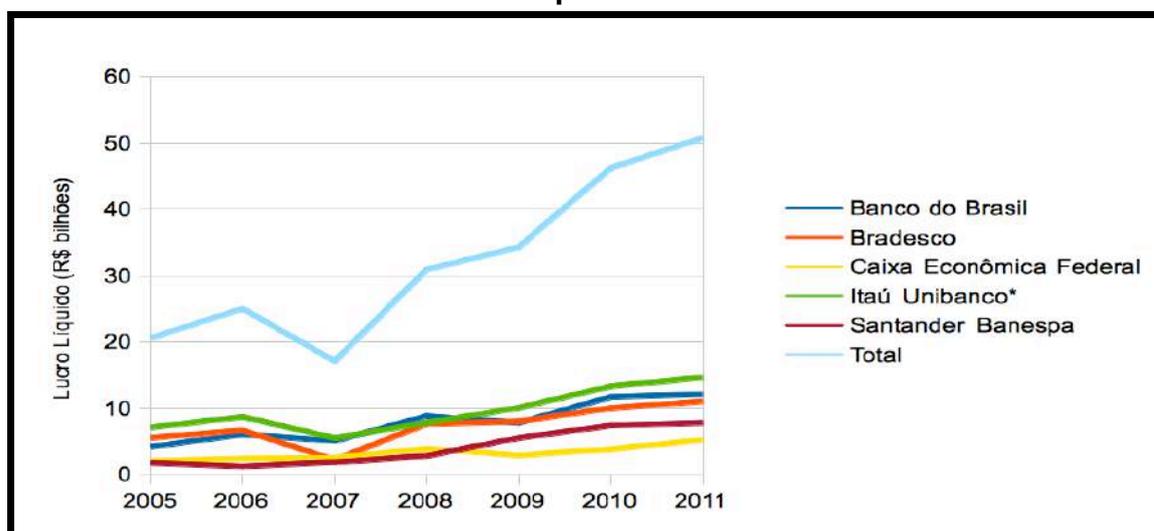


Fonte: ipeadata/2012

Acerca do primeiro mandato do Governo Lula, Araújo (2006) destaca como principais limites a manutenção de uma elevada relação dentre dívida interna sobre o PIB; aumento da carga tributária nominal, incluindo a perpetuação das distorções do modelo tributário brasileiro quanto à maior oneração percentual sobre os estratos de renda mais baixos; a manutenção de elevadas taxas de juros para a rolagem da dívida pública. Por outro lado, são também dignos de nota, enquanto avanços, a interrupção do processo de privatização das empresas estatais, a ampliação significativa da política de crédito, de apoio à agricultura familiar e à economia solidária.

Apesar do importante precedente aberto na história do país no que tange à ascensão política de representação do proletariado, evidentemente não se tratou de um processo revolucionário *stricto sensu*, uma vez que para viabilizar a governabilidade, muitas foram as concessões feitas a interesses muito distintos daqueles que mobilizam os trabalhadores. Assim, é perceptível uma significativa ampliação de políticas sociais – dentre as quais destacamos o programa Bolsa Família e seus resultados no que tange a ampliação do poder de consumo por parte das classes populares – mas também, e de forma acintosa, uma astronômica e crescente ampliação dos lucros bancários, conforme pode ser observado nos Quadros 9 e 10.

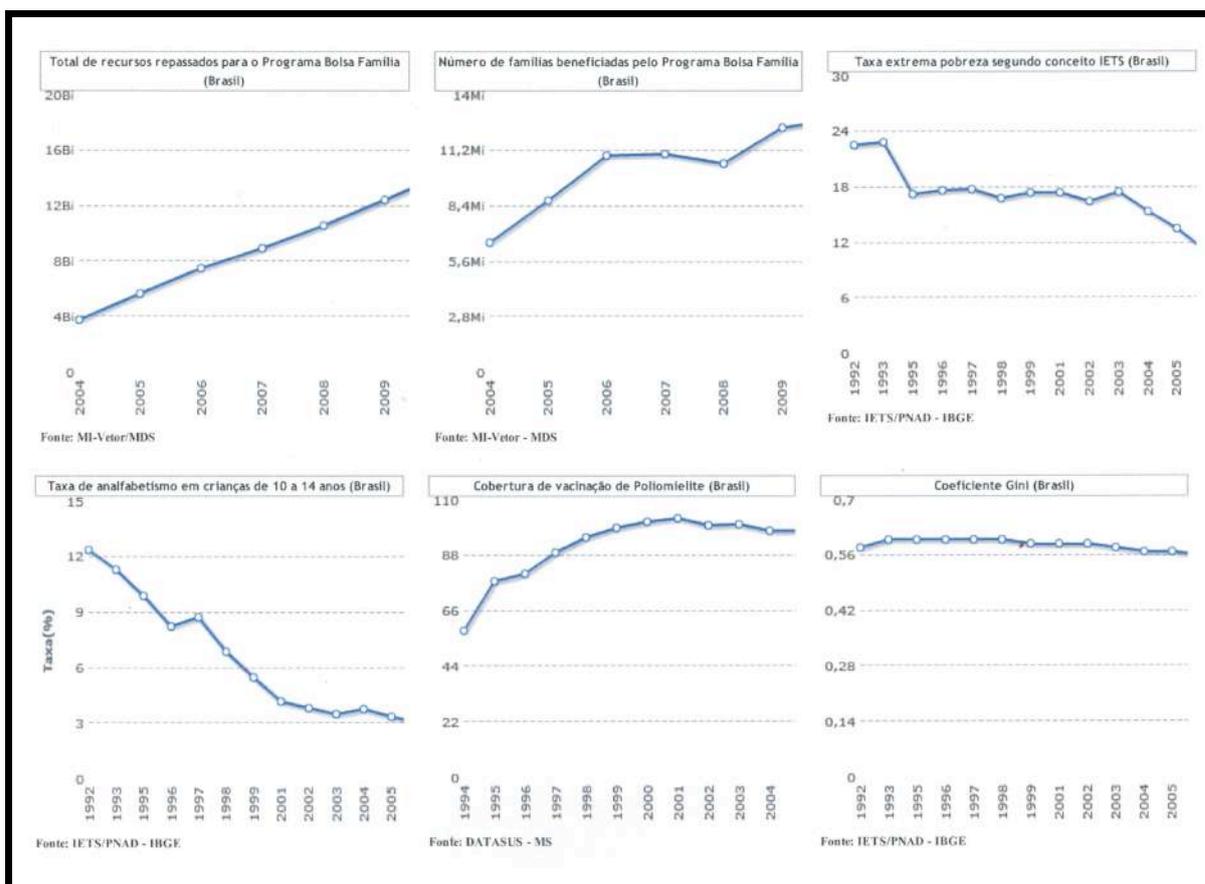
Quadro 9: Lucro líquido entre 2005-2011 de 5 dos maiores bancos que atuam no Brasil



*Os Bancos Itaú e Unibanco se fundiram a partir de 2008. Neste gráfico, para efeito de comparação, os lucros de ambos figuram somados de 2005 a 2007. Fonte: FEEB/PR¹⁹

¹⁹Disponível em: <http://www.feebpr.org.br/lucroban.htm>; acessado em 04/09/2012.

Quadro 10: Programa Bolsa Família e Conjuntura Social - Brasil



Fonte: MDS/2012²⁰

Portanto, no Quadro 9 é possível identificarmos um aumento expressivo no volume de recursos aportados na estratégia de transferência de renda que norteia o Programa Bolsa Família, o conseqüente aumento do conjunto de beneficiários deste programa e o significativo decréscimo da taxa de analfabetismo entre os indivíduos entre 10 e 14 anos. Por outro lado, observa-se também, ainda que negativa, uma variação muito pequena do Índice de Gini, indicador da concentração de renda. Esta manutenção do patamar de concentração de riquezas aponta para o fato de que não há indícios de alterações estruturantes na matriz de desigualdade no país, relativizando o discurso oficial quanto à magnitude dos avanços na redução da pobreza.

Resgatando as reflexões de Fernandes (2011), discutidas anteriormente acerca do papel histórico da maioria das classes médias brasileiras como cooperadoras no processo de reprodução do capital, cabe salientar um fenômeno que, ao meu ver,

²⁰ Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/PaineIPEI/PI1.php>; acessado em 04/09/2012.

corroborar com aspectos da presente análise, mais especificamente no que diz respeito à atuação de técnicos e gestores governamentais que trabalharam no Projeto Dias Melhores. Se considerarmos que: (i) a máquina estatal se movimenta em prol da reprodução do capital não apenas por envolvimento e intencionalidade das lideranças políticas que as encabeçam, e pelas normatizações jurídicas por elas instituídas, mas também, e de uma forma determinante, pelo exercício dedicado ou omissivo dos quadros técnicos que operacionalizam a burocracia pública; (ii) grande parte destes referidos quadros burocráticos são também oriundos das classes médias do país, inferimos que, mesmo quando ocorrem, contemporaneamente, avanços na correlação de forças políticas que permitam que quadros mais comprometidos com os interesses dos trabalhadores atuem enquanto dirigentes e formuladores de políticas públicas, ainda assim observa-se forte resistência das estruturas de estado em efetivamente realizá-las, incluindo a ocorrência de medidas conservadoras quando da necessidade de contingenciamento ou priorização da destinação orçamentária.

Quanto à materialização da luta de classes no interior da estrutura do Estado de tipo capitalista, os servidores públicos, ainda que membros de classes diversas, atuam segundo “uma unidade interna específica e constituem essa categoria social específica: a burocracia, 'servidora' da classe dominante” (SILVA, 2011, p. 12).

Tudo isto se traduz então em divisões e contradições internas consideravelmente acirradas no seio do pessoal de Estado, colocando em questão sua própria unidade, mas que também aqui se revestem de uma forma específica: elas se formam na estrutura organizacional própria do aparelho de Estado, seguem a trama de sua autonomia relativa e não correspondem termo a termo, nem de modo unívoco, às linhas destas divisões na luta de classes [...]. Mesmo quando as posições de classe repercutem no seio do pessoal do Estado por uma politização mais nítida deste pessoal (uma parte voltando-se, digamos, “para a esquerda”, uma parte “para a direita”, tal processo segue caminhos específicos notadamente os da crise ideológica [...] pessoal que (Gramsci o tinha percebido bem), em função do papel geral de organização e de representação do Estado, faz parte, em seu conjunto (e não apenas o pessoal dos aparelhos ideológicos), dos “intelectuais” em sentido amplo. (POULANTZAS apud SILVA, 2011, p. 13)

Assim, ainda acerca destes mecanismos de operação dos micropoderes, Foucault apropriadamente reflete que:

para fazer funcionar estes aparelhos de Estado que serão ocupados mas não destruídos, convém apelar para os técnicos e os especialistas. E, para isto, utiliza-se a antiga classe familiarizada com o aparelho, isto é, a

burguesia. Eis, sem dúvida, o que passou na U.R.S.S. Eu não estou querendo dizer que o aparelho de Estado não seja importante, mas me parece que, entre todas as condições que se deve reunir para não recomeçar a experiência soviética, para que o processo revolucionário não seja interrompido, uma das primeiras coisas a compreender é que o poder não está localizado no aparelho de Estado e que nada mudará na sociedade se os mecanismos de poder que funcionam fora, abaixo, ao lado dos aparelhos de Estado a um nível muito mais elementar, cotidiano, não forem modificados. (FOUCAULT, 1996, p.149)

A título de exemplo da operação desses micropoderes, podemos citar um fato que, ao meu ver, incide diretamente sobre os resultados obtidos pelo Projeto Dias Melhores no que tange à articulação de redes de colaboração entre os beneficiários das ações de assistência técnica, a saber, a vacância de um técnico social com experiência em mobilização grupal na equipe governamental responsável pela intervenção no campo. Havia no PIDS, documento de planejamento da intervenção no âmbito social, o detalhamento desta função no escopo da Equipe Técnica Local, bem como previsão orçamentária para tanto no contrato de apoio ao gerenciamento do Projeto, contrato responsável pela disponibilização de todos os profissionais a serem terceirizados para viabilizar, junto com os servidores de carreira do Estado envolvidos e demais serviços de pessoas jurídicas, a execução das ações previstas no Acordo de Empréstimo.

Apesar da referida previsão físico-financeira, e de não haver indícios de alterações formais desta determinação, tal ausência se mostrou prevalente por uma decisão de alocação de recursos. Isto nos leva a supor que este fato consiste na materialização da ação de micropoderes na estrutura de gestão e operacionalização do Projeto, tal como anteriormente destacado no excerto da obra de Foucault (1996).

Em síntese, apesar de termos nos limitado ao contexto e histórico de evoluções do estado em âmbito federal, entendemos que o recorte da abordagem desenvolvida é suficientemente representativo para também caracterizar – sob a ótica adotada – a sociedade política no contexto do estado da Bahia, de modo a subsidiar as demais análises do Projeto Dias Melhores que se seguem. Antes disso, a exemplo do que foi feito até então quanto ao poder público, cabe atentarmos para algumas reflexões relativas ao agente co-financiador daquela política, a saber, o Banco Mundial.

2.1 O Reflexo das Diretrizes do Banco Mundial no Desenho do Projeto Dias Melhores

O Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, mais comumente conhecido como Banco Mundial, foi fundado em 1944 com a missão de facilitar a reconstrução dos países europeus afetados pela segunda grande guerra. Cumprida esta tarefa inicial, o organismo vem, ao longo do tempo, reorientando sua missão. Contemporaneamente, segundo o conteúdo de divulgação institucional do BIRD, o principal objetivo do Banco consiste na redução da pobreza através de “uma globalização inclusiva e sustentável” (BIRD, 2012, tradução nossa).

De forma indissociável das funções financeiras do Banco, coexistem – inclusive através daquelas – as atribuições políticas solidamente atreladas aos interesses de reprodução do capitalismo mundial. Tais funções políticas se expressam principalmente através das prioridades de financiamento, bem como das condicionantes e alterações impostas aos projetos para que se tornem, ou permaneçam, elegíveis (KRAYCHETE, 2006).

Apesar da manutenção, desde sua fundação, da orientação geral das políticas do Banco em prol da perpetuação do capitalismo segundo os interesses dos países centrais, destacamos ainda, de acordo com o dinamismo do sistema, que as diretrizes que norteiam tais políticas sofrem ajuste periódicos, promovendo adequações do discurso e da prática da instituição para garantir o cumprimento dos seus objetivos, sejam eles explícitos ou implícitos²¹.

Assim, se até a década de 60 do século XX o Banco dava pouca ênfase à questão social, orientado pela concepção de desenvolvimento através do crescimento econômico, e priorizando investimentos em infraestrutura e no setor produtivo, sobretudo o industrial, na década seguinte

a questão da pobreza já ocupava lugar de destaque na política do Banco. Concluiu-se que a solução para o problema dependia menos do crescimento do país e mais do aumento da produtividade dos pobres, a qual passou a ser considerada como a principal estratégia para garantir a distribuição dos benefícios do desenvolvimento. Segundo a nova visão, a responsabilidade deveria ser transferida do âmbito do Estado para os próprios indivíduos, isto é, a diminuição da situação de pobreza dependeria da capacidade dos pobres em aumentar a sua própria produtividade. (FONSECA, 1998, p.4)

²¹ Idem.

Ainda segundo esta autora, a ênfase na ampliação da produtividade para os segmentos populares foi a estratégia adotada pelo Banco frente à segmentação do mercado de trabalho. Num cenário de fomento ao crescimento econômico a partir da acumulação, sobretudo industrial, observa-se uma distribuição desigual e assimétrica das oportunidades de trabalho, incluindo a ocorrência, em relação à população economicamente ativa, de uma quantidade reduzida de postos de trabalho formais, notadamente melhor remunerados e mais exigentes quanto à qualificação, bem como a concentração destes nos centros urbanos. Aos demais trabalhadores, segundo tal estratégia, restaria o trabalho informal ou por conta própria, formas de ocupação intensivas em mão de obra, fortemente caracterizadas pela flexibilidade, baixo custo e precariedade, amplamente recorrente nas zonas rurais e periferias dos grandes centros urbanos. A partir deste período, incorporaram-se às pautas de financiamento do Banco projetos que incluem ações no campo da educação, saúde e desenvolvimento rural, entendidas como subsídios necessários à ampliação da produtividade dos pobres.

Ainda acerca da ênfase do BIRD no combate à pobreza, Pereira (2010) destaca a frustração das expectativas depositadas pelos gestores do Banco até o final da década de 60 no chamado “efeito derrame”, ou seja, na falsa perspectiva de redução do *déficit* social dos países periféricos a partir do suposto espraiamento do capital acumulado, das elites em direção às classes populares, nos períodos de crescimento econômico. Diante da constatação de que a apropriação do crescimento verificado se dava através da intensificação da concentração de renda e consequente ampliação dos contingentes populacionais submetidos a condições de pobreza, a gestão do BIRD procedeu a dissociação entre os discursos em prol do crescimento econômico e da redução da pobreza, permitindo que ambos os temas fossem mantidos na agenda da entidade e tratados separadamente. Estrategicamente em relação aos interesses de reprodução do capital, foi sistematicamente omitida a relação de causalidade entre os referidos temas, bem como mantido o foco do Banco na centralidade do primeiro. Dentre as críticas a esta dissociação e consequente proposta de superação da pobreza apenas a partir do aumento da “produtividade dos pobres”, Pereira também destaca que

Tal proposição operava um triplo movimento: primeiro, apagava o caráter desigual e combinado das formas de exploração e, portanto, a “funcionalidade dos pobres” (desempregados, subempregados, pequenos agricultores etc.) para a acumulação capitalista; segundo, isolava a pobreza do conjunto das relações sociais, como se fosse um fenômeno em si mesmo; terceiro, reificava as modalidades mais predatórias de desenvolvimento capitalista, na medida em que explicava a pobreza como exclusão do progresso, e não como um de seus resultados. (PEREIRA, 2010, p. 268)

Considerando a necessidade de subsidiar e legitimar os esforços então empreendidos no “combate à pobreza”, o Banco passou também a investir em produção de conhecimentos, fomentando a constituição de um campo de pesquisa em torno desta abordagem e reunindo um grande número de estudos que, por sua vez, embasaram o desenho de novos projetos de intervenção a serem financiados pela instituição.

A legitimação desta abordagem contou, também, no contexto da década de 70, com o reforço oriundo da retomada da doutrina do realismo como modelo de política internacional adotado pelos Estados Unidos, modelo que, em seguida, seria também observado enquanto subsídio para as orientações do BIRD no que concerne ao desenho dos projetos a serem financiados. Fonseca (1998) destaca que, de forma sucinta, o realismo propunha que formulações ideológicas que sustentam o sistema capitalista, a exemplo das crenças na capacidade autóctone de autorregulação equitativa dos mercados, na necessária minimização das políticas sociais voltadas para a universalização de direitos, na promoção do desenvolvimento, meramente a partir da centralidade no crescimento econômico e adoção de políticas sociais focalizadas nos mais pobres, dentre outras, fossem consideradas como dados de uma realidade dada, dogmatizada, e não como desdobramentos de relações socialmente construídas, e, portanto, passíveis de serem alteradas ou resignificadas.

Já na década de 80, afinado com as diretrizes neoliberais que nortearam os ajustes do capitalismo global no período, o Banco inicia nova transição na sua atuação, ampliando a ênfase sobre as diretrizes que integram a *cartilha* acertada junto ao FMI e ao Tesouro dos Estados Unidos, publicamente conhecida como o Consenso de Washington, ou seja,

cortar gastos, eliminar subsídios, privatizar as empresas estatais, abrir a economia ao mercado internacional, criar ambiente favorável aos

investidores externos, tudo com vista a buscar acesso ao capital e aos mercados globais. (KRAYCHETE, 2006, p.419)

Quanto às questões sociais, o Banco, desde então, passou a adotar a estratificação da pobreza de acordo com o consumo, propondo a adoção de medidas específicas para os extremamente pobres²², a exemplo de distribuição de alimentos e transferência de renda. Já para os pobres que superaram a linha de indigência, preconiza-se a formulação de políticas que permitam acesso a ativos como a terra e crédito, bem como a garantia do funcionamento mais livre possível do mercado. Os ativos seriam supostamente suficientes para capitalizar tais indivíduos, permitindo-lhes a superação das condições de privação em que porventura se encontrassem.

Neste ponto específico, cabe reiterar a ressalva de que

A observação da pobreza, no atual discurso do Banco Mundial, centrada na distinção entre pobres e extremamente pobres, tanto se opõe a reflexão que toma a pobreza como um fenômeno decorrente do modo de produzir e distribuir próprio do capitalismo, como se distancia da noção de proteção social como um direito. (KRAYCHETE, 2006, p. 428)

Outro aspecto digno de nota é o elevado grau de efetividade da ação do Banco, observado por Pereira (2010), no que tange à incorporação dessas concepções de políticas públicas por parte dos países financiados, mesmo quando cessam os financiamentos. Considerando que os investimentos do BIRD pressupõem significativos investimentos locais a título de contrapartida, conformando precedentes quanto a alocação de recursos públicos que facilitam a replicabilidade; que a formatação e execução dos projetos a serem financiados implicam na intensiva convivência entre membros do corpo técnico dos mutuários e agentes de assistência técnica ou monitoramento do Banco, sendo recorrente a assimilação “realística” das citadas diretrizes políticas e prioridades de investimento público por parte dos primeiros, observa-se, na prática, o condicionamento técnico-burocrático dos entes públicos, que, mesmo desvinculados contratualmente das condicionalidades impostas pelo BIRD, passam a reproduzir políticas correlatas integralmente financiadas com seus próprios recursos.

²²De acordo com Kraychete, para o BIRD: “A noção de pobreza absoluta comporta a demarcação de linha de indigência e linha de pobreza. A pobreza absoluta tem por base um nível de renda necessário para a estrita reprodução do indivíduo ou grupo familiar. Os indivíduos ou grupos familiares abaixo dessa linha são classificados entre os que vivem em situação de pobreza extrema.” (2006, p. 424)

Este fenômeno pôde também ser observado no que tange ao Projeto Dias Melhores, que se constituiu na referência para a concepção e implantação do conjunto de ações voltado para os empreendimentos da economia dos setores populares no contexto do programa de inclusão produtiva do Estado da Bahia, o Programa Vida Melhor, lançado em agosto de 2011. Esta ação pública, ainda que acompanhando uma tendência nacional no que tange ao foco na mitigação dos efeitos da pobreza e extrema pobreza – que, por sua vez, também aparenta ser decorrente do relacionamento entre o Governo Federal e o Banco Mundial – reproduz de forma ampliada, aproveitando uma ambiência política favorável quanto à convergência de esforços de diversas setoriais do Governo Estadual, os procedimentos metodológicos que são objeto do presente estudo.

Neste sentido, entendemos que as ações de assistência técnica a empreendedores individuais e familiares atendidos pelo Projeto Dias Melhores guardam consonância com o discurso de combate à pobreza do BIRD, uma vez que pode-se perceber a priorização das famílias mais pobres, bem como o desenvolvimento de estratégias de ampliação da produtividade das iniciativas econômicas por elas desenvolvidas.

Apesar da constatação de que tal abordagem coopera, em linhas gerais, para o enfraquecimento de uma cultura institucional pública promotora de políticas voltadas para a universalização de direitos, não há indícios de que as demandas de curto e médio prazos relativas à reprodução das famílias do grande contingente de extremamente pobres nos centros urbanos brasileiros – contingente ampliado, dentre outras determinações, pela subordinação do país enquanto nação periférica na correlação de poder internacional – venham a ser equacionadas por uma ampla ação redistributiva e promotora de reformas de base por parte do Estado brasileiro, fato que atualmente não aparenta, interna ou externamente, contar com condições objetivas para efetivar-se.

Do ponto de vista prático, é preciso distinguir bem essas duas estratégias, sem ao mesmo tempo menosprezar nenhuma delas. Sem dúvida alguma, as “grandes” políticas de luta contra a marginalidade seriam aquelas dirigidas para o emprego, a moradia, a situação de erosão cultural das categorias desfavorecidas, isto é, às “causas” da miséria e da infelicidade. Mas sobre esses programas, em torno dos quais há obviamente unanimidade, ao menos na superfície, as pressões políticas e econômicas são fortes. Estaríamos cometendo um equívoco, portanto, ao subestimar a importância de esforços mais modestos e menos prestigiosos, dirigidos aos que já se desligaram (CASTEL, 1997, p.39).

Assim, o desenvolvimento de políticas focalizadas na minimização dos efeitos degradantes da pobreza extrema ainda guarda significativa carga de relevância, desde que coexista com a crítica severa aos interesses que patrocinam e defendem a suficiência destas políticas, bem como não prescindam do fortalecimento de outras ações públicas de caráter estrutural, a exemplo de mecanismos de ampla proteção social; de redistribuição e desconcentração de renda; de universalização da educação pública de qualidade em todos os níveis de ensino; de ampliação da produção, difusão, e acesso a bens culturais que fortaleçam a pluralidade de identidades; dentre outras.

Se a redefinição da eficácia econômica e da competência social deve ser paga ao preço de se pôr fora do jogo de 10, 20, 30% ou mais da população, será possível falar ainda de pertencimento a um mesmo conjunto social? Qual é o limiar de tolerância de uma sociedade democrática para o que chamarei, ao invés de exclusão, de invalidação social? Tal é, ao meu ver, a nova questão social. O que é possível fazer para recolocar no jogo social essas populações invalidadas pela conjuntura e para acabar com uma hemorragia de desfiliação que ameaça deixar exangue todo o corpo social? (CASTEL, 1998, p.34)

Capítulo 3 - Utopia e Reprodutivismo: as inovações e limites do Projeto Dias Melhores

Diante do perfil reprodutivista do Estado brasileiro e do Banco Mundial quanto à acumulação capitalista, e do comportamento da ação pública em relação aos circuitos da economia urbana nos países periféricos (SANTOS, 2008), verifica-se a manutenção do padrão de aporte predominante de políticas públicas de fomento e suporte ao circuito superior, assertiva esta que se evidencia através da assimetria entre a amplitude das políticas convencionais de crédito, compras públicas, produção e difusão de tecnologia em relação àquelas que se desenvolvem em prol do circuito inferior (POCHMANN, 2006, p.47). É neste último campo que se inscreve, não sem aparente dificuldade, a experiência de ação governamental no estado da Bahia que é objeto desse estudo, a saber, as ações de fomento à economia dos setores populares do Projeto Dias Melhores, mais especificamente aquelas que se desenvolveram na PIS Cobre.

Iniciaremos a discussão específica acerca da referida ação pública nos situando no contexto do recorte de abrangência territorial do Projeto que foi escolhido como escopo do presente estudo: a Poligonal de Integração Social (PIS) do Cobre.

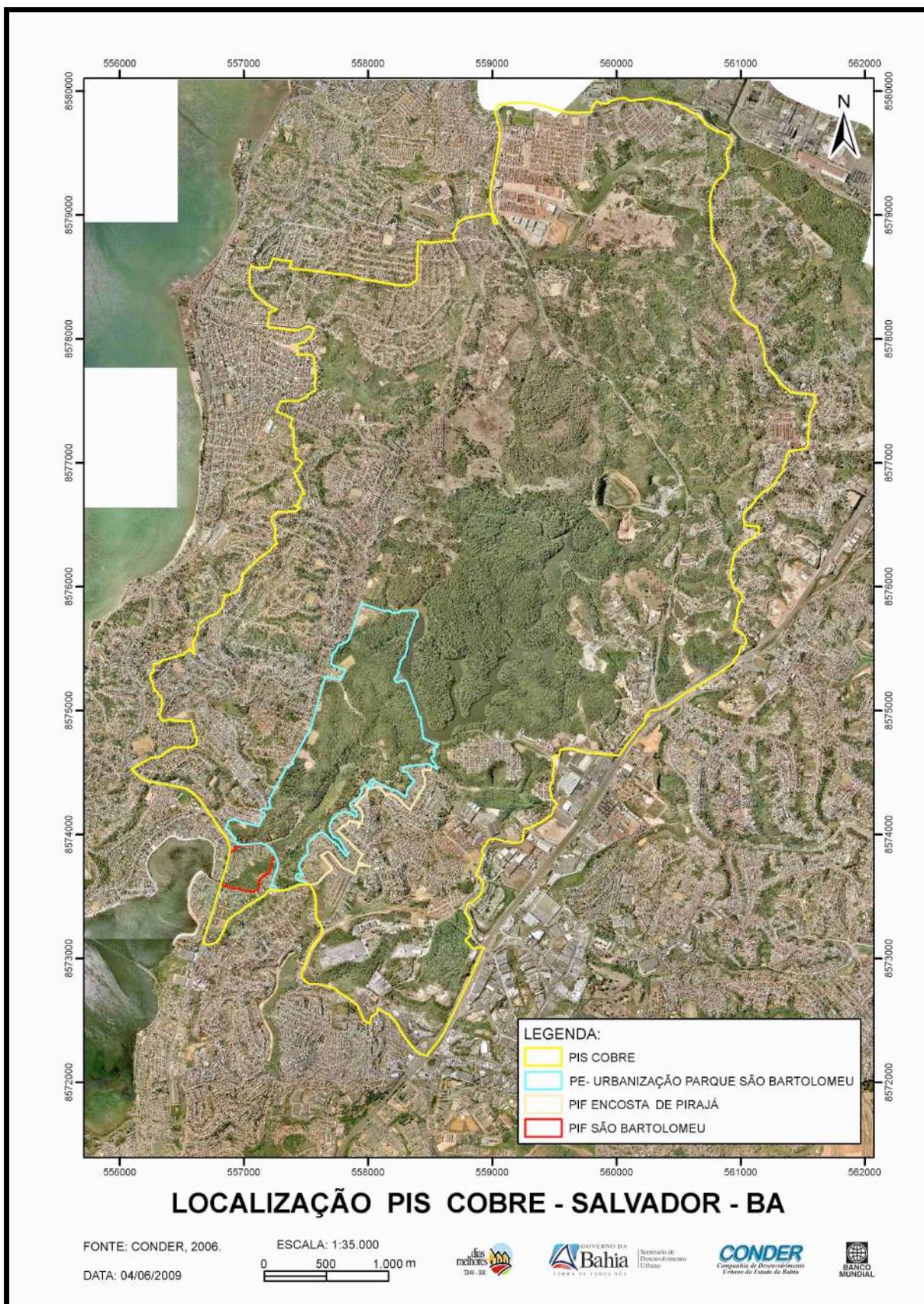
3.1 O contexto territorial - a PIS Cobre

A designação desta poligonal faz referência à bacia hidrográfica do Rio do Cobre, sendo que, em termos de extensão e contorno do traçado de ambas, há uma coincidência aproximada²³. A PIS Cobre localiza-se no subúrbio ferroviário de Salvador, circunscrevendo uma área de aproximadamente 22 km², incluindo uma população estimada de cerca de 115.000 habitantes²⁴, conforme pode ser visualizado no Quadro 11 (a seguir).

²³ Fonte: entrevistas informais com a equipe de planejamento do Projeto/2010.

²⁴ IBGE, 2000, apud SEDUR, 2009.

Quadro 11: Traçado e localização da PIS Cobre



Vale reiterar que nessa PIS encontra-se o Parque São Bartolomeu, significativo patrimônio ambiental e histórico-cultural da Bahia. O Parque foi criado pelo Decreto Municipal de desapropriação 4.590 de 21/02/74, com uma área de 75 ha, sendo depois incorporado ao Sistema de Áreas Verdes e Espaços Abertos de Salvador pelo Decreto Municipal 4.756 de 13/03/75, e contém uma expressiva biodiversidade de fauna e flora, além de representar um manancial hídrico que pode abastecer uma parcela da população do município. Historicamente, constitui-se em local de lutas libertárias há séculos (aldeamento indígena, quilombos, luta pela independência, reivindicações do movimento social) e, culturalmente, referência de religiosidade afro-brasileira e lazer, sobretudo por parte da população do Subúrbio Ferroviário, Pirajá e Valéria. No âmbito da PIS Cobre estão previstas as PIF discriminadas no Quadro 12 (a seguir).

Quadro 12: Poligonais de Intervenção Física (PIF) da PIS Cobre

| PIF | Detalhamento |
|---|--|
| Reabilitação do Parque São Bartolomeu | Recuperação e revitalização do Parque, com vistas a torná-lo um centro de referência da história, cultura e da natureza de Salvador; e dotando-o de equipamentos sociais e infra-estrutura que darão suporte a programas de inclusão social e melhoria da qualidade de vida da população. O Projeto prevê a implantação de uma Via de Contorno/Sistema de Proteção, do Centro de Referência Parque São Bartolomeu, do Núcleo Cultural de Pirajá, e a urbanização da Praça de Oxum; |
| Urbanização da Encosta de Pirajá | Intervenções físicas com produção habitacional e oferta de infra-estrutura na encosta de Pirajá, ao longo da Via de Contorno que será implantada nos limites do Parque São Bartolomeu. A poligonal do Projeto apresenta área de 206.033 m ² , população de cerca de 6.300 habitantes e aproximadamente 1.500 domicílios; |
| Urbanização da Comunidade de São Bartolomeu | Intervenções físicas com produção habitacional e oferta de infraestrutura na Comunidade de São Bartolomeu. A poligonal do Projeto apresenta área de 116.970 m ² , população de cerca de 2.000 habitantes e aproximadamente 500 domicílios. |

Fonte: SEDUR, 2009.

Dados da PIF Urbanização da Comunidade de São Bartolomeu que se seguem foram obtidos através de pesquisa censitária realizada pela CONDER em 2008 junto às famílias residentes nesta área de intervenção física, e podem ser considerados ilustrativos da situação de vulnerabilidade social que ocorre em toda a PIS. A

população é predominantemente jovem (49,24% possui até 24 anos), sendo 50,75% da população total composta por mulheres. A maioria dos chefes de família são homens, que perfazem um total de 62,16% dos domicílios.

No que diz respeito aos níveis de instrução da população adulta (acima de 24 anos), verifica-se que: 4,19% são analfabetos, 60,4% não possuem o nível fundamental completo, e 13,99% concluíram o ensino médio. Por fim, 2,27% possuem superior incompleto e 0,36% completo.

Em relação à renda familiar, incluindo os valores advindos dos programas sociais de transferência de renda, 11,82% das famílias encontra-se sem rendimentos, 55,72% ganha até 1 salário mínimo, 30,66% das famílias auferem entre 1 a 2 salários mínimos, sendo que 1,4% da população recebe entre 2 a 3 salários.

3.2 As Ações de Fomento à Economia dos Setores Populares

De acordo com o PIDS, as ações de fomento à economia dos setores populares do Projeto Dias Melhores consistem:

1. no acompanhamento direto a empreendedores individuais/familiares;
2. na assessoria técnica extensiva a empreendimentos associativos locais selecionados através de chamada pública;
3. no encaminhamento à cursos de qualificação sócio-profissional.

Estes últimos são ofertados a uma parte dos empreendedores individuais/familiares; dos integrantes dos empreendimentos solidários e, também, dos indivíduos em situação de não trabalho residentes nas PIS, de acordo com critérios pactuados pelo Projeto com representantes das comunidades. Conforme discutido anteriormente, no âmbito deste trabalho nos ateremos apenas ao detalhamento e análise da primeira destas categorias de atendimento.

O trabalho desenvolvido junto aos empreendedores individuais/familiares foi realizado em dois momentos:

1. um ciclo de atendimento intensivo e individualizado com periodicidade quadrimestral;
2. um posterior acompanhamento difuso, com ênfase em atendimentos coletivos esporádicos.

Cada ciclo tem início a partir da identificação preliminar dos pequenos negócios existentes, prioritariamente no entorno das PIF. A identificação dos empreendimentos que seriam atendidos, de acordo com o desenho metodológico da intervenção, se daria através da

divulgação das atividades de capacitação e fomento direcionadas para os empreendimentos individuais e/ou familiares, através das organizações comunitárias, igrejas, órgãos governamentais e não-governamentais localizados nas áreas de abrangência deste Programa. [E que seriam] priorizados os empreendimentos desenvolvidos por mulheres cadastradas no “Bolsa Família”, residentes nas Poligonais de Intervenção Física ²⁵.

A despeito dessa orientação inicial e considerando o ineditismo da ação, o desconhecimento da equipe técnica acerca do tamanho da demanda que poderia advir de processos tão abrangentes de mobilização e o receio de que tal demanda superasse em muito a capacidade de atendimento, atentando contra a credibilidade da intervenção, optou-se, no primeiro ciclo de atendimentos, por uma abordagem mais focal e direta junto aos empreendimentos identificados na PIF Urbanização da Comunidade de São Bartolomeu e entorno, sobretudo por conta da proximidade desta comunidade em relação ao Escritório Técnico Local. Esta proximidade foi considerada elemento facilitador do planejamento, verificação e ajuste da metodologia de abordagem.

O Quadro 13, a seguir, apresenta o conjunto de atendimentos de assistência técnica realizados pelo Projeto na PIS Cobre, especificando-os por ciclo e por área geográfica onde atuavam os empreendedores, distinguindo aqueles que desenvolviam suas atividades nas PIF ou fora delas.

No cômputo geral (até o 3º ciclo), verifica-se que mais da metade dos empreendedores atendidos (59,7%) não residia nas áreas de intervenção física,

²⁵ Fonte: primeiro produto da consultoria para assessoria em fomento da economia dos setores populares do Projeto.

embora tal priorização tenha ocorrido, em proporção similar, no segundo ciclo (59,6%). Neste aspecto, a equipe técnica informou²⁶ que, mesmo tendo em vista a priorização das PIFs, isto nem sempre foi possível por conta da ausência de demanda, seja pela inexistência de empreendedores no perfil de beneficiários do Programa, seja pelo descrédito no Programa por parte dos que lá atuavam. Tal descrédito ocorreu, sobretudo, nas áreas em que a efetivação das obras implicaram em conflitos entre os empreendedores residentes e a CONDER, conflitos estes que, em sua maioria, envolveram insatisfações daqueles quanto aos processos de reassentamento involuntário.

Quadro 13: Espacialização dos atendimentos na PIS Cobre por ciclo

| Ciclo | Áreas de PIF | | | | Áreas de PIS (fora das PIF) | | | Totais |
|---------------|--|---------------------------------------|------------|--------------|--------------------------------|-----------|--------------|------------|
| | PIF Com. de S. Bartolomeu (Reassentamento) | PIF Com. de S. Bartolomeu (Melhorias) | PIF Pirajá | % por Ciclo | São Bartolomeu | Pirajá | % por Ciclo | |
| 1º Ciclo | 12 | 2 | 1 | 37,5% | 21 | 4 | 62,5% | 40 |
| 2º Ciclo | 5 | 3 | 20 | 59,6% | 0 | 19 | 40,4% | 47 |
| 3º Ciclo | 3 | 3 | 5 | 23,4% | 0 | 36 | 76,6% | 47 |
| Totais | 20 | 8 | 26 | 40,3% | 21 | 59 | 59,7% | 134 |

Fonte: Banco de Dados de Atendimento – CONDER/2012

A obra de urbanização da Comunidade de São Bartolomeu é um exemplo significativo desta realidade. Tal comunidade foi se consolidando a partir da ocupação da margem direita do Rio do Cobre, numa área de mangue, suscetível a alagamentos. Após a realização de estudos hidrológicos por parte da CONDER, fixou-se uma cota de suposta estanqueidade, abaixo da qual todas as casas da comunidade deveriam ser removidas. Nesta área a ser desocupada, o projeto de urbanização previa a realização de um aterro e subsequente construção de novas habitações em prédios de dois pavimentos, além de áreas comuns e equipamentos de lazer e convivência, a exemplo de quadras esportivas, pequenas praças, parques infantis, centro comunitário. As famílias que seriam removidas da área para que se realizasse a urbanização teriam prioridade para serem reassentadas nessas novas habitações, que, apesar de apresentarem, em geral, melhor padrão construtivo, eram, em muitos casos, menores que as edificações produzidas pelos comunitários.

²⁶ Fonte: entrevistas informais com a equipe técnica.

Além disso, em determinadas situações, observava-se incompatibilidade entre a área útil das novas casas²⁷ em relação às necessidades das famílias numerosas. Isto também foi fator de tensão entre parte das famílias e a CONDER.

Além disso, a urbanização dessa área previa que um número significativo de domicílios permaneceria consolidada na porção da comunidade já edificada acima da referida cota de estanqueidade. Para tais domicílios, foi previsto um subprojeto de diagnóstico físico e realização de melhorias habitacionais pontuais e pulverizadas.

No princípio do trabalho de assistência técnica aos empreendedores desta PIF, ainda não havia iniciado o processo de desocupação e subsequente demolição dos domicílios localizados na área do aterro, havendo grande expectativa dos comunitários quanto à realização da obra e histórico de conflitos diversos por parte de famílias insatisfeitas. Vale ressaltar que a elaboração do projeto de intervenção física incluiu a realização de pelo menos três audiências²⁸ com o conjunto de moradores, além de reuniões menores com segmentos específicos e que, apesar da ocorrências de famílias insatisfeitas, havia, em geral, uma ambiência de otimismo nas referidas reuniões, aparentando boa aceitação da intervenção por parte da maioria dos moradores presentes nestes encontros.

As desocupações se dariam em quatro etapas, com vistas a minimizar os impactos sociais e otimizar o fluxo da intervenção física. Assim, considerando que a remoção temporária dos empreendedores residentes nas primeiras etapas, que no período da obra mudar-se-iam para outros domicílios alugados pelo Estado, não necessariamente no âmbito da PIS, optou-se pela priorização desses, na expectativa de vinculá-los ao programa antes de sua dispersão. Esta medida parece-nos adequada, tendo em vista que os processos formativos inerentes à assistência técnica poderiam permitir, por parte dos beneficiários, um acúmulo de conhecimentos relevantes ao desenvolvimento de seus trabalhos por conta própria, mesmo que, por conta da dinâmica dos reassentamentos, houvesse descompasso

²⁷ As novas casas tinham dois quartos e cerca de 42m² de área interna, ainda que o projeto contemplasse a realização, posteriormente e sob responsabilidade dos comunitários, de pequenas ampliações.

²⁸ Duas audiências relativas ao projeto de urbanização com produção habitacional, e uma relativa ao projeto de melhorias dos domicílios que não seriam removidos.

entre o período de retorno dos mesmos à comunidade e o ciclo de vida das ações de assistência técnica do Projeto. Ademais, a vinculação ao programa permitiria que os empreendedores, mesmo residindo provisoriamente fora da PIS, pudessem, caso necessário, recorrer a atendimentos pontuais por parte da Equipe Técnica de Trabalho e Renda (ETTR) no escritório técnico local e, eventualmente descontinuando suas atividades produtivas, pudessem também desfrutar das ações complementares, a exemplo da qualificação profissional.

Neste sentido, retomando os dados do Quadro 12, foi significativa a adesão dos empreendedores residentes na primeira etapa de reassentamento dessa PIF ao primeiro ciclo de assistência técnica. Diante dos conflitos oriundos dos processos de indenização ou de encaminhamento para outros domicílios a serem alugados²⁹, é possível observarmos o subsequente decréscimo deste quantitativo ao longo dos demais ciclos. A equipe técnica local relatou também³⁰, enquanto possíveis razões que levaram os demais empreendedores da comunidade a não se vincularem ao programa de assistência técnica, o fato de haver, dentre eles, expectativas mais amplas acerca do atendimento, a exemplo da doação de equipamentos, ações estas não previstas no escopo do Projeto.

Portanto, a partir de caminhadas exploratórias por parte dos agentes, procedeu-se a identificação preliminar dos negócios existentes nessa PIF e demais áreas da PIS identificadas no Quadro 12, sendo realizado um cadastro de 98 empreendedores interessados em participar do primeiro ciclo do Programa³¹. Dentre os cadastrados, foram selecionados 48 iniciativas para atendimento. Os cadastros consistem num conjunto de informações preliminares acerca de cada iniciativa, de acordo com as respostas fornecidas pelos empreendedores nas primeiras abordagens, e a seleção ocorreu através da aplicação dos seguintes critérios: renda *per capita* de até R\$250,00; tempo mínimo do negócio de 6 meses; maior número de dependentes da atividade produtiva; o fato do negócio ser a principal fonte de renda para a família; e

²⁹As famílias que não quisessem ser reassentadas nas novas habitações que seriam construídas na comunidade, poderiam optar por uma indenização de suas residências. O valor de tal indenização era fixado a partir da avaliação do imóvel pela CONDER e, normalmente, não alcançava a expectativa dos moradores. Os que desejassem retornar, fariam jus, após desocuparem suas casas na comunidade, a um auxílio denominado de aluguel social, pago pela CONDER diretamente ao proprietário da casa a ser alugada, que, por sua vez, deveria ser identificada pelo próprio comunitário.

³⁰Fonte: entrevistas informais com membros da ETTR.

³¹Fonte: Cadastro do Trabalhador por Conta Própria – Vide ANEXO C.

priorização das famílias que seriam reassentadas nas primeiras etapas da intervenção física³².

Tal priorização, também prevista no planejamento metodológico supracitado, se deve ao fato de que as áreas de intervenção física tendem a ampliar os custos de reprodução das famílias, uma vez que os processos de urbanização acarretam em regularização, e conseqüente cobrança pelo fornecimento de serviços públicos, a exemplo da oferta de água tratada, saneamento, energia elétrica. Novamente, a convergência de aportes tem em vista a potencialização do investimento público e a tentativa de ampliação da sustentabilidade das diversas intervenções, buscando evitar que tais famílias tenham que evadir as áreas requalificadas por não terem condições materiais de arcarem com os novos custos.

Acerca desta convergência, destacamos que este era um princípio observável em documentos de planejamento do Projeto, como nos seguintes excertos do primeiro produto da consultoria para assessoria em fomento da economia dos setores populares³³ e do PIDS, respectivamente.

A sustentabilidade dos empreendimentos da economia dos setores populares, através da reprodução de formas de trabalho economicamente viáveis e socialmente justas, pressupõe uma **ambiência** que promova este tipo de economia. Esta *ambiência* – ou este espaço socialmente construído – envolve tanto as questões internas como externas aos grupos. Certamente, nada substitui a necessidade dos trabalhadores saberem tocar e gerir os seus empreendimentos. Mas a sustentabilidade dos mesmos depende de condições culturais, econômicas, tecnológicas, sociais etc, impossíveis de serem alcançadas apenas através do empenho dos trabalhadores que compõem esta economia dos setores populares. A emergência destas condições requer ações convergentes e complementares de múltiplas instituições e iniciativas de órgãos governamentais, das organizações não governamentais, instituições de ensino e pesquisa, sindicatos etc. Entendida desta forma, a sustentabilidade dos empreendimentos da economia dos setores populares não se resume a uma questão técnica ou estritamente econômica, mas tem uma feição essencialmente política³⁴.

Uma mudança de qualidade desta economia dos setores populares pressupõe diferentes tipos de aportes econômicos e sociais que não são reproduzíveis atualmente no seu interior, requerendo ações convergentes e complementares direcionadas para as condições de moradia e trabalho desta população³⁵.

³² Fonte: entrevistas informais com membros da ETTR.

³³ Consultoria individual contratada para responsabilizar-se pelo detalhamento da metodologia, qualificação das equipes locais e acompanhamento da intervenção do Projeto no campo do trabalho e renda.

³⁴ Fonte: Primeiro produto da consultoria para assessoria em fomento da economia dos setores populares.

³⁵ Fonte: Plano Integrado de Desenvolvimento Social. SEDUR. Salvador, 2009, p. 7.

3.2.1 A integração das ações sociais com as intervenções físicas

Apesar dos esforços do planejamento do Projeto no sentido de ampliar a integração das ações sociais com as intervenções físicas, inclusive buscando garantir que ambas convergissem para beneficiários comuns, houve grande dificuldade de efetivação desta convergência durante a execução das diversas ações. Além das ações de trabalho e renda, integravam o conjunto de intervenções sociais atividades de segurança e convivência comunitária (replicação de parte da Política de Atenção Integral à Família – PAIF do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, sobretudo nas áreas de intervenções físicas), de fortalecimento da governança local (qualificação de técnicos e reforma das sedes de organizações sociais locais selecionadas, elaboração de um Plano Local de Desenvolvimento Comunitário em cada PIS e articulação de um fórum das organizações locais para gestão do Plano), de educação pela comunicação (formação de agentes locais e constituição de um núcleo de produção audiovisual por PIS), dentre outras. Considerando a especificidade dos serviços inerentes à execução das referidas atividades, além dos limites do Acordo de Empréstimo quanto à contratação direta de pessoal, grande parte destes serviços foi contratada junto a consultorias diversas, cada uma delas com seu respectivo e burocrático processo de aquisição.

Uma realidade análoga transcorria no campo das intervenções físicas, onde ocorriam a gestão de diversos contratos para viabilizar as obras, a exemplo dos serviços de elaboração de estudos preliminares, projetos de urbanização, licenciamento ambiental, licitação e execução das obras propriamente ditas. Assim, entendemos que a complexidade de gestão de tais aquisições e contratos, tanto de intervenções físicas quanto sociais, parece ter sido o principal entrave para que os respectivos serviços estivessem disponíveis nas PIS de forma tempestiva.

Um exemplo desta realidade, ainda na PIF Urbanização da Comunidade de São Bartolomeu, foi o reassentamento dos estabelecimentos comerciais que atuavam na Praça de Oxum, dentro do Parque São Bartolomeu. Considerando a precariedade das instalações dessas iniciativas, voltadas para a comercialização de alimentos e bebidas, bem como a incompatibilidade de funcionamento desse tipo de empreendimento dentro da poligonal do Parque, sobretudo por conta das restrições

de uso e ocupação do solo inerentes às unidades de conservação ambiental³⁶, foi previsto no projeto de urbanização da referida comunidade, numa área contígua a uma das entradas do Parque, a construção de uma área específica para o desenvolvimento dessas atividades. Neste espaço, previu-se a construção e cessão, prioritariamente para as famílias que anteriormente atuavam na Praça de Oxum, de onze estruturas físicas adequadas às orientações dos órgãos de inspeção sanitária para o segmento. Entretanto, dentre os comerciantes que foram contemplados com tal estrutura, somente um empreendedor acolheu a assistência técnica fornecida pelo Projeto. A equipe técnica relatou, através de conversas informais, que a maioria destes empreendedores, além do estabelecimento comercial, também residia dentro da poligonal no Parque e apresentou muita resistência devido a insatisfações quanto ao processo de reassentamento.

3.2.2 A assistência técnica

Dentre as atividades realizadas no âmbito da assistência técnica aos empreendedores individuais, citamos: a transferência de tecnologias de gestão, adequadas ao contexto da economia dos setores populares, através da realização de Estudos de Viabilidade Econômica (EVE)³⁷; a oferta de orientações acerca da formação de preços, do controle de fluxos financeiros e da comercialização; o encaminhamento para a qualificação profissional e obtenção de crédito; a articulação de redes de cooperação, dentre outras.

Os atendimentos aos empreendimentos individuais deveriam ser realizados por três agentes de desenvolvimento: indivíduos que residissem prioritariamente na PIS; que houvessem concluído o ensino médio e que fossem especificamente qualificados e contratados pelo Projeto para o exercício destas funções. Além da escolaridade e residência na comunidade, compunham os requisitos básicos para a função de agente de desenvolvimento: disposição e sensibilidade para a realização de

³⁶Vide detalhamento do Sistema de Áreas de Valor Ambiental e Cultural (SAVAM) do Município de Salvador, Capítulo V do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano da Capital, disponível em http://www.gestaopublica.salvador.ba.gov.br/cadastro_organizacional/documentos/sedham_savam.pdf. Acessado em 3 de dezembro de 2012.

³⁷O Estudo de Viabilidade Econômica é o principal instrumento do atendimento de assistência técnica em questão e, partindo de uma metodologia adequada, visa proporcionar ao comunitário maior domínio sobre as bases de sustentabilidade de sua atividade por conta própria.

atividades direcionadas ao desenvolvimento comunitário; facilidade de trabalhar em equipe; iniciativa e capacidade de diálogo com trabalhadores e grupos comunitários; facilidade de lidar com números³⁸.

O objetivo do trabalho dos agentes era “fortalecer a sustentabilidade e a capacidade de iniciativa das organizações econômicas populares no domínio das condições necessárias à viabilidade econômica e à gestão eficaz dos empreendimentos que desenvolvem”³⁹.

A cada agente da PIS Cobre coube, inicialmente, a responsabilidade pelo atendimento a um conjunto de 15 empreendedores, através de, pelo menos, doze visitas com periodicidade semanal. Durante os atendimentos foram colhidas as informações que subsidiaram a realização dos EVEs e, paralelamente, foram ofertadas orientações técnicas de acordo com a especificidade de cada negócio e receptividade dos empreendedores. Ao final do ciclo de atendimentos individuais, cada agente procedeu a devolução dos estudos de viabilidade sistematizados a cada empreendedor atendido, incluindo neste documento um rol de recomendações relativas ao aprimoramento do respectivo negócio. Neste momento foi feita, também, nova coleta de informações socioeconômicas mais detalhadas de cada iniciativa, que foram lançadas num banco de dados. Findou-se, então, uma seqüência intensiva de atendimentos individuais, e os agentes partiram para reeditar o processo em uma nova área da PIS.

Durante a execução do primeiro ciclo, um dos agentes requereu seu desligamento da equipe. Como o processo ainda estava no início, os outros dois agentes assumiram, ainda que com muito esforço, a assessoria a todos os empreendedores selecionados. Naquele momento havia grande insegurança por parte da equipe, que foi, paulatinamente, acumulando experiência para o desenvolvimento da metodologia, aprimorando as propostas iniciais de abordagem aos empreendedores, os instrumentos elaborados pela consultoria para a coleta de dados, bem como se apropriando dos conceitos relativos à gestão dos empreendimentos a serem trabalhados no contexto dos estudos de viabilidade.

³⁸ Fonte: Primeiro produto da consultoria para assessoria em fomento da economia dos setores populares.

³⁹ Fonte: Idem.

A etapa subsequente em relação ao encerramento de cada ciclo de atendimentos individuais consistia na realização de atendimentos coletivos, ocasiões onde se pretendia promover aproximações entre os empreendedores que assim o desejassem e operadores de microfinanças, agentes do SEBRAE – sobretudo para fornecimento de orientações acerca da formalização⁴⁰, oportunidades de qualificação profissional e construção participativa de processos de cooperação, a exemplo de compras conjuntas, consorciação de equipamentos, dentre outros.

A meta nominal do Projeto para esse serviço de assistência técnica compreendia o “acompanhamento direto a 600 empreendedores individuais e familiares identificados, incluindo transferência de tecnologias de gestão adequadas ao contexto da economia dos setores populares”⁴¹. Vale ressaltar que tal meta incluía o somatório dos atendimentos feitos em todas as quatro PIS, ao longo de quatro ciclos, prevendo uma distribuição linear entre ambas as dimensões. Assim, o planejamento indicava o acompanhamento a 150 empreendedores na PIS Cobre, a uma razão ideal de 37,5 empreendedores por ciclo.

Apesar deste estudo ter se estruturado para ser concluído antes da efetivação do quarto ciclo de atendimento, incluindo, dentre outras particularidades, a especificidade da sistemática de coleta de dados qualitativos, tivemos acesso ao relatório final da consultoria contratada pelo Projeto para acompanhamento das referidas ações. Assim, entendemos oportuno registrar que, no período global de vigência destas atividades, foram atendidos 707 empreendimentos, nas quatro PIS que configuram a abrangência do Projeto. Destes, 183 empreendedores foram atendidos na PIS Cobre nos quatro ciclos, conforme o Quadro 14, a seguir. Destarte, observa-se que houve a superação da meta global em cerca de 18%, e específica da PIS Cobre em cerca de 22%.

Ressalta-se que, além dos três agentes já mencionados, integraram também a chamada Equipe Técnica de Trabalho e Renda (ETTR) de cada PIS mais dois

⁴⁰Enquadramento na Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, mais especificamente na categoria de Microempreendedor Individual (MEI). Para mais informações, vide: <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/modulos/entenda/legislacao.php>, consultado em 01/06/2011.

⁴¹Fonte: Plano Integrado de Desenvolvimento Comunitário (PIDS)

técnicos de nível superior. Segundo o PIDS, tal dupla deveria ser, preferencialmente, constituída por um economista ou administrador com experiência em cooperativismo, e um técnico social com experiência em coordenação de Grupos Operativos. Estes técnicos supervisionaram o trabalho dos agentes, acompanharam diretamente o assessoramento aos empreendimentos solidários selecionados, e a oferta de qualificação profissional. No caso da PIS Cobre, tal equipe era formada por uma administradora e uma psicóloga.

Quadro 14: Total de empreendimentos individuais ou familiares atendidos por PIS

| PIS | Nº de empreendimentos |
|--------------|-----------------------|
| Pau da Lima | 177 |
| Ribeira | 177 |
| Cobre | 183 |
| Mangabeira | 170 |
| Total | 707 |

Fonte: Relatório final da consultoria para assessoria em fomento da economia dos setores populares.

A constituição das equipes responsáveis pelas intervenções sociais finalísticas se deu através de processo seletivo coordenado por uma comissão de técnicos da SEDUR e CONDER entre junho e julho de 2010. No caso das ações de trabalho e renda, a seleção culminou com um treinamento específico dos novos quadros, incluindo repasse dos aspectos teóricos e metodológicos a serem adotados no trabalho, com carga horária de 72h, realizado entre os meses de julho e agosto daquele ano⁴².

Apesar da equipe de técnicos de nível superior da PIS Cobre ter sido, inicialmente, contratada conforme previsto no PIDS, após cerca de cinco meses, a técnica social solicitou, por questões pessoais, sua desvinculação do Projeto. Desde então, não houve nova contratação e a equipe seguiu desfalcada até a conclusão de suas atividades, em meados de outubro de 2012.

⁴² Fonte: Programa do Curso de Formação das ETTRs – Projeto Dias Melhores. Vide ANEXO F.

Quanto à preparação e composição da ETTR, vale, ainda, tecer algumas considerações. No contexto mais amplo das ações sociais do Projeto, havia em cada PIS um conjunto de atividades desenhado para ser desenvolvido por uma entidade da sociedade civil local, no intuito de – em linhas gerais – mobilizar a comunidade e promover o envolvimento da mesma no processo de controle social das ações públicas finalísticas a serem desenvolvidas. As Operadoras Sociais (OS), designação que foi atribuída a tais organizações no que tange ao exercício das referidas funções, foram então selecionadas por chamadas públicas, levando-se em conta critérios como histórico e qualidade da atuação comprovada nas PIS, articulação em rede, qualificação da equipe chave mobilizada para o trabalho junto ao Projeto, dentre outros.

No escopo de atuação das OS, figurava inicialmente a realização de um curso para cerca de 30 mobilizadores sociais com carga horária não inferior a 300h. O conteúdo de tal atividade deveria ser proposto pelas Operadoras, e os mobilizadores deveriam ser moradores das comunidades, preferencialmente aqueles que já tivessem experiências prévias de envolvimento com as organizações locais. O objetivo desta proposição era apoiar a formação de novos quadros que pudessem ampliar a capacidade de atuação da sociedade civil organizada, e a expectativa do Projeto é de que fossem trabalhados conteúdos relativos a direitos, políticas públicas, reforma urbana, economia solidária, questões de gênero, raça e geração, acessibilidade, dentre outros⁴³. Durante o curso, os mobilizadores seriam também informados acerca das diversas ações a que seriam desenvolvidas no âmbito do Projeto e apoiariam a realização de um diagnóstico rápido urbano participativo da PIS. Havia também o comprometimento da gestão do Projeto à época de que parte dos cursistas seriam contratados para integrarem as equipes técnicas sociais para apoio às intervenções previstas, assim tendo ocorrido no que tange aos agentes de desenvolvimento das ETTR.

⁴³ Fonte: Plano de curso para a formação de mobilizadores sociais, conforme ANEXO D (excerto do Plano de Trabalho do contrato da Operadora Social da PIS Cobre).

3.2.3 A qualificação profissional

No que tange à qualificação profissional, apesar dos esforços empreendidos pela equipe de planejamento, quando da elaboração do PIDS, para que o projeto alocasse recursos financeiros próprios do acordo de empréstimo em ações dessa natureza, vigorou a proposta de consecução de tais cursos a partir de articulações, sobretudo, com a setorial do Governo do Estado responsável pela gestão local do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda, a saber, a Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte da Bahia (SETRE). Apesar da razoabilidade desta proposta, principalmente por conta da possibilidade de otimização recursos públicos decorrente da convergência de políticas estaduais potencialmente complementares (novamente a questão da ambiência, anteriormente citada), os resultados não foram suficientes para o cumprimento da meta correlata, estabelecidas com o BIRD:

Meta 2.3. Até dezembro de 2010, 600 trabalhadores/as qualificados/as, aptos a ingressarem ou a permanecerem em condições mais vantajosas no Mercado de Trabalho;

Em relação à demanda existente nas comunidades por novos postos de trabalho, entendemos que a consolidação das iniciativas existentes, mesmo que numa escala reduzida, contribuirá com a absorção de trabalhadores/as ainda não envolvidos/as com tais atividades. Ressaltamos, entretanto, que estão previstas ações de qualificação sócio-profissional, que, além dos integrantes dos empreendimentos atendidos serão também ofertadas ao público em situação de não trabalho, preferencialmente aqueles beneficiários de programas de transferência de renda, consoante à demanda do mercado identificada pelo Serviço de Intermediação para o Trabalho do Governo do Estado⁴⁴.

Antecipando possíveis problemas na operacionalização dessa meta, a equipe de planejamento, mesmo sem a previsão inicial de alocação de recursos para contratação de cursos diretamente, garantiu a contratação de uma consultoria individual para elaboração de um plano participativo de especificação da demanda; distribuição das vagas porventura captadas entre os segmentos de beneficiários previstos no PIDS (empreendedores individuais, sócios de empreendimentos solidários e pessoas não ocupadas); prospecção de cursos junto a parceiros públicos e privados, incluindo o “Sistema S”; preparação da sistemática para aquisição de cursos, caso do estado viesse a viabilizar recursos de outras fontes para essa finalidade.

⁴⁴ Fonte: Plano Integrado de Desenvolvimento Social (PIDS). SEDUR. Salvador, 2009, p.43

De fato, houve cooperatividade no diálogo com entes do “Sistema S”, com a SETRE, assim como, junto à administração municipal em Salvador, com a Secretaria Municipal do Trabalho, Assistência Social e Direitos do Cidadão (SETAD). Entretanto, muitos foram os entraves para compatibilizar a oferta de vagas de qualificação com as demandas dos comunitários, bem como garantir que a planejada convergência de políticas efetivamente ocorresse. Em agosto de 2011, período em que o Projeto já cumpria, para encerramento do acordo de empréstimo, um aditamento de prazo de mais 23 meses além do previsto à época de finalização do PIDS, contabilizava-se, como fruto daquele diálogo, um total de 142 moradores das três PIS de Salvador tendo realizado cursos de qualificação profissional, sendo este contingente equivalente à 23,7% da meta global e, destes, cerca de 26% composto por moradores da PIS Cobre⁴⁵.

No caso dos empreendedores individuais atendidos com a assistência técnica, por exemplo, a disponibilidade de cursos prospectados não coincidiu com as necessidades formativas identificadas em campo, assim como a natureza dos cursos, que eram organizados de forma intensiva (40h semanais, durante 4 a 5 semanas), se mostrou incompatível com a dinâmica laboral dos trabalhadores em suas atividades por conta própria. Considerando, conforme detalharemos a seguir, que mais da metade dos empreendedores atendidos na PIS Cobre, entre o primeiro e terceiro ciclos, realizava uma jornada de trabalho entre 10 e 16 horas diárias; que a redução dessa jornada implicaria também na consequente redução dos rendimentos (cerca de 65% dos trabalhadores atendidos na PIS Cobre auferia rendas mensais inferiores à um salário mínimo), não é razoável supor que tais indivíduos tivessem reais condições de participar dos referidos cursos.

Além disso, mesmo que as equipes técnicas tenham sido orientadas para, nos processos de mobilização das comunidades, redirecionar as vagas dos cursos prospectados para outros membros das famílias dos empreendedores – ou mesmo para outros comunitários não atendidos pela assistência técnica que pudessem dispor do tempo necessário para aproveitá-las – outros entraves cooperaram para a frustração dessa meta no período. O primeiro deles reside no fato de que parte das atividades formativas prospectadas era proveniente das cotas de contrapartida

⁴⁵ Fonte: Relatório da Consultoria de Qualificação Profissional do Projeto Dias Melhores – Agosto/2011.

institucional de entes do “Sistema S” e, portanto, não contando com aportes de assistência estudantil, a exemplo de subsídios para transporte e alimentação. Neste caso específico, houve a perspectiva de, através do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), viabilizar, inicialmente, a realização de duas turmas de cursos no arco ocupacional da construção civil⁴⁶, havendo a possibilidade de posterior ampliação desta oferta. Apesar da equipe do Projeto ter viabilizado, junto a uma organização social local da PIS Ribeira (localidade relativamente próxima da PIF Comunidade de São Bartolomeu), a cessão do espaço para a realização dos cursos, aliado ao caráter gratuito dos mesmos, a ausência de assistência estudantil implicou em restrições quanto a participação, verificando-se, inclusive, o não fechamento de uma das turmas e ociosidade de cerca de 30% na outra.

Outro fato que cooperou para a baixa adesão por parte dos comunitários, foi que, além dos cursos de contrapartida institucional do “Sistema S”, foram também captadas vagas do chamado PLANSEQ Construção Civil – Bolsa Família. Esta iniciativa conjunta entre o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e a Casa Civil do Governo Federal tinha como propósito promover a qualificação e inserção profissional de beneficiários do Programa Bolsa Família nas obras do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC)⁴⁷. Neste caso, eram contemplados recursos para assistência estudantil, mas disseminou-se maciçamente a desconfiança por parte das famílias de que, ao encaminharem um de seus integrantes para os referidos cursos, isto poderia implicar em perda do benefício de transferência de renda.

Diante desse cenário, a equipe de gestão do Projeto, de forma insistente, angariou, junto à então direção da SEDUR, recursos orçamentários próprios do estado para proceder a contratação de cursos consoantes à demanda dos beneficiários do Projeto. Neste sentido foi discutido junto com as ETTRs e representações de organizações locais a identificação dos cursos mais condizentes com a realidade de cada PIS, bem como o formato mais otimizado dos cursos, de modo a contemplar as

⁴⁶ Ressalta-se que o segmento da construção civil contava com um mercado aquecido no município à época, apresentando boas perspectivas de empregabilidade, mesmo para trabalhadores com baixa escolaridade formal.

⁴⁷ Fonte: MDS/2008. Disponível em <http://www.fomezero.gov.br/noticias/planseq-bolsa-familia-informacoes-complementares/>. Acessado em 7 de dezembro de 2012.

necessidades dos diversos públicos. O ANEXO E apresenta a grade de cursos que foram contratados e, no caso específico da PIS Cobre, ao final do quarto ciclo de atendimento⁴⁸, 27 empreendedores, do total de 183 (cerca de 15%), foram qualificados diretamente pelos contratos gerenciados pelo Projeto.

3.2.4 O perfil dos trabalhadores por conta própria na PIS Cobre

Dentre os 134 empreendedores da PIS Cobre atendidos nos três primeiros ciclos de assistência técnica do Projeto, 67,2% eram do sexo feminino, indicando que foi efetivamente cumprida a orientação presente nos citados documentos de planejamento no que tange à priorização de empreendimentos chefiados por mulheres⁴⁹. No que se refere à priorização das famílias inscritas no CADÚNICO, tal procedimento não se mostrou passível de verificação. Dentre os registros do banco de dados de atendimento é possível aferir que apenas 35,1% dos trabalhadores afirmou integrar uma família que recebia a Bolsa Família. Entretanto, tal benefício não é extensivo a todos os inscritos no CADÚNICO, não havendo no formulário de cadastro do trabalhador por conta própria⁵⁰ utilizado pelo Projeto campos específicos para o levantamento desse dado.

Ainda em relação ao universo estudado, 84,3% dos estudos de viabilidade apontaram um saldo positivo como fruto da atividade econômica desenvolvida. Cerca de 35% dos negócios rendiam aos empreendedores, no período, valores acima de 1 Salário Mínimo⁵¹ (SM) e, dentre estes, a maioria das iniciativas (64,6%) eram do segmento de alimentos e bebidas, seguidas por atividades ligadas à estética e vestuário, cada um destes segmentos agregando 12,5% daquelas atividades mais rentáveis.

Os que auferiam, ainda como resultado direto da atividade estudada, rendas negativas, ou seja, tinham prejuízo com a atividade desenvolvida, somam o

⁴⁸ Apesar do quarto ciclo não ter sido incluído no escopo deste estudo, não foi possível obter este dado desagregado. Optamos por mantê-lo, considerando a relevância do tema a ser ilustrado.

⁴⁹ As informações referentes aos atendimentos foram obtidas através do banco de dados de execução do Projeto.

⁵⁰ Vide ANEXO C.

⁵¹ No período de realização deste trabalho o Salário Mínimo no Brasil equivalia a R\$545,00 (quinhentos e quarenta e cinco reais). Fonte: <http://www.portaldoeempreendedor.gov.br/modulos/entenda/legislacao.php> consultado em 01/06/2011.

expressivo percentual de 14,8% do total estudado. Para as seguintes faixas de rendimentos: (i) até $\frac{1}{4}$ do SM, (ii) entre $\frac{1}{4}$ e $\frac{1}{2}$ SM, e (iii) entre $\frac{1}{2}$ e 1 SM; corresponderam as ocorrências percentuais de 17,9%, 8,2% e 22,4%, respectivamente.

Quanto à escolaridade dos empreendedores, cerca de 53% deles não ingressou no ensino médio, sendo que 4,5% dentre o universo de estudo declarou-se sem instrução. 43,3% começou a trabalhar antes dos 14 anos e, para 73,1%, o trabalho por conta própria era a principal fonte de renda. 53,7% dos empreendedores desenvolvia sua atividade há mais de 3 anos, e 57,5% compunha o conjunto de trabalhadores com jornada entre 10 e 16 horas por dia. 79,1% desenvolvia sua atividade no próprio domicílio e apenas três empreendedores (2,2%) declararam dispor de empregados remunerados. 87,3% dos atendidos informou que não teve acesso a nenhum treinamento para iniciar sua atividade, e 65,7% não recolhia o INSS como autônomo.

Apenas 5,2% dos entrevistados afirmou participar de alguma associação, fato que, ao meu ver, sinaliza a baixa propensão desses empreendedores em integrarem redes de cooperação.

Retomando, como pano de fundo para a análise, a terceira das *Teses sobre Feuerbach*, lembramos que nosso foco se orientaria para identificar a ocorrência de melhorias nas condições de vida dos trabalhadores atendidos pelo Projeto Dias Melhores, aliadas à ampliação de consciência dos mesmos.

No que tange à melhoria objetiva das condições de vida, ressaltamos que, ao final do quarto ciclo de atendimento, foi levantado um conjunto de dados junto aos beneficiários por parte da ETTR buscando aferir de forma sintética a ocorrência, como fruto da realização dos EVEs, de variações no âmbito dos seguintes indicadores⁵²: renda; acesso a informações sobre formalização, microcrédito e qualificação; apreensão de conteúdos relativos à gestão do negócio, a exemplo de custo de produção, preço de venda, controle de materiais, redução de custos fixos,

⁵² Fonte: Questionário de avaliação pós – EVE. Vide ANEXO B.

margem de contribuição dos produtos; realização de alterações no negócio como o desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

Dos 134 empreendimentos que compõem o universo de iniciativas atendidas, 48, ou cerca de 36%, ainda não haviam sido entrevistados quando do fechamento deste estudo. Quanto aos demais, 15 (11,2%) encerraram as atividades econômicas por conta própria; 7 (5,2%) mudaram de endereço, não sendo localizados; e 1 (0,8%) mudou de atividade econômica, sendo também excluído do conjunto da análise.

Dentre os 63 empreendimentos que efetivamente foram revisitados com aplicação do questionário pela ETTR, contingente que neste momento será considerado como o novo universo aos quais se referirão os percentuais, 22,2% declarou que obteve aumento de sua renda; e 24,6% se formalizou através do enquadramento na Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, mais especificamente na categoria de Microempreendedor Individual (MEI), passando a ter cobertura previdenciária. O Quadro 15 (a seguir) apresenta a consolidação das respostas dos entrevistados acerca da apropriação de conteúdos técnicos relativos à gestão do trabalho por conta própria.

Ressaltamos que o instrumento utilizado pela ETTR não dá conta de quantificar a referida ampliação de conhecimento acerca dos conteúdos listados e utiliza-se de perguntas dirigidas, que induzem o interlocutor a respostas binárias. De toda sorte, o contingente daqueles que declararam não terem aumentado seu conhecimento é extremamente baixo, levando-nos a supor que, dentre o contingente pesquisado, o resultado de apreensão dos referidos conteúdos foi satisfatório.

Como fruto da assistência técnica, salientamos, ainda, que cerca de 27% dos entrevistados declarou que passou a produzir novo produto ou serviço, além daqueles desenvolvidos anteriormente. A título de comparação, citamos os dados análogos referentes ao conjunto das PIS nos quatro ciclos, destacando que foram entrevistados 364 empreendedores, correspondendo a 51% do total de empreendedores atendidos⁵³.

⁵³ Fonte: Nono relatório da consultoria para assessoria em fomento da economia dos setores populares do Projeto.

Quadro 15: Apreensão dos Conteúdos de Gestão do Trabalho por Conta Própria

| Conteúdos | Nº de Trabalhadores que declarou ampliação de conhecimento acerca do respectivo grupo de conteúdos | % sobre o total (63 registros) |
|--|--|--------------------------------|
| Como calcular o custo de produção | 20 | 31,7 |
| Definir o preço de venda | 40 | 63,5 |
| Controlar os materiais | 40 | 63,5 |
| Reduzir os custos fixos | 23 | 36,5 |
| Quanto ganha com a venda de cada produto | 30 | 47,6 |
| Outros conhecimentos sobre o negócio | 16 | 25,4 |
| Não aumentou o seu conhecimento | 2 | 3,2 |

Fonte: ETTR/CONDER, 2012

Entendendo-se que a inclusão socioprodutiva não se restringe apenas ao aumento da renda, mas abrange a remoção de situações de privação com o consequente acesso a direitos, pode-se verificar os seguintes resultados:

- 27% dos empreendedores declararam que houve um aumento na renda da atividade que realizam por conta própria;
- 37% dos empreendimentos tiveram acesso às informações necessárias para se formalizarem, incluindo o acesso à previdência social como micros empreendedores individuais. Esse dado deve ser comparado com o fato de que 80% dos empreendimentos não recolhiam para a previdência social antes de serem atendidos pelo Programa;
- 32% dos empreendimentos tiveram as informações necessárias para acessar o microcrédito, contrastando com o fato de que, antes de serem atendidos pelo Programa, nenhum empreendimento conhecia o microcrédito;

- 48% dos empreendimentos tiveram acesso às informações sobre atividades de qualificação referentes às atividades que realizam, contrastando com o fato de que 86% nunca tiveram acesso a nenhuma atividade de capacitação;
- Cerca de 50% dos empreendedores atendidos declararam que, após o estudo de viabilidade, obtiveram um aumento do conhecimento sobre os custos de produção, preço de venda e quanto ganham com a venda de cada produto;
- 50% dos empreendimentos concluíram, após o estudo de viabilidade, que seria vantajoso ofertarem novos produtos ou serviços. Desse total, 56% passaram a ofertar novos produtos ou serviços.

Diante dos dados apresentados, entendemos que houve significativo êxito nos processos de assessoramento técnico aos empreendedores individuais e familiares, conjugando a variação de renda com apropriação de conhecimentos instrumentais relativos à melhoria da gestão dos trabalhos por conta própria, assim como de informações que podem ampliar o acesso a outras políticas, exemplo de qualificação técnica específica, crédito, formalização e cobertura previdenciária. Destacamos ainda, enquanto fator que cooperou para a consecução desses resultados, a previsão, no âmbito do planejamento, de uma consultoria voltada para conferir densidade conceitual e metodológica à intervenção, bem como coordenar o treinamento e acompanhamento processual do desenvolvimento dos trabalhos de campo, facilitando, sempre que necessário, a realização dos ajustes operacionais.

3.2.5 As impressões dos empreendedores acerca do Projeto

Além dos dados coletados pela ETTR, elaboramos um instrumento próprio, no âmbito da presente pesquisa, com vistas a avaliar a percepção por parte dos beneficiários acerca das ações de assistência técnica realizadas. O referido instrumento consistiu num questionário semiestruturado, contendo as seguintes perguntas:

- a) Como foi o trabalho que a CONDER fez com o(a) Sr(a), envolvendo o(a) seu negócio (o que aconteceu durante as visitas dos agentes)?

- b) Daquilo que foi trabalhado com o agente, o que o Sr(a) achou mais importante?
- c) O que o Sr(a) achou que foi positivo neste trabalho?
- d) O que o Sr(a) achou que foi negativo?
- e) O que mudou no seu negócio a partir do Projeto?
- f) O que o Sr(a) mudaria neste Projeto?

Compôs o conjunto desta amostra um contingente de 13 empreendedores, escolhidos em função de uma combinação o mais equitativa possível de determinados critérios em relação à composição do universo, conforme o Quadro 16 a seguir. Quantitativamente, a amostra equivale a cerca de 10% do conjunto de beneficiários atendidos, e vale ressaltar que a sua composição final surgiu como fruto de negociações junto à ETTR, haja visto a ocorrência de situações adversas e que inviabilizariam a proposta inicial, a exemplo de empreendedores que haviam mudado de residência ou abandonado a atividade econômica. No caso específico do critério *escolaridade*, foram priorizadas na amostra as três categorias mais recorrentes no universo; e no critério *renda oriunda do negócio*, adotamos a inversão das ocorrências do conjunto total de beneficiários com vistas a priorizar a pesquisa dentre as menores remunerações.

Dentre os depoimentos colhidos, destacamos recorrentes falas relativas a melhorias na organização dos negócios, a exemplo da mercearia do Sr. E. U., cuja renda do negócio era negativa por ocasião do EVE: “Eu tô (*sic*) gastando menos, economizando mais. Com a mesma mercadoria eu continuo. Tá (*sic*) tudo com preço anotado, faço pesquisa, o que eu ganho, o que eu perco, e antes eu não fazia isso não.”; e também do bar da Sra. E. R., estabelecimento que, segundo a proprietária, conta com mais de dez anos de funcionamento, e apresentou ao final do estudo uma renda mensal de cerca de R\$15,00 (quinze reais):

Durante a visita da agente o que aconteceu com meu negócio foi melhoria, aprendi a cuidar mais do negócio, juntar um “dinheirinho” e trabalhar com o preço certo. [...] Ela fez as contas e me mostrou que eu tava (*sic*) perdendo. Daí comecei a procurar comprar as coisas mais barato, fazer uma pesquisa e vender no preço certo. Eu vendia as coisas mais barato do que os outros. Eu vendia bala a cinco centavos e elas me custavam seis, eu perdia, né? [...] (A coisa mais importante do que foi trabalhado) comigo foi eu economizar mais, guardar um dinheirinho. Esse dinheiro eu quero investir no próprio bar, penso em comprar um novo freezer, mais um conjunto de mesa e cadeira, que eu só tenho um.

Quadro 16: Ajustes na Composição da Amostra Qualitativa

| CRITÉRIO | OCORRÊNCIA NO UNIVERSO (und.) | % | OCORRÊNCIA NA AMOSTRA (und.) | % |
|------------------------------|-------------------------------|----------------|------------------------------|----------------|
| 1. Escolaridade | | | | |
| a) Sem instrução | 6 | 4,48% | | |
| b) Primeiro grau incompleto | 50 | 37,31% | 6 | 46,15% |
| c) Primeiro grau completo | 15 | 11,19% | | |
| d) Segundo grau incompleto | 12 | 8,96% | | |
| e) Segundo grau completo | 27 | 20,15% | 5 | 38,46% |
| h) NR | 21 | 15,67% | 2 | 15,38% |
| f) Superior incompleto | 1 | 0,75% | | |
| g) Superior completo | 2 | 1,49% | | |
| Subtotal 1 | 134 | 100,00% | 13 | 1 |
| 2. Renda do Negócio | | | | |
| a) negativa | 20 | 14,93% | 4 | 30,77% |
| b) até 1/2 SM | 35 | 26,12% | 5 | 38,46% |
| c) de 1/2 a 1 SM | 31 | 23,13% | 3 | 23,08% |
| d) maior que 1SM | 48 | 35,82% | 1 | 7,69% |
| Subtotal 2 | 134 | 100,00% | 13 | 100,00% |
| 3. Gênero | | | | |
| a) Feminino | 91 | 67,91% | 9 | 69,23% |
| b) Masculino | 43 | 32,09% | 4 | 30,77% |
| Subtotal 3 | 134 | 100,00% | 13 | 100,00% |
| 4. Agente Responsável | | | | |
| a) E | 48 | 35,82% | 3 | 23,08% |
| b) G | 52 | 38,81% | 5 | 38,46% |
| c) S | 34 | 25,37% | 5 | 38,46% |
| Subtotal 4 | 134 | 100,00% | 13 | 100,00% |
| 5. Região | | | | |
| a) Pirajá | 80 | 59,70% | 7 | 53,85% |
| b) São Bartolomeu | 54 | 40,30% | 6 | 46,15% |
| Subtotal 5 | 134 | 100,00% | 13 | 100,00% |

Fonte: Pesquisa empírica. Quadro elaborado pelo autor.

Outro aspecto que foi recorrente dentre os depoimentos foi a necessidade apresentada quanto à doação de ativos, serviço que não integrava o escopo do Projeto. Conforme a Sra. J., que, de acordo com o EVE, apurava como principal fonte de renda cerca de R\$470,00 (quatrocentos e setenta reais) mensais através da produção e comercialização de geladinhos:

Meu geladinho é famoso, todo mundo gosta, porque eu só gosto de fazer coisa boa. É caro, mas é bom. Agora é setenta centavos, porque é coisa boa. [...] Numa época fiquei num estresse danado porque não tinha liquidificador, eu pedia a um, pedia a outro, como é difícil quando a gente passa pela coisa, né? [...] Eu acho que se o Projeto tivesse uma condição de dar uma ajuda a gente, né? Era uma maravilha, né? Agora mesmo, eu estou precisando de uma batedeira. [...] Se o Projeto tivesse, assim, aquelas possibilidade (*sic*) de dizer, “J., eu vou conseguir uma batedeira pra você”, “conseguir uma (*sic*) freezer”. Aí era uma maravilha, né? Eu não ia dizer que não era ótimo.

Algumas falas foram também significativas enquanto retorno acerca da apreensão dos conteúdos trabalhados no contexto da assistência técnica, como pode-se

depreender do depoimento da Sra. M. C., proprietária de um pequeno armário cuja renda mensal à época do EVE era de cerca de R\$50,00 negativos:

(Durante as visitas, a agente) fez pesquisa sobre viabilidade de venda de mercadoria, sobre como eu poderia tá (*sic*) comprando mercadoria, como eu poderia tá vendendo, viu? Várias coisas importantes, né? Porque desenvolve o trabalho; sobre controle de caixa, tudo que tá entrando você tem que controlar, entrada e saída de mercadorias; reposição de estoque. [...] Porque quando você controla, [...] você tem mais jogo de cintura, né? Você coloca mercadoria, e você sabe que tá vendendo, aí você investe mais, buscando coisas melhores.

Destacamos também, ainda que de forma minoritária, depoimentos negativos acerca do Projeto, assim como o do Sr. R., proprietário de uma barraca de doces, também com renda mensal negativa de acordo com o EVE:

(Sobre o trabalho da CONDER e as visitas do agente) eu não me lembro de nada, eu não lembro de estudo nenhum. Para mim, o mesmo movimento que eu tenho na barraca é consecutivo, como é que diz, é todo ano eu vou lá pegar minha licença, não tive abatimento nenhum. [...] Não procurei outros preços, você compra uma coisa hoje, amanhã é outro preço, como é que vai procurar? [...] (Sobre o que deveria mudar no Projeto) [...] eu vou mudar o quê? A gente muda uma coisa quando a gente já vem e sabe o objetivo da coisa, que acha que aquilo ajudou, mas não me ajudou em nada. Não tem que mudar nada. As coisas continuam na mesma, o movimento aqui é fraco, se chegar alguém aqui pra tomar um suco, eu vendo; um queimado, a gente vende; se quiser uma água, a gente vende... melhorou o quê? Nada!

Considerando que 11 dos 13 entrevistados, cerca de 85%, avaliaram positivamente o Projeto, tais evidências da dimensão objetiva do fortalecimento das iniciativas econômicas individualmente, aliadas aos outros dados anteriormente citados, apontam para um êxito significativo do Projeto. No que tange às estratégias que, segundo o planejamento, eram mais fortemente orientadas à coletivização dos trabalhadores, os resultados não parecem tão exitosos.

3.2.6 A articulação de redes de colaboração

Considerando, sobretudo, os dados qualitativos colhidos durante a realização de grupo focal com a ETTR no princípio de maio de 2012, em princípio ressaltamos que, apesar do empenho dos técnicos, não se verificaram avanços na articulação de redes entre os empreendedores atendidos. A equipe relatou⁵⁴ enquanto dificuldades para o desenvolvimento desta etapa do trabalho a resistência dos comunitários,

⁵⁴ Fonte: Grupo Focal

sobretudo por conta da do baixo nível de confiança observado dentre eles no que tange a assuntos de ordem econômica. Outra questão diz respeito à temporalidade do Projeto, avaliada como insuficiente para o amadurecimento de iniciativas desta natureza.

Questionada acerca de como foram as tentativas de organização das redes, a equipe citou uma experiência com um grupo de artesãs que, por terem participado juntas de uma atividade de qualificação promovida pelo Projeto, fortaleceram seus laços de proximidade e apresentaram um nível significativo de cooperação, chegando inclusive à organização conjunta de uma feira. A Equipe relatou, entretanto, que para além da cordialidade aparentemente verificada, não houve maiores avanços organizativos dignos de nota, e que o tempo disponível até a conclusão do Projeto não seria suficiente para maiores investimentos em prol da formação daquele grupo. A Equipe, por outro lado, destacou que este seria um caso com grande potencial de êxito.

Outra ressalva apresentada pelos técnicos diz respeito a uma maior resistência, e por conseguinte uma menor propensão dos trabalhadores do gênero masculino em se envolverem em ações coletivas, sobretudo aqueles proprietários de pequenos estabelecimentos de comércio e bares. Nestes casos, os níveis de desconfiança se mostraram de tal sorte elevados, que redundaram no rechaçamento dessa idéia diante da mera apresentação da mesma, e antes mesmo de qualquer proposta concreta de coletivização.

Diante dessa realidade observada em campo, entendemos necessário ampliar a reflexão acerca de outras questões menos explícitas, e que podem ajudar numa compreensão mais adequada desta incompatibilidade entre o planejamento dessa ação específica e os resultados alcançados.

Inicialmente, destacamos que os processos de identificação e de formação política propostos para os agentes de desenvolvimento da ETTR, inclusive capitaneados por organizações da própria sociedade civil com histórico de atuação significativa no campo da defesa de direitos nos territórios de abrangência do Projeto⁵⁵, nos parece

⁵⁵ Vide detalhamento da formação dos agentes pelas Operadoras Sociais na p. 67.

uma medida adequada para a promoção de reflexões junto aos trabalhadores atendidos acerca dos ganhos sociais, políticos e econômicos possíveis de serem obtidos como fruto da organização coletiva. Os depoimentos dos agentes no grupo focal corroboram com esta suposição, incluindo: (i) na discussão proposta acerca da emancipação dos beneficiários, a emergência de reflexões sobre um determinado caso de articulação entre a melhoria das condições econômicas – a partir da ação do Projeto – e a superação de uma relação de gênero opressora; e (ii) a afirmação do caráter social do trabalho realizado em oposição a outras iniciativas com foco no empreendedorismo liberal, ainda que traduzindo a esperada ambiguidade inerente a uma intervenção com restrito potencial de transformação:

“[...] na verdade, o nosso trabalho é um trabalho voltado para o social, e no caso de outras empresas, é uma questão capitalista, totalmente capitalista que não é o nosso caso. Às vezes meu trabalho, é claro, é também capitalista. A gente quer que o empreendedor dê certo, mas, sobretudo, [...] é a questão social mesmo que a gente trabalha”. (G., 2012)

Entretanto, lembramos que, na maior parte do tempo de realização das atividades de fomento à economia dos setores populares do Projeto, verificou-se a vacância do técnico social de nível superior da ETTR, responsável pela coordenação das ações em prol da coletivização dos trabalhadores atendidos. Reiteramos, então, que o planejamento indicava que a equipe deveria ser formada por dois técnicos, sendo: “um economista ou administrador com experiência em cooperativismo, e um técnico social com experiência em coordenação de Grupos Operativos”⁵⁶.

Diante desta especificação, a funcionalidade do perfil do técnico responsável pelas questões econômicas e relativas à gestão nos parece evidente, e pode ser facilmente relacionada com a implementação da metodologia de assistência técnica aos empreendedores individuais, com o fortalecimento dos empreendimentos solidários selecionados, bem como o apoio quanto à formalização de eventuais novos grupos oriundos da articulação entre os individuais atendidos. Entretanto, quanto ao perfil do técnico social perguntamos: o que são “Grupos Operativos”?

Segundo Rivière, “os grupos em geral se classificam segunda a técnica de abordagem que usam” (2005, p. 271), e dentre os conjuntos de técnicas citadas, destacam-se três categorias a saber, grupos centrados no indivíduo; grupos

⁵⁶ Fonte: Plano Integrado de Desenvolvimento Social (PIDS) – Projeto Dias Melhores.

centrados no próprio grupo; e, finalmente, grupos centrados na tarefa. Sem adentrarmos no detalhamento das críticas às duas primeiras categorias, os grupos operativos seriam, portanto, aqueles centrados na tarefa.

Considerando esta categorização, Rivière desenvolve um arcabouço teórico denominado de esquema conceitual referencial operativo, o ECRO pichoniano, que dá sustentação à uma determinada técnica de intervenção no campo grupal, sendo que

Podemos resumir as finalidades e propósitos dos grupos operativos dizendo que a atividade está centrada na mobilização de estruturas estereotipadas, nas dificuldades de aprendizagem e comunicação, devidas ao montante de ansiedade despertada por toda a mudança [...]. Os papéis tendem a ser fixos no começo, até que se configure a situação de lideranças funcionais, ou seja, lideranças operativas que se fazem mais eficazes em cada “aqui e agora” da tarefa. [...] Se for um grupo de aprendizagem de psiquiatria, por exemplo, a tarefa consiste na resolução das ansiedades ligadas à aprendizagem dessa disciplina e na facilitação para assimilar uma informação operativa em cada caso. Em geral, diríamos o mesmo grupos industriais, de grupos cuja tarefa é a compreensão da arte, de equipes esportivas [...], etc. (RIVIÈRE, 2005, p.134)

Ainda buscando ampliar nosso entendimento acerca do conceito de tarefa no ECRO pichoniano,

ela consiste na abordagem do objeto de conhecimento, que tem um nível explícito ou manifesto de abordagem. Porém, nesse plano explícito de execução da tarefa ou tratamento do tema, surgem certos tipos de dificuldades, de lacunas, de cortes na rede de comunicação, montantes de exigência que aparecem como sinais emergentes de obstáculos epistemológicos. [...] *Esse obstáculo ou dificuldade de abordagem denuncia uma atitude de resistência à mudança* e estamos nos aproximando do âmago da questão: o obstáculo epistemológico centra as resistências à mudança e nossa tarefa é justamente promover uma *mudança* (num sentido grupal) *operativa* (mudança de uma situação para outra), em que o explícito que tomamos como manifesto é interpretado até que apareça algo novo, uma nova descoberta ou um novo aspecto da doença. (RIVIÈRE, 2005, p.274)

A técnica de grupos operativos então, se baseia num processo dialético de constante aprendizagem e readequação dos integrantes dos coletivos frente aos desafios de execução de quaisquer atividades, incluindo-se, no nosso caso especificamente, as dinâmicas produtivas e autogestionárias dos empreendimentos solidários. É bem sabido que, mesmo os grupos produtivos já constituídos enfrentam muitas dificuldades para a sua perpetuação, e, em muitos casos observa-se, dentre outras distorções, a cristalização de papéis e conseqüente assimetria nas relações de poder que mobilizam os integrantes em conflitos, contingências que podem

atentar contra a própria sustentabilidade dos grupos, seja porque redundem na real extinção, ou porque desvirtuem o caráter autogestionário dos mesmos.

Se considerarmos que o individualismo é um dos pilares da ideologia capitalista, e que este traço cultural é maciçamente reforçado por meios diversos e constantemente aprimorados pelo sistema na formação dos indivíduos, podemos concluir sem grande esforço que a articulação de grupos e instrumentalização dos mesmos para sua manutenção não é, absolutamente, uma tarefa trivial.

Neste sentido, nos parece adequada, no contexto do planejamento do Projeto, a designação de um profissional com o perfil supra detalhado para, diante das dificuldades esperadas na mobilização dos empreendedores individuais em processos coletivos, contar com um conjunto de recursos necessários (embora nem sempre suficientes) à ampliação das chances de êxito da intervenção proposta.

Diante da constatação da aderência entre o perfil do técnico social previsto no planejamento e as atribuições da ETTR quanto à coletivização dos empreendedores individuais, entendemos que a indisponibilidade de tal profissional na composição da equipe, durante a maior parte do ciclo do Projeto, é fato que também cooperou com a baixa expressividade dos resultados verificados neste campo.

Além disso, Sennett (2011) destaca que, apesar do individualismo historicamente ser característica intrínseca dos desdobramentos sociais do capitalismo, o atual estágio de reprodução do sistema, dentre outros aspectos, marcado pela insegurança, desregulamentação e flexibilização das relações entre capital e trabalho, agrega novas características a esse fenômeno.

Ampliando a discussão acerca dessas novas características, Baumam (2008) destaca, revisitando a obra de Freud (1996), que a vida em civilização impõe aos indivíduos o tolhimento do exercício indiscriminado de seus desejos em função da ordem social, o que por sua vez, amplia a segurança dos indivíduos. Esta, por conseguinte, se manifesta na proteção contra três categorias de sofrimento que ameaçam os seres humanos, a saber, aqueles oriundos do próprio corpo, do mundo externo e da relação com os outros. Assim, considerando como característica

marcante da modernidade a supremacia da razão sobre as demais dimensões humanas, e amplo desenvolvimento da ciência como fruto e novo insumo dessa supremacia, observou-se, de maneira geral, a intensificação dos processos de ordenamento social e, conseqüentemente, da expectativa de ampliação do controle do homem sobre as três fontes de sofrimento citadas.

Contudo, se por um lado a intensificação da segurança, como fruto da ampliação do ordenamento civilizatório e rebatimento proporcional na restrição das liberdades pessoais, foi também observada por Freud (1996) como fator de adoecimento dos indivíduos, por outro, a história viria a contradizer a expectativa dos modernistas quanto a eficácia do legado iluminista para o pleno equacionamento dos problemas da humanidade e, especificamente no campo do trabalho, a ampliação de produtividade, oriunda do crescente avanço tecnológico, menos liberaria o homem do labor não emancipador, do que cooperaria para a precarização das relações nesse campo. A atual escassez de regulamentação, regularidade de trabalho e obtenção de renda, num contexto de flexibilização e constante risco de desencaixe socioproductivo são, da mesma forma, circunstâncias promotoras de intenso sofrimento psíquico.

Acerca destas características da contemporaneidade, Baumam reflete que

O grande problema é que, por causa da endêmica incerteza, um “controle sobre o presente” é algo que claramente não existe [...]. A mensagem é simples: todos são potencialmente redundantes ou substituíveis, portanto todos são vulneráveis, e qualquer posição social é, com o decorrer do tempo, não importa quão elevada e poderosa possa parecer agora, precária [...]. Os golpes podem ter alvos, ao contrário da devastação política e psicológica que causam. O medo que geram é difuso e ambiente. (BAUMAM, 2008, p. 70)

Apesar dos *déficits* de segurança oriundos das crises cíclicas do capitalismo, sobretudo a partir do século XIX, de seus desdobramentos em termos de desemprego e recessão, bem como da manutenção da ocorrência de conflitos armados de proporções crescentes, culminando na segunda guerra mundial; Sennett (2011, p. 23) destaca que, após este período e principalmente no contexto dos países centrais, o advento do fortalecimento das organizações sindicais, a adoção de políticas de bem estar social e os maciços investimentos para

reconstrução do pós guerra permitiram aos trabalhadores um período de relativa estabilidade circunscrito a, aproximadamente, o terceiro quartel do século XX.

Após esse período, destacamos a intensificação dos processos de financeirização da economia; os avanços tecnológicos no campo das comunicações, que permitiram a aceleração dos movimentos de capitais, a pulverização dos processos produtivos e decorrente fragilização da organização social dos trabalhadores; a ampliação da automatização da produção, fato que redundou no aumento da produtividade com redução de postos de trabalho; a reorganização produtiva do capital com vistas a ampliar as taxas de acumulação frente a estagnação econômica vivida na década de 80 do século XX, que, dentre outros aspectos da chamada doutrina neoliberal, deificou a flexibilização: (i) dos vínculos de trabalho, desmantelando as estruturas de proteção social aos trabalhadores; (ii) das estruturas empresariais em si, buscando adequá-las para as constantes alterações necessárias para atender – ou induzir – as ágeis oscilações de tendência dos mercados consumidores. Estas são algumas das características da contemporaneidade que cooperam – de forma específica – para a precarização das relações de trabalho e – de forma difusa – para a sensação generalizada de insegurança.

Considerando esta abordagem sócio histórica geral, e nos voltando para a condição de intensa privação de direitos em território urbano periférico que é, conforme dados expostos anteriormente, característica dos beneficiários das ações de assistência técnica que são objeto do presente estudo, supomos que, mesmo estruturalmente alijados de relações formais de trabalho, tais trabalhadores estão imersos neste contexto de risco e insegurança supra mencionado. Neste sentido, a indisponibilidade dos mesmos para o envolvimento em ações coletivas – notadamente mais potentes para viabilizar transformações estruturais, embora geralmente inválidas para proporcionar retornos concretos no curtíssimo prazo – seria, segundo Sennett (2011), fruto de uma resposta psicológica ao conflito em que se encontram envolvidos, neste caso o desafio de prover renovadas respostas diárias à subsistência dos respectivos núcleos familiares.

Diante de alguma coisa conflituosa, a atenção da pessoa fica pregada mais em suas circunstâncias imediatas que numa visão de perspectiva. A psicologia social chama a atenção gerada dessa forma de “dissonância cognitiva” - esquemas de referência conflitantes. [...] A luta com tais

conflitos desperta a “atenção focal” - que significa simplesmente que assinalamos o problema como precisando de atenção focal imediata. Quando falta a crença em que se pode fazer alguma coisa para resolver o problema, o pensamento a longo prazo é suspenso como inútil. Contudo a atenção focal pode permanecer ativa. Nesse estado, as pessoas girarão repetidas vezes em torno das circunstâncias imediatas em que foram colhidas, cientes de que é preciso fazer algo, mesmo que nada façam. [...] “Nunca chegar a parte alguma”, “sempre na casa um”, diante de um sucesso aparentemente sem sentido, ou da impossibilidade de recompensa pelo esforço: em todos estes estados emocionais, o tempo parece parar; a pessoa nessa labuta torna-se prisioneira do presente, fixada nos dilemas do presente. (SENNETT, 2011, p. 107)

Além disso, um outro fenômeno da contemporaneidade que incide sobre o esmaecimento das iniciativas coletivas é o esvaziamento do poder das sociedades políticas locais em função da hipertrofia do capital acumulado transnacionalmente. Consoante as discussões já realizadas neste estudo sobre o circuito superior da economia, o capital, em seu estágio monopolista, incide de forma concreta subordinando os poderes locais aos seus interesses de reprodução ampliada, impondo, por outro lado, forte resistência a qualquer controle social. Em outras palavras, o âmbito de decisão de grande parte das questões que afetam diretamente a vida das pessoas em determinados lugares não é passível sequer de identificação, quanto mais de atribuição de responsabilidade direta, tornando muitas vezes impossível o estabelecimento de interlocuções e de moderação dos efeitos dessas decisões por parte destes atores locais.

Entretanto, ao considerarmos que os citados fenômenos cooperam com o fortalecimento do caráter individualista, pouco propenso à organização coletiva e subalterno que observamos entre os beneficiários do Projeto, entendemos também que tais resultados revelam a ocorrência de um eficiente, ampla e capilarmente disseminado mecanismo de controle da sociedade para manutenção de condições confortáveis de reprodução do atual estágio do sistema capitalista. Baumam (2008) irá denominar este conjunto de interações de “economia política da incerteza”, e, refletindo sobre o papel instrumental deste arranjo para promoção dos interesses do capital, dirá que ele

[...] torna redundante os instrumentos de disciplina ortodoxos, volumosos, desajetados e custosos – substituindo-os não tanto pelo autocontrole de objetos treinados, exercitados e disciplinados, mas pela incapacidade dos indivíduos privatizados e endemicamente inseguros para agir de modo adequado; o tipo de incapacidade que se faz mais profunda pela descrença das pessoas que qualquer ação dessas possa ser efetiva e que os sofrimentos privados possam ser refundidos em questões coletivas, e ainda

mais incrédulos nos projetos compartilhados de uma ordem de coisas alternativa. (BAUMAM, 2008, p. 155)

Essa constatação reitera a necessidade de aprimoramento – incluindo a intensificação do conhecimento acerca dos limites e contexto histórico – de ações públicas, como o Projeto em análise, voltadas para a indução de redes de cooperação e emancipação de trabalhadores por conta própria em contexto de pobreza urbana, sobretudo se considerarmos quão contidos – e muitas vezes asfixiados – pelo *status quo* se apresentam os conteúdos contra hegemônicos, tanto no plano das experiências concretas, como no campo simbólico, quiçá revitalizadores da utopia que reside em amplos e coletivos dias melhores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Revisitando os elementos introdutórios deste trabalho, entendemos que o desenvolvimento das questões inerentes à problemática proposta nos conduziu a um conjunto teórico e empiricamente articulado de indícios quanto à razoabilidade da hipótese central anteriormente suscitada. A despeito de contar com um planejamento minimamente adequado para instrumentalizar a emancipação de trabalhadores urbanos em situação de precariedade à luz da *práxis transformadora*, o Projeto Dias Melhores apresenta resultados aparentemente satisfatórios quanto à melhoria individual dos negócios por conta própria atendidos, embora não avance na promoção de reflexões políticas dentre os mesmos, tampouco na articulação de redes de colaboração.

Considerando, à luz do referencial marxista adotado, a indissociabilidade entre tais dimensões para a consecução de níveis significativos de emancipação, supomos que, neste caso, verifica-se a atuação de forças sociais de *manutenção* ou *auto-reprodução* do sistema (MÉSZÁROS, 2008), também designadas como de *resistência a mudança* (RIVIÈRE, 2007), neste caso exercidas tanto por segmentos das classes médias que operam a burocracia do Estado (expressa, por exemplo, na vacância do técnico social na equipe técnica finalística); como pelo público-alvo, em sua subordinação aos efeitos de imobilização individualista em tempos de capitalismo flexível. Não obstante os limites observados, entendemos que trata-se de uma ação pública inovadora e que pode subsidiar a formulação de iniciativas correlatas mais abrangentes e aperfeiçoadas quanto à emancipação de trabalhadores por conta própria em territórios urbanos periféricos. Neste sentido, seguem algumas reflexões que podem apoiar a tarefa de planejar ou executar políticas similares.

Conforme vimos anteriormente, as dificuldades inerentes ao trabalho com grupos, fato que justificaria o aparente insucesso da ETTR, não se devem tão somente a um problema de falta de confiança entre os comunitários, mas também da cultura capitalista que promove a existência de cidadãos cindidos, conforme alerta Rivière:

Quando os sistemas de comunicação começam a se perturbar, o sujeito chega a situações de isolamento progressivo e de desintegração, sendo

possível observar o fenômeno patológico coletivo descrito por Durkheim, a anomia, que, tanto no plano individual como no social, tem as características de uma desintegração, fragmentação e divisão. Enfrentamos assim uma sociedade cindida, constituída por indivíduos cindidos. (2005, p. 193)

Portanto, ainda que reconheçamos a importância da propagação junto aos trabalhadores dos possíveis ganhos econômicos passíveis de serem auferidos a partir da coletivização, é preciso também dar maior visibilidade ao caráter político adjacente, ampliando aquele discurso de modo a também explicitar a necessidade de fortalecimento do tecido social. Isto, por sua vez, requer dos técnicos e formuladores um determinado perfil crítico, que, no contexto da estrutura do poder público, não é uma tarefa nada fácil, sobretudo se não perdermos de vista as contradições de classe que lhe são inerentes, e as práticas de aparelhamento que são comumente observadas no contexto das estratégias de perpetuação dos grupos que exercem o controle do poder político. No âmbito de novas iniciativas, além da precisa caracterização das diversas funções e respectivos perfis técnicos, é importante também não prescindir – no planejamento e durante a execução – de investimentos na formação ampla e continuada dos referidos quadros, conjugando adequadamente as questões políticas e metodológicas.

Nesta direção, uma outra medida que pode ser levada em consideração é a adoção, por parte da intervenção governamental, de um caráter indutor mais incisivo, a exemplo da adoção de condicionantes ligadas ao cumprimento, por parte dos empreendedores individuais, de carga horária mínima em atividades formativas ou de sensibilização do trabalho grupal, como requisito para a percepção de ativos ou qualificação técnica. Isto, ao meu ver, poderia permitir que os trabalhadores ao menos entrassem em contato com elementos da dinâmica coletiva, permitindo-lhes, inclusive, que reunissem mais informações e vivências acerca desse processo, de modo a que pudessem decidir, com maior propriedade, se permaneceriam ou abandonariam tais iniciativas.

Ainda tratando de possíveis desdobramentos, relatamos a ocorrência, durante o período de amadurecimento deste trabalho, da estruturação de uma outra ação pública que foi, em parte, concebida levando-se em consideração a experiência acumulada pelo Projeto Dias Melhores, incluindo um nome de fantasia bastante

similar. Trata-se do programa de inclusão socioprodutiva do Governo do Estado da Bahia, denominado de Programa Vida Melhor. Tal iniciativa, elaborada sob a coordenação da Casa Civil do Estado, envolve estratégias a serem executadas por diversas Secretarias com a finalidade de “incluir socioprodutivamente, pelo trabalho decente, pessoas em situação de pobreza e com potencial laborativo, com vistas a sua emancipação”⁵⁷. Dentre as ações planejadas, frisamos a replicação da estratégia do Projeto Dias Melhores quanto à assistência técnica a empreendimentos individuais da economia dos setores populares, apresentando como principais diferenciais: a escala de atendimento – traduzida na meta de implantação até 2013 de trinta equipes, sendo cada equipe constituída por trinta agentes e cinco técnicos de nível superior, com capacidade nominal de atendimento a cerca de dois mil trabalhadores por ano; o aporte de outros serviços no âmbito do planejamento, a exemplo da cessão de ativos e melhor articulação em prol da oferta de crédito; a execução dessa política de forma indireta, inicialmente através de convênios com organizações da sociedade civil, e posteriormente através de contratos de gestão⁵⁸; e, até o presente momento, o financiamento exclusivo com recursos orçamentários do próprio Estado. Mantém-se neste novo formato a perspectiva de articulação de redes entre os beneficiários, pelo que entendemos que a análise de tal iniciativa pode se configurar em novo objeto de pesquisa, possibilitando também uma maior densidade quanto ao conhecimento deste campo.

Por fim, uma outra questão digna de nota é o fato de que, de acordo com as reflexões acerca da evolução do discurso do Banco Mundial explicitadas anteriormente, o desenho da intervenção junto aos empreendedores individuais tal como apresentado no PIDS guarda parcial aderência com o discurso do BIRD quanto ao enfrentamento dos efeitos da pobreza através da mera ampliação da produtividade dos pobres. Apesar da referência do planejamento do Projeto quanto à adoção da técnica de coordenação de *grupos operativos* como tática de encaminhamento de uma coletivização emancipadora dos trabalhadores, e o alinhamento do campo de conhecimento onde se insere tal metodologia em relação à *práxis transformadora*; contrapôs-se a esta evidência o foco tão somente

⁵⁷ Fonte: BAHIA, Governo. Decreto nº 13.167 de 11 de agosto de 2011. Institui o Programa Estadual de Inclusão Socioprodutiva – Vida Melhor.

⁵⁸ Para mais informações acerca dos contratos de gestão, vide: <http://www.saeb.ba.gov.br/ProgramaHomeView.aspx?pagina=organizacoes-sociais>. Acessado em 12/09/2012.

econômico apresentado no PIDS como justificativa da coletivização, e a omissão dos respectivos propósitos sociopolíticos.

Diante desta aparente contradição, e considerando minha participação ativa enquanto quadro técnico e político no referido processo de planejamento e negociação junto ao Banco, destaco que tal medida se constituiu em estratégia de parte da equipe governamental para a obtenção da necessária anuência desse agente cofinanciador para a inclusão das atividades em questão no rol de ações elegíveis no contexto do acordo de empréstimo, haja visto outras glosas anteriormente verificadas quanto a proposições notadamente contrárias às diretrizes neoliberais do BIRD, a exemplo da constituição de um fundo rotativo em cada uma das PIS para que subsidiassem a implantação de bancos comunitários com moedas sociais. Embora tenha sobrevivido ao processo de não objeção por parte do BIRD, os investimentos em prol da coletivização não tiveram o mesmo encaminhamento – no âmbito da execução – em se tratando da garantia da integridade da equipe técnica, ao longo de todo o ciclo do Projeto, para fazer frente a tal desafio, sem perder de vista a baixa aderência dessa proposta junto aos beneficiários.

Considerando que esse fenômeno traduz a capacidade de autoreprodução difusa do capital através de complexos mecanismos de internalização das diretrizes do sistema nas pessoas, finalizamos este trabalho sustentando uma provocação de Mézáros acerca do papel fundamental da educação – aqui entendida na acepção mais ampla do termo, incluindo os processos formativos para além da escolarização formal – como elemento de promoção de novos, e menos desiguais, padrões de *reprodução metabólica social*, expresso em termos de que:

O grave e insuperável defeito do sistema do capital consiste na *alienação de mediações de segunda ordem* que ele precisa impor a todos os seres humanos, incluindo-se as personificações do capital. [...] Elas (as mediações) são necessariamente interpostas entre indivíduos e indivíduos, assim com entre indivíduos e suas aspirações, virando essas de “cabeça para baixo” e “pelo avesso”, de forma a conseguir subordiná-los a imperativos fetichistas do sistema do capital. [...] A *alternativa concreta* a essa forma de controlar a reprodução metabólica social só pode ser a *automediação*, na sua inseparabilidade do *autocontrole* e da *autorrealização através da liberdade substantiva e da igualdade*, numa ordem social reprodutiva conscienciosamente regulada pelos indivíduos associados. [...] Nenhum desses objetivos emancipadores é concebível sem a intervenção mais ativa da educação, entendida na sua orientação concreta, no sentido de uma ordem social que vá para além dos limites do capital. (2008, p. 72, grifos do autor)

Entendemos que a promoção de tal regulação, pelos indivíduos associados, da ordem social, é uma construção complexa. Oxalá novos investimentos públicos voltados para o fortalecimento de renovadas narrativas coletivas, aliados aos esforços orgânicos da sociedade civil se ampliem no devir do estado brasileiro, por um lado, removendo, de forma estruturante, condições de extrema privação de direitos às quais permanecem submetidas parcelas majoritárias da população e, por outro, reaquietando a utopia pelo amplo desfrute de dias efetivamente melhores.

Referências Bibliográficas

- ARAÚJO, Tânia. *Comunicação Oral* publicada em MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. Anais da I Conferência Nacional de Economia Solidária (CONAES). Brasília, 2006, p. 40-45. Disponível em http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/conf_anais.pdf. Acessado em 03/09/2012.
- BAHIA. Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (CONDER). *Programa de Urbanização e Desenvolvimento Integral de Áreas Carentes no Estado da Bahia – Viver Melhor II: carta consulta à COFIEIX, empréstimo BIRD*. Salvador, 2002.
- BAHIA. Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (CONDER). *Projeto de Desenvolvimento Integrado em Áreas Urbanas Carentes no Estado da Bahia: Acordo de Empréstimo nº 7344-BR*. Primeiro produto da consultoria de fomento à economia dos setores populares. Salvador, mai. 2009.
- BAHIA, Governo. *Decreto n. 13.167, de 11 de agosto de 2011*. Institui o Programa Estadual de Inclusão Socioprodutiva - Vida Melhor. Disponível em <http://www.vidamelhor.ba.gov.br/wp-content/themes/vidamelhor/pdf/dec13167.pdf>. Acessado em 12 de setembro de 2012.
- BAHIA. Secretaria de Desenvolvimento Urbano (SEDUR). *Projeto de Desenvolvimento Integrado em Áreas Urbanas Carentes no Estado da Bahia: Acordo de Empréstimo nº 7344-BR – Manual Operacional do Projeto*. Salvador, 2010.
- _____. *Projeto de Desenvolvimento Integrado em Áreas Urbanas Carentes no Estado da Bahia: Acordo de Empréstimo nº 7344-BR – Plano Integrado de Desenvolvimento Social*. Salvador, 2009.
- BANCO INTERNACIONAL PARA A RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO – BIRD. *History*. Atualizado em 31.01.2012. Disponível em <http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/EXTABOUTUS/0,,contentMDK:20653660~menuPK:72312~pagePK:51123644~piPK:329829~theSitePK:29708,0,0.html>. Acessado em 07 de setembro de 2012.
- BAUMAM, Zygmunt. *A sociedade individualizada: vidas contadas e histórias vividas*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- BOCAYUVA, Pedro. *A nova centralidade do trabalho e o precariado: a economia solidária frente ao processo de crise e reestruturação do capitalismo*. In MEDEIROS, A. et al (org). *Políticas Públicas de Economia Solidária de Economia Solidária: por um outro desenvolvimento*. Recife: UFPE, 2006.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Nacional por amostra de Domicílios – PNAE/2009*. Notas Metodológicas: Pesquisa Básica e Suplementares, de Segurança Alimentar, Vitimização e Justiça. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2009/microdados.shtm>. Acessado em 24 de janeiro de 2012.

- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). *Anais da I Conferência Nacional de Economia Solidária (CONAES)*. Brasília, 2006. Disponível em http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/conf_anais.pdf. Acessado em 17 de outubro de 2011.
- _____. Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária. *Atlas da Economia Solidária no Brasil, 2007*. Disponível em <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/sies.asp>. Acessado em 07 de dezembro de 2011.
- CACCIAMALI, Maria. *Globalização e Processo de Informalidade*. In: Revista Economia e Sociedade. Campinas: UNICAMP, nº.14, p.153-174, jun. 2000. Disponível em <http://www.eco.unicamp.br/docprod/downarq.php?id=507&tp=a>. Acessado em 10 de novembro de 2011.
- CASTEL, Robert. *A dinâmica dos processos de marginalização: da vulnerabilidade a "desfiliação"*. In Caderno CRH, Salvador, n. 26/27, p.19-40, jan./dez. 1997.
- _____. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- DUARTE, José. *Estudos de caso em educação: investigação em profundidade com recursos reduzidos e outro modo de generalização*. Revista Lusófona de Educação, Lisboa, n. 11, p. 113-132, 2008. Disponível em <http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/rle/n11/n11a08.pdf>. Acessado em 13 de novembro de 2012.
- FERNANDES, Florestan. *Brasil: em compasso de espera: pequenos escritos políticos*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011.
- FINO, Carlos. *FAQs, etnografia e observação participante*. In REE – Revista Europeia de Etnografia da Educação, Funchal, n. 3. pp 95-105, 2003. Disponível em <http://www3.uma.pt/carlosfino/publicacoes/20.pdf>. Acessado em 28 de novembro de 2012.
- FONSECA, Marília. *O Banco Mundial como referência para a justiça social no terceiro mundo: evidências do caso brasileiro*. Rev. Fac. Educ., São Paulo, v. 24, n. 1, Jan. 1998. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-25551998000100004&lng=en&nrm=iso. Acessado em 29 de agosto de 2012.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. 12. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1996.
- FRANÇA FILHO, Genauto. *Economia solidária e movimentos sociais*. In MEDEIROS, Alzira. et al (org). *Políticas Públicas de Economia Solidária de Economia Solidária: por um outro desenvolvimento*. Recife: UFPE, 2006.
- FREUD, Sigmund. *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- GOHN, Maria. *Teoria dos Movimentos Sociais*. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

- GUARESHI, Pedrinho. *Relações Comunitárias Relações de Dominação*. In CAMPOS, R. (org) *Psicologia Social Comunitária: da solidariedade à autonomia*. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2006.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 6. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- HOBBSAWM, Eric. *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- KRAYCHETE, Elza. *Desenvolvimento: razões e limites do discurso do Banco Mundial*. In Caderno CRH, Salvador, v. 19, n. 48, p. 415-430, set./dez. 2006. Disponível em <http://www.cadernocrh.ufba.br/viewarticle.php?id=418>. Acessado em 02 de setembro de 2012.
- KRAYCHETE, Gabriel; LARA, Francisco; COSTA, Beatriz. *Economia dos Setores Populares: entre a realidade e a utopia*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2000.
- KRAYCHETE, Gabriel. *Economia dos Setores Populares e Economia Solidária: uma abordagem conceitual para políticas públicas*. In Anais Eletrônicos do XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais. Salvador: UFBA, 2011. Disponível em: http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1306804001_ARQ_UIVO_Economiadossetorespopulares.pdf. Acessado em 04 de abril de 2012.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *O manifesto do partido comunista*. São Paulo: Martin Claret, 2005.
- MÉSZÁROS, István. *A educação para além do capital*. 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2008.
- NUNES, Débora. *Incubação de empreendimentos de economia solidária: uma aplicação da pedagogia da participação*. São Paulo: Annablume, 2009.
- OREFICE, Paolo. *Ciencia y Desarrollo: hacia la ciencia planetaria para el desarrollo material e inmaterial de calidad: estructura y dinámica de los saberes locales y saberes globales*. In Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade. Salvador, v.16, n. 28, p.19-34, jul./dez., 2007.
- PEDRÃO, Fernando. *Economia, política e poder na periferia globalizada*. Salvador: Jus Podium, 2009.
- PEREIRA, João. *O Banco Mundial e a construção político-intelectual do “combate à pobreza”*. In Topoi. Revista de História, Rio de Janeiro: UFRJ, v. 11, n. 21, jul.-dez. 2010, p. 260-282. Disponível em http://www.revistatopoi.org/numerosanteriores/topoi21/Topoi21_14Artigo14.pdf. Acessado em 18 de outubro de 2012.
- POCHMANN, Márcio. Comunicação Oral publicada em MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. In Anais da I Conferência Nacional de Economia Solidária (CONAES). Brasília, 2006, p. 45-50. Disponível em

http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/conf_anais.pdf. Acessado em 10 de outubro de 2011.

RIVIÈRE, Enrique. *O processo grupal*. 7ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

_____. *Teoria do vínculo*. 7ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

SANTOS, Boaventura (org.). *Produzir para Viver*. Os caminhos da produção não capitalista. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SANTOS, Milton. *Pobreza urbana*. São Paulo, Recife: Hucitec, 1978.

_____. *O Espaço Dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. 2. ed., 1. reimpr. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SAWAIA, Bader. *Comunidade: a apropriação científica de um conceito tão antigo quanto à humanidade*. In CAMPOS, R. et al (org). *Psicologia Social Comunitária: da solidariedade à autonomia*. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2006.

SENNETT, Richard. *A corrosão do caráter: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. 16. ed. Rio de Janeiro: Record, 2011.

SILVA, Ronalda. *Classe Dominante x Classe Reinante: uma nova relação estado/sociedade civil na economia solidária da Bahia*. In Anais Eletrônicos do XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais. Salvador: UFBA, 2011. Disponível em:
http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1309912972_ARQ_UIVO_ClasseDominanteXClasseReinanteFinal.pdf. Acessado em 09 de dezembro de 2012.

SINGER, Paul. *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Perseu Abramo, 2002.

VAZQUEZ, Adolfo S. *Filosofia da Práxis*. 2ª ed. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – Clacso. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

ANEXO A – Roteiro para o Grupo Focal com a Equipe Técnica

1. Como foi a trajetória de cada um de vocês até chegarem à ETTR da PIS Cobre?
2. Como se dá a relação do trabalho da ETTR com as outras ações do Projeto Dias Melhores?
3. Quais as facilidades e dificuldades enfrentadas para aplicação da metodologia de fomento a economia dos setores populares?
4. O que vocês entendem por emancipação?
5. Como vocês avaliam o trabalho desenvolvido com os comunitários no que diz respeito à emancipação dos empreendedores (cite exemplos)?
6. Existe diferença entre o trabalho desenvolvido por vocês e o de outras agências de fomento a exemplo do SEBRAE? Quais?
7. Você acredita que o trabalho realizado melhorou a vida das pessoas atendidas? Como?
8. Após o início do trabalho da ETTR foi possível perceber alterações no padrão de relacionamento entre os empreendimentos atendidos, sobretudo no que diz respeito à produção de redes entre eles?

ANEXO B – Questionário de Avaliação Pós EVE



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

Secretaria de Desenvolvimento Urbano - SEDUR

Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia – CONDER

I - IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDEDOR

Empreendedor _____

Endereço _____ Tel _____

Atividade _____

Possui NIS () sim Nº _____ () não

II – QUESTÕES PÓS ESTUDO DE VIABILIDADE

1. Após o estudo de viabilidade a renda do empreendedor:

() aumentou () diminuiu () continua igual () Não sabe

2. O empreendimento é formalizado? () Sim () Não

3. Após o estudo de viabilidade, o empreendedor teve **acesso a informações** sobre:

() O que precisa para se formalizar (informações sobre o programa Micro Empreendedor Individual)

() Formas de acesso ao microcrédito

() Atividades de capacitação/qualificação

() Outras informações

() Não teve acesso a nenhuma informação

4. Após o estudo de viabilidade o empreendedor **aumentou o seu conhecimento** sobre

- Como calcular o custo de produção
- Definir o preço de venda
- Controlar os materiais
- Reduzir os custos fixos
- Quanto ganha com a venda de cada produto
- Outros conhecimentos sobre o negócio
- Não aumentou o seu conhecimento

5. Após estudo de viabilidade o empreendedor

Concluiu que seria bom produzir um novo produto ou serviço além dos que já produzia

- Sim Não

Passou a produzir outro produto ou serviço que não produzia antes

- Sim Não

6. Demandas de qualificação/treinamento

7. Demandas de ativos (equipamentos) **identificadas pelo agente**

III – IDENTIFICAÇÃO DO AGENTE SOCIAL

Formulário preenchido por _____

Data: ____/____/____

ANEXO C – Formulário de Cadastro do Trabalhador por Conta Própria



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

Secretaria de Desenvolvimento Urbano - SEDUR

Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia – CONDER

I. IDENTIFICAÇÃO DA PESSOA

1. Nome: _____
2. Data de nascimento: ___/___/____ Sexo: masculino feminino
3. Endereço
- Rua _____ N° _____
- Bairro _____ CEP _____ Tel _____
- PIS/PIF _____

II. IDENTIFICAÇÃO DO TRABALHO POR CONTA PRÓPRIA

4. Qual o trabalho que realiza por conta própria?

5. Quanto este trabalho por conta própria lhe rende por mês?

R\$ _____

6. Este trabalho por conta própria é:

- a) A sua principal fonte de renda
- b) Uma fonte complementar de renda

7. Há quanto tempo desenvolve este trabalho por conta própria?

- a) Menos de 1 ano
- b) 1 a 2 anos
- c) Mais de 2 a 3 anos
- d) Mais de 3 a 5 anos
- e) Mais de 5 a 10 anos
- f) Mais de 10 anos

8. Quantas pessoas trabalham com você, no seu negócio por conta própria?

- a) Trabalha sozinho
- b) Membros da sua família com remuneração Quantos? _____
- c) Membros da sua família sem remuneração Quantos? _____
- d) Empregados remunerados Quantos? _____
- e) Empregados sem remuneração Quantos? _____

9. Onde você realiza o trabalho por conta própria?

- a) No seu domicílio: próprio alugado
- b) Na casa de clientes
- c) Loja/oficina/barraca: própria alugada
- d) Veículo: próprio alugado
- e) Via pública
- f) Outros. Onde? _____
- _____
- _____

III. CARACTERIZAÇÃO SÓCIO ECONÔMICA DA FAMÍLIA

10. Quantas pessoas moram na sua casa? _____

11. Quantas pessoas trabalham ? _____

| Parentesco | Posição na ocupação | | | |
|------------|-------------------------|-------------------------|---------------|-------------------|
| | Assalariado c/ carteira | Assalariado s/ carteira | Conta própria | Trab. Associativo |
| | | | | |
| | | | | |
| | | | | |

Parentesco

01 - O próprio

08 - Irmão / Irmã

15 - Tio (a)

02 - Mãe

09 - Cunhado (a)

16 - Adotivo (a)

03 - Esposo (a)

10 - Genro/ nora

17 - Padrasto / Madrasta

04 - Companheiro (a)

11 - Sobrinho (a)

18 - Enteado (a)

05 - Filho (a)

12 - Primo (a)

19 - Bisneto (a)

06 - Pai

13 - Sogro (a)

20 - Sem parentesco

07 - Avô / Avó

14 - Neto (a)

21 - Outro (a)

12- Existem outras fontes de renda familiar? (marcar com X)

| Fonte de renda | Sim | Não |
|-------------------|-----|-----|
| Aluguel | | |
| Pensão | | |
| Aposentadoria | | |
| Bolsa-família | | |
| BPC | | |
| Seguro-desemprego | | |
| Outros | | |

13. Existem pessoas com necessidades especiais na sua residência?

() Sim () Não

Data do cadastro ____/____/____

Nome do agente/entrevistador _____

Assinatura _____

ANEXO D – Plano de curso para a formação de mobilizadores sociais – PIS Cobre



| TEMÁTICA | CONTEÚDO | CH | RESULTADO ESPERADO |
|---|---|----|--|
| FORMAÇÃO PRELIMINAR PARA PROCESSO SELETIVO CLASSIFICATÓRIO | Aplicação de exercícios de leitura dinâmica e oral, técnicas de oratória, e prática intensiva de redação, técnicas de plano de organização pessoal (criando hábito de estudos), além de reflexão concreta sobre projetos de vida. | 20 | <p>Selecionar 30 lideranças com habilidade básica para processar os conteúdos do curso de Formação de Mobilizadores Sociais;</p> <p>Estimular os não classificados a buscar outras capacitações que contribuam no seu crescimento pessoal e político;</p> <p>Criar um vínculo político dos não classificados com a Rede;</p> |
| SUJEITO TRANSFORMADOR SÓCIO/CULTURAL. (Este módulo apresenta noções de sujeito em sua macro dimensão, não apenas moderno) | Abordagem filosófica, histórico-social e existencial do ser humano. | 12 | Intervenção qualificada das lideranças no âmbito, pessoal, familiar, comunitário, social e político; |
| EQUIDADES E DESENVOLVIMENTO HUMANO, POLITICO E SOCIAL (Este módulo apresenta abordagem sobre raça/etnia, gênero, seguridade social, juventude e popularização do direito. Especialistas, teóricos e ativistas serão convidados haverão de expor seus conhecimentos sobre tais questões) | Raça/Etnia: Instituições públicas e do movimento social responsáveis por ativar ações reparatórias e políticas na perspectiva “racial”; instituições sócio-políticas e culturais atuantes no cenário da luta por igualdades raciais. Conceito de Democracia, cidadania, representação, racismo, preconceitos racial. | 24 | <p>Capacitação teórica, política e humanística para interagir com os diferentes segmentos sociais;</p> <p>Atuação propositiva na realidade do bairro, da cidade, na gestão pública de políticas públicas.</p> |
| | Acessibilidade: Abordagem do contexto das pessoas com deficiência em seus direitos humanos e de cidadania, inclusive de acesso aos equipamentos e espaços públicos da cidade. | 16 | |

| TEMÁTICA | CONTEÚDO | CH | RESULTADO ESPERADO |
|--|--|------------|--|
| EQUIDADES E DESENVOLVIMENTO HUMANO, POLITICO E SOCIAL (cont.) | Questões de Gênero: Abordagem histórica dos posicionamentos feministas, construção da desigualdade de gênero e representações; Violência doméstica; políticas sociais específicas orientação afetiva e sexual; | 20 | Capacitação teórica, política e humanística para interagir com os diferentes segmentos sociais; Atuação propositiva na realidade do bairro, da cidade, na gestão pública de políticas públicas. |
| | Juventude, Adolescência e Cultura: Programas de Cultura do Estado e da sociedade civil, terceiro setor. ECA, realidade local crianças e jovens destas localidades, lazer, educação, moradia, trabalho e renda, programas sociais, Estatuto da Criança e do Adolescente Normativas: quais são; Sistema de Garantia dos Direitos: | 24 | |
| | Sistema Político: Participação popular, Democracia, histórico do Estado e Governo Brasileiros, Governo, Constituição Federal, Estadual e Municipal; Sistemas de Governo: A relação Executivo/Legislativo/Judiciário; Sistema Partidário: Como se organizam, funcionam e se relacionam os partidos; O PDDU; Ciclo Orçamentário Estadual e Municipal (LOA, LDO...); | 16 | |
| | Popularização do Direito: Constituições do Brasil (Ênfase ao contemporâneo), Filosofia do Estado de Direito, Teoria Geral do Direito; Código Civil e o Código Penal, iniciativas de popularização do direito. | 16 | |
| | Seguridade Social: Conhecimento sobre INSS, Relação saúde pública e privada; histórico do CRADIS; SUS; SUAS; CRAS; Conselhos Locais. | 16 | |
| | Carga horária total da temática | 116 | |

| TEMÁTICA | CONTEÚDO | CH | RESULTADO ESPERADO |
|---|---|----|---|
| <p>MOBILIZAÇÃO SOCIAL (A abordagem deste módulo via oficinas e pesquisas apresentará amostragem de movimentos sociais refererência em mobilização)</p> | <p>Conceito de movimento social, realidade global e local; narrativas, testemunhos de mobilizadores; desafios para o trabalho de mobilização social; Dignidade Humana e a Declaração Universal dos Direitos Humanos; Princípios de democracia, liberdade, igualdade, participação, representatividade e solidariedade;</p> | 20 | <p>Fortalecer conhecimentos e práticas de mobilização das localidades onde atua cada participante do curso.</p> |
| <p>PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA</p> <p>Este módulo apresentará textos administrativos: estatuto, ofício, ata, abaixo-assinado, etc.); Serão feitas trocas de experiências, depoimentos</p> | <p>Noções sobre o terceiro setor (ONGs), formas de ações comunitárias, relação com o Estado e instituições privadas; ongs e seu papel na sociedade; as organizações religiosas; como construir uma proposta organizacional: aspectos técnicos, administrativos e jurídicos; incubadoras sociais Noções básicas (esquemáticas) de projeto para captação de recursos na diversas áreas.</p> | 12 | <p>Intervenção qualitativa (gestora, técnica) na ação social e administrativa da organização sócio-política não governamental</p> |
| <p>EDUCAÇÃO AMBIENTAL</p> <p>Neste módulo haverá contato técnico com o ambiente, relatos das experiências vividas, discussões sobre o campo estudado.</p> | <p>Histórico das Políticas ambientais no Brasil e no mundo, relação histórica política e meio ambiente, relação local meio ambiente sociedade: elementos tóxicos, poluições, educação, desenvolvimento sustentável, agentes de preservação do meio ambiente: religiosidade.</p> | 30 | <p>Responsabilidade social e ambiental, assunção de posturas que valorizem o micro e o macro espaço humano-geográfico.</p> |
| <p>MIDIA E COMUNICAÇÃO (este módulo analisará sites, filmes, programas televisivos, matérias de jornais,)</p> | <p>Análise dos impactos midiáticos na formação de identidades, consciência e inconsciência coletiva, estereótipos, representações, serialidades do pensar. Internet; Mídias alternativas (jornais, boletins, rádios comunitárias) como instrumento de enfrentamento das desigualdades sociais; Mídia x Sociedade; Estrutura de projetos; Inclusão Digital; Formas de relatórios, atas, ofícios, ... História oral: registro e leitura</p> | 16 | <p>Utilização dos instrumentos comunicativos impressos, on line, midiáticos; ampla reflexão acerca dos processos de representações midiáticas e seus desdobramentos na organização dos indivíduos e dos movimentos sociais.</p> |

| TEMÁTICA | CONTEÚDO | CH | RESULTADO ESPERADO |
|--|--|----|---|
| DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO Exibição de documentários, palestras, depoimentos, debates. | Relações de trabalho, empreendedorismo, participação nos lucros empresariais, acionista e a bolsa de valores, economia solidária (experiências fora do mercado formal: economia quilombola, papel moeda, cooperativas, direitos trabalhistas, programas sociais e comunitários de acesso ao micro-crédito. | 36 | Conhecimento das relações formais, financeiras e burocráticas do âmbito trabalhista. Importância de desenvolver outras redes de solidariedade e desenvolvimento econômico. |
| GESTÃO COMPARTILHADA DO TERRITÓRIO Exposição, debates, pesquisa | Retrospecto geopolítico do território. Governança local; identidade cultural e relação com o espaço/tempo/território. A questão do PDDU e projetos anteriores de urbanização. | 16 | Defesa do espaço geográfico (humano, territorial, cultural). |
| DEMOCRACIA E DIREITO À CIDADE (Aulas expositivas utilizando textos e recursos audiovisuais, oficinas, aulas participativas e intercâmbio) | Conceito de democracia, estado de direito, luta pelo acesso e ocupação qualitativa dos espaços urbanos; movimentos sociais por moradia (MDF, FABS, MSTs); Políticas Públicas Habitacionais e de Cidadania; | 16 | Conhecimentos sobre direitos civis, deveres, responsabilidades sociais, questões da habitação |
| ARTE-EDUCAÇÃO (Serão componentes deste módulo a ênfase à criatividade, à imaginação, ao lúdico e à descontração) | Produção de poesia, música, desenhos, teatro, dança e outras formas de expressão artística. Reflexão sobre política cultural no Brasil e na Bahia; | 36 | Sensibilização lúdica ; consciência das relações arte/sociedade; os participantes do curso deverão ter noções básicas de elaborar projetos de intervenção social; pensamento; |
| TRABALHO PRÁTICO DE CAMPO (A metodologia do DRUP será a tônica desta abordagem: oficinas, treinamentos, observações, entrevistas semi-estruturadas, registro fotográfico, depoimentos e troca de experiências) | a) Colher dados para: Elaboração do Diagnóstico Rápido Urbano Participativo: levantar o caráter sócio-cultural e econômico da PIS. Elaboração da proposta para o Plano de Desenvolvimento Comunitário Local. b) Acesso a bens culturais: Os temas modulares serão experienciados mediante visitas às respectivas instituições. | 40 | Aplicação dos aspectos teóricos do curso à perspectiva do DRUP. |

| TEMÁTICA | CONTEÚDO | CH | RESULTADO ESPERADO |
|--|---|------------|--|
| SEMINÁRIO DE CULMINÂNCIA (o procedimento metodológico nesta temática será a do trabalho momento de sugestões, críticas, autoavaliação, reuniões) | Certificação do público alvo; Divulgação dos selecionados/as como mobilizadores sociais Avaliação do Curso, do processo desencadeado na área e seus desdobramentos – verificação de resultados e impactos. Apresentação integral PIS Cobre | 04 | Formação do público alvo do curso de mobilizadores sociais; compromisso com as premissas e princípios apreendidos durante o período de formação. |
| TOTAL DE CARGA HORÁRIA | | 374 | |

ANEXO E – Matriz de Cursos Contratados Especificamente para o Projeto Dias Melhores

MATRIZ DOS CUSTOS DE QUALIFICAÇÃO SENAC / SENAI MATRIZ DE CURSOS PIS: RIBEIRA/COBRE/ PAU DA LIMA/ MANGABEIRA

| Item | CURSOS SENAC SALVADOR | Nº de turmas | Nº de alunos | Total alunos | Carga horária |
|--|--|--------------|--------------|--------------|---------------|
| LOTE 01 - Qualificação | | | | | |
| 1 | Camareiro/a em meios de hospedagem | 1 | 25 | 25 | 176 |
| 2 | Recepcionista em meios de hospedagem | 0 | 25 | 0 | 160 |
| 3 | Montagem e Manutenção de Micro | 1 | 18 | 18 | 160 |
| 4 | Operador de Microcomputador | 2 | 15 | 30 | 100 |
| 5 | Corte e Escova | 3 | 16 | 48 | 100 |
| 6 | Colorimetria | 1 | 16 | 16 | 60 |
| 7 | Tranças e Penteados | 2 | 16 | 32 | 60 |
| 8 | Práticas de Contas a Pagar e a Receber | 1 | 25 | 25 | 40 |
| 9 | Aperfeiçoamento em Confeitaria | 1 | 20 | 20 | 40 |
| 10 | Promoção em Vendas | 1 | 25 | 25 | 40 |
| SUB TOTAL | | 13 | | 239 | |
| LOTE 01 - Aperfeiçoamento | | | | | |
| 1 | Alimentos seguros, Compra, Conservação e Consumo | 1 | 40 | 40 | 20 |
| 2 | Boas Práticas na Manipulação de Alimentos | 3 | 40 | 120 | 20 |
| 3 | Culinária a base de Peixes e Frutos do Mar | 1 | 20 | 20 | 20 |
| 4 | Congelamento de Alimentos | 1 | 20 | 20 | 20 |
| 5 | Lanche Comercial | 2 | 20 | 40 | 20 |
| 6 | Administração de Custos em Alimentos e Bebidas | 2 | 15 | 30 | 20 |
| 7 | Doces Finos | 1 | 20 | 20 | 20 |
| 8 | Pizzas | 1 | 20 | 20 | 20 |
| 9 | Montagem de Frios e Decoração | 1 | 20 | 20 | 20 |
| 10 | Atendimento ao Público | 2 | 25 | 50 | 20 |
| 11 | Unhas Decoradas | 1 | 14 | 14 | 20 |
| SUB TOTAL | | 16 | | 394 | |
| TOTAL SENAC SALVADOR | | 29 | | 633 | |
| Item | CURSOS SENAC FEIRA DE SANTANA | Nº de turmas | Nº de alunos | Total alunos | Carga horária |
| LOTE 02 - Qualificação | | | | | |
| 1 | Camareiro/a em meios de hospedagem | 1 | 25 | 25 | 176 |
| 2 | Recepcionista em meios de hospedagem | 0 | 25 | 0 | 176 |
| 3 | Colorimetria | 1 | 16 | 16 | 60 |
| 4 | Tranças e Penteados | 1 | 16 | 16 | 60 |
| SUB TOTAL | | 3 | | 57 | |
| LOTE 02 - Aperfeiçoamento | | | | | |
| 1 | Alimentos seguros, Compra, Conservação e Consumo | 1 | 40 | 40 | 20 |
| 2 | Boas Práticas na Manipulação de Alimentos | 1 | 40 | 40 | 20 |
| 3 | Congelamento de Alimentos | 1 | 20 | 20 | 20 |
| 4 | Lanche Comercial | 1 | 20 | 20 | 20 |
| 5 | Administração de Custos em Alimentos e Bebidas | 1 | 15 | 15 | 20 |
| 6 | Unhas Decoradas | 1 | 14 | 14 | 20 |
| 7 | Unhas Porcelanizadas | 1 | 14 | 14 | 20 |
| 8 | Atendimento ao Público | 1 | 25 | 25 | 20 |
| SUB TOTAL | | 8 | | 188 | |
| TOTAL SENAC FEIRA DE SANTANA | | 11 | | 245 | |
| TOTAL SENAC SALVADOR / FEIRA DE SANTANA | | 40 | | 878 | |
| Item | CURSOS SENAI SALVADOR | Nº de turmas | Nº de alunos | Total alunos | Carga horária |
| LOTE 03 - Qualificação | | | | | |
| 1 | Pedreiro Azulejista | 1 | 20 | 20 | 200 |
| 2 | Eletricista Encanador | 1 | 20 | 20 | 200 |
| 3 | Pedreiro Pintor | 1 | 20 | 20 | 200 |
| 4 | Mecânico de Refrigeração | 1 | 20 | 20 | 200 |
| 5 | Operação de Máquina de Costura Industrial | 1 | 20 | 20 | 250 |
| TOTAL SENAI SALVADOR | | 5 | | 100 | |
| Item | CURSOS SENAI FEIRA DE SANTANA | Nº de turmas | Nº de alunos | Total alunos | Carga horária |
| LOTE 04 - Qualificação | | | | | |
| 1 | Eletricista Encanador | 1 | 20 | 20 | 200 |
| 2 | Pedreiro Pintor | 0 | 20 | 0 | 200 |
| 3 | Operação de Máquina de Costura Industrial | 1 | 20 | 20 | 250 |
| TOTAL SENAI FEIRA DE SANTANA | | 2 | | 40 | |
| TOTAL SENAI SALVADOR / FEIRA DE SANTANA | | 7 | | 140 | |
| TOTAL GERAL SENAC E SENAI | | 47 | | 1018 | |

ANEXO F – Programa do Curso das ETTRs



NOME DO CURSO: VIABILIDADE ECONÔMICA E GESTÃO DE EMPREENDIMENTOS DA ECONOMIA DOS SETORES POPULARES

Data: 26 a 30 de julho de 2010 (presencial)

Em campo: agosto e setembro/2010, em datas a serem combinadas em sala.

Local: Centro de Estudos e Ação Social - CEAS

Rua Aristides Novis, 101 – Federação. Salvador –BA.

Objetivos

- Capacitar técnicos e agentes de desenvolvimento dos empreendimentos da economia dos setores populares capazes de desenvolver e utilizar instrumentos, conhecimentos e práticas adequadas à realidade específica destes empreendimentos.
- Desenvolver conhecimentos e habilidades para a realização do estudo de viabilidade econômica dos empreendimentos da economia dos setores populares.

Público

Técnicos e agentes de desenvolvimento da economia dos setores populares.

Conteúdo programático

1. Sustentabilidade dos empreendimentos da economia dos setores populares: bases conceituais e aspectos determinantes.
 - 1.1 A lógica peculiar dos empreendimentos da economia dos setores populares
 - 1.2. O trabalho por conta própria
 - 1.3. O trabalho associativo

2. Viabilidade dos empreendimentos da economia dos setores populares
 - 2.1 Processo de trabalho, formas de gestão e viabilidade econômica
 - 2.2 Objetivos do estudo de viabilidade
 - 2.3 Uma metodologia apropriada

2. 4 Estudo de viabilidade: as contas e a interpretação dos números
 - Investimentos
 - Custos
 - Receita
 - Ponto de equilíbrio
 - Capital de Giro

2.5. Eficiência econômica: um conceito que não é neutro

3. O trabalho dos técnicos e dos agentes

3.1. Procedimentos e rotinas de trabalho

3.2 Instrumentos de trabalho (formulários, bancos de dados e planilhas eletrônicas)

Metodologia: exposição, trabalho em grupos, exercícios práticos em sala e trabalho de campo.

Material didático: cada participante receberá um Caderno com textos e exercícios e uma planilha eletrônica para auxiliar as contas necessárias ao estudo de viabilidade.

Carga horária

- Presencial: 40 horas
- Trabalho em campo: 32 horas
- Total: 72 horas

Avaliação

- Presença mínima de 90% da carga horária presencial
- Participação em sala e nas atividades de campo

Os concluintes receberão um certificado da UCSAL

Corpo docente

Gabriel Kraychete – Economista e professor titular da UCSal

Anne Guiomar – Economista. Técnica da ITCP – UCSal.

Francisco Mariano - Economista. Técnico da ITCP – UCSal.